

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

JULIANA CORSINI DA SILVA LOPES

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO EM SUJEITOS DESCENDENTES DE
IMIGRANTES ITALIANOS, SUA RELAÇÃO COM A(S) LÍNGUA(S) E
COM O ESPAÇO - EM MACHADO, MG.

Pouso Alegre, MG,

2015

JULIANA CORSINI DA SILVA LOPES

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO EM SUJEITOS DESCENDENTES DE
IMIGRANTES ITALIANOS, SUA RELAÇÃO COM A(S) LÍNGUA(S) E
COM O ESPAÇO – EM MACHADO, MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS, para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Onice Payer.

Linha de Pesquisa: Língua e Ensino.

Pouso Alegre, MG,

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

LOPES, Juliana Corsini da Silva

Processos de identificação em sujeitos descendentes de imigrantes italianos, sua relação com a(s) língua(s) e com o espaço – em Machado, MG. / LOPES, Juliana Corsini da Silva. Pouso Alegre: Univás, 2015. 95 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Sapucaí, Programa de Ciências da Linguagem, 2015.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Onice Payer

Descritores: 1. Imigrantes. 2. Sujeito 3. Língua(s). 4. Espaço. 5. Processos de identificação.

CDD: 410.1

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "**PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO EM SUJEITOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS, SUA RELAÇÃO COM A(S) LÍNGUA(S) E COM O ESPAÇO - EM MACHADO, MG**" foi defendida, em 10 de dezembro de 2015, por **JULIANA CORSINI DA SILVA LOPES**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98007038, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof^a. Dr^a. Maria Onice Payer
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. José Horta Nunes
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP
Examinador



Prof^a. Dr^a. Juliana Santana Cavallari
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

*Dedico ao meu marido, Jeovani, pelo amor,
paciência e apoio.
Ao meu amado filho, Vítor Hugo, pela espera.
Aos meus pais, Luiz e Márcia, pelo incentivo e
ensinamentos de vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é o único capaz de tornar tudo possível e que esteve sempre ao meu lado nessa caminhada concedendo-me sabedoria, força e vontade, para que esse sonho se tornasse real.

Ao Jeovani e ao Vítor Hugo por compreenderem os momentos de minha ausência e por estarem sempre ao meu lado.

À minha família que sempre me incentivou e fortaleceu meus passos, rumo a bons caminhos. Com muito carinho aos meus pais, Luiz Tarciso e Márcia.

Agradeço de coração à Eva Milan Corsini e à Amélia Milan Corsini, pelo acolhimento, pela disposição em remexer em suas memórias e nos contar algumas histórias.

A todos moradores do Bairro da Conceição que, emprestando o livro Ricordanze, e relatando acontecimentos, tornaram esse trabalho possível.

À querida professora Onice, que contribuiu com sua orientação para a concretude desse trabalho, tornando-o mais especial que antes. Obrigada pela paciência, sabedoria e serenidade dedicadas nesse trilhar.

A todo o corpo docente do Mestrado em Ciências da Linguagem e de maneira especial às professoras Eni Orlandi, Maria Onice Payer, Juliana Santana Cavallari, Joelma Pereira de Faria, Paula Chiaretti, Greciely Cristina da Costa, Telma Domingues da Silva, Ana Cláudia Fernandes Ferreira e ao professor Eduardo Alves Rodrigues, com os quais tive contato direto nas aulas e contribuíram de forma imensurável para meu aprendizado.

Aos professores da banca examinadora, pelas contribuições, correções e direções que resultarão na melhoria do trabalho.

A todos os colegas que encontrei durante o curso e em especial aos colegas Ellyssa e João Roberto pelo incentivo, pelas caronas e pelo partilhar nas discussões que nos tocaram ao longo desse caminho.

A todos os colegas da Secretaria do Campus Machado, por compartilharem momentos de dúvidas e inseguranças.

Ao IF Sul de Minas - Campus Machado, pelo apoio à capacitação e pelo incentivo à pesquisa.

A todos que de alguma maneira contribuíram indiretamente na construção desse trabalho.

RESUMO

LOPES, J. C. S. Processos de identificação em sujeitos descendentes de imigrantes italianos, sua relação com a(s) língua(s) e com o espaço – em Machado, MG. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

A proposta desta pesquisa é investigar os processos de identificação na prática de linguagem dos sujeitos, em sua relação com a(s) língua(s), materna e portuguesa, e com o espaço, percebidos pela perspectiva discursiva, como elementos estruturantes na sua constituição. De modo central, consideramos os modos como a(s) língua(s) e o espaço incidem e determinam a relação nos/dos sujeitos brasileiros, descendentes de imigrantes italianos e moradores do bairro da Conceição, na cidade de Machado – MG. Alicerçam as reflexões deste trabalho os conceitos desenvolvidos pela Análise de Discurso de orientação francesa, com e a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux. A partir deste caminho teórico o presente estudo percebe a estreita ligação entre sujeito, língua e espaço. Conceitos basilares dessa área orientaram o desenvolvimento de análises que nos possibilitaram compreender como os processos de identificação se produzem em práticas discursivas atuais e interferem imaginariamente nas relações entre sujeitos de um bairro rural e sujeitos da cidade. O material de análise assenta-se em um corpus heterogêneo de materiais de linguagem orais e escrito, produzidos pelos sujeitos da pesquisa, envolvendo o tema da língua e do espaço. Esses materiais resultam de pesquisa de campo e consistem em conversas gravadas e anotadas em diário de campo, anotações pessoais e documentos escritos, dentre eles um livro produzido por alunos e professores da escola do bairro da Conceição, visando a “resgatar” a história do bairro. Com nosso gesto, ao investigar os modos específicos dos processos de identificação desses sujeitos em particular, fomos conduzidos também a uma compreensão mais ampla de aspectos da população brasileira atual em relação à sua linguagem. Assim, através desta pesquisa é possível visualizar como a(s) língua(s) e o espaço constituem e afetam esses sujeitos, inscrevem-se em sua história, neles mesmos e se (re)significam em suas vidas, com o outro, em suas relações sociais.

Palavras-chave: imigrantes, sujeito, língua(s), espaço, processos de identificação.

ABSTRACT

LOPES, J. C. S. Identification processes in descendants of Italian immigrants subjects, their relationship with the language(s) and the space – in Machado, MG. 2015. Thesis (Masters). Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

The purpose of this research is to investigate the identification processes in the subjects' language practice, in their relation with the language(s), maternal and Portuguese, and the space perceived by the discursive perspective, as structural elements in their constitution. Centrally, we consider the ways in which the language(s) and the space affect and determine the relationship in /of the Brazilian subjects descendants of Italian immigrants who live in Conceição neighborhood in the city of Machado - MG. The reflections of this paper are based on the concepts developed by French Discourse Analysis, with and from Pêcheux works. From this theoretical way this study realizes the close connection between subject, language and space. Basic concepts in this area guided the analysis development that enabled us to understand how the identification processes are produced on current discursive practices and how they interfere imaginarily in the relationship between rural district subjects and city subjects. The analysis material is based on a heterogeneous corpus of oral and written language material produced by the research subjects, involving the issue of language and space. These materials result of field research and consist of recorded conversations noted in a field diary, personal notes and written documents, including a book produced by students and teachers of Conceição neighborhood school, in order to "rescue" the history of the neighborhood. With our gesture, investigating the specific modes of identification processes of these subjects in particular, we were also led to a broader understanding of aspects of the current Brazilian population regarding their language. Thus, through this research it can be viewed as the language(s) and the space form and affect these subjects, enroll in their story, in themselves and (re) mean in their lives, with each other, in their social relations.

Keywords: immigrants, subject, language(s), space, identification processes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: EMIGRAÇÃO/IMIGRAÇÃO ITALIANA	
1.1 A (i)emigração e o (e)imigrante italiano	16
1.2 A imigração italiana em Minas Gerais	19
1.2.1 Formas de contratação do trabalhador imigrante	23
1.3 O imigrante italiano em Machado – Sul de Minas Gerais	26
1.4 O sujeito morador do bairro da Conceição	27
2. DISPOSITIVOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	
2.1. Metodologia e constituição do corpus	32
2.1.1 Nosso percurso metodológico	34
2.2 A teoria materialista do discurso	37
2.2.1 A(s) língua(s) que constituem o sujeito	39
2.2.2 Quem é o sujeito que fala nas línguas materna e portuguesa?	45
2.3. O bairro como espaço discursivo e o sujeito	50
2.4. O sujeito e a Ideologia	54
2.5 O discurso nacionalista da Era Vargas	60
3. A(S) LÍNGUA(S), A POLÍTICA LINGUÍSTICA E O ESPAÇO NOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS	
3.1. Efeitos da política linguística do Estado Novo no bairro da Conceição	65
3.1.1 A (des)identificação como forma de proteção	74
3.2 Sujeito, espaço, sentidos	77
3.3 O <i>falar cantado</i> como rastro da língua materna	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

A partir de minha vivência debruçei os primeiros olhares sobre o sujeito descendente de imigrantes italianos, morador do bairro da Conceição, na cidade de Machado-MG, sobre as suas relações com a(s) língua(s), a materna, marcada por certos traços de dialetos italianos, e com a língua portuguesa. A partir desse olhar tracei os objetivos que norteiam esta pesquisa, que se concentram na investigação sobre como os processos de identificação dos sujeitos analisados incidem em suas relações com a(s) língua(s), como também de modo mais amplo em sua prática discursiva, ao longo do tempo e nos dias atuais, e em diferentes espaços.

Para as reflexões deste trabalho tomamos como recorte do espaço, na cidade de Machado, no Sul de Minas Gerais, um *bairro rural*¹, conhecido como bairro da Conceição e aqui considerado “um espaço em que o sujeito se constitui e no qual constitui sentidos” (MARTINS, 2012, p. 12). Consideramos de modo contundente que este espaço, o bairro, pensado discursivamente, é percebido como um dos elementos do processo mais amplo de identificação e, junto com a língua, e em sua relação, participa da constituição dos sujeitos moradores do lugar.

A Análise de Discurso, criada por Michel Pêcheux na França, no final da década de 60, e expandida no e para o Brasil por Eni Orlandi e outros pesquisadores da área, é a teoria discursiva à qual nos filiamos e que permite estabelecer nossa posição teórica em relação aos conceitos mobilizados ao longo do texto e também mais especificamente nas análises. A partir desse viés teórico entendemos a estreita ligação entre sujeito, língua, história e espaço; conceitos basilares no desenvolvimento deste trabalho.

Os materiais analisados foram produzidos por sujeitos brasileiros, descendentes de imigrantes italianos, moradores do bairro da Conceição, que entrevistamos e com quem conversamos, registrando elementos significativos para a pesquisa. Consideramos relevante que os sujeitos pesquisados neste trabalho significam e são significados pela língua e pelo espaço em suas práticas discursivas, sejam mais cotidianas, sejam mais ritualizadas através de instituições como a Escola e a Igreja, entre outras. Assim, a investigação nos conduz a pensar no sujeito inicialmente instaurado pela forma sujeito-capitalista, já desde a grande imigração do período republicano, e ao longo de sua história, marcada pelo constante movimento de vir

¹ A expressão *bairro rural* é comum e utilizada com frequência pelos moradores tanto do bairro quanto da cidade para se referirem aos bairros pertencentes à cidade de Machado que são situados na zona rural.

a ser que se estabelece ou não, em seus processos de identificação, entre discursos que incidem sobre o imigrante italiano e sobre o sujeito brasileiro.

O nosso corpus de análise constitui-se por materiais de linguagem orais, como as conversas registradas e as entrevistas ao longo da pesquisa de campo, além de materiais escritos, presentes em nossas anotações e com documentos escritos também analisados. Uma obra de reminiscência produzida na escola por alunos moradores do bairro da Conceição, descendentes de imigrantes italianos, também constitui parte do *corpus*. Esses materiais serão devidamente descritos no capítulo teórico-metodológico. Podemos considerar, para esse momento, que temos um corpus heterogêneo, a nos tocar de maneira especial, significativa e profunda, registrado e organizado para fins de análise.

O percurso que trilhamos para a realização desta pesquisa parte de uma vivência particular, para depois unir-se à teoria na qual estaremos envolvidos. Neta de avôs maternos brasileiros nascidos de imigrantes italianos, desde pequena ouvi muitas histórias sobre a chegada dos bisavôs e muitos outros imigrantes italianos a Machado, em Minas Gerais. Dentro de alguns anos, nessa mesma cidade, após trabalharem nas fazendas de café e reunirem algumas economias, esses imigrantes tornaram-se proprietários de algumas terras, e deram início a uma nova etapa de suas vidas, no bairro da Conceição. Minha mãe e tias contavam fatos de sua história e neles referiam-se aos avôs sempre como “nono” e “nona”. Assim, sempre tive interesse em conhecer melhor essa história.

A decisão sobre esse caminho inicial de investigação nasceu dessas indagações, que pulsam do passado e se atualizam em nós. Assim um ponto de partida traçado foi conhecermos a trajetória desses imigrantes, a fim de compreender a história do bairro, bem como os sentidos produzidos no/para os sujeitos nela envolvidos. A presente pesquisa é assim também uma forma de conhecermos melhor a história dos atuais sujeitos brasileiros, descendentes daqueles imigrantes italianos, que constituem ainda hoje uma comunidade bastante coesa no bairro da Conceição.

A história dos imigrantes italianos, moradores deste bairro, retorna constantemente nas conversas de família. São momentos compartilhados onde a curiosidade se aguça e as lembranças põem-se a trabalhar na produção e reprodução dos sentidos, (re)atualizando essa memória da história do bairro. Mas essas lembranças também perturbam de tal maneira que, nessas conversas, temos às vezes a sensação de estarmos lá, no passado, com os personagens reais daquela (e desta) história. Somos às vezes seduzidos pela ilusão de “um resgate da memória”. Contudo, como vamos compreendendo melhor ao longo da pesquisa, trata-se, antes, de um “trabalho da memória”. Pois a ideia de resgate se mostra ilusória quando se

analisam os fatos pelas vias da memória discursiva², como se faz na Análise de Discurso. Nessa ilusão simplesmente “limita-se a materializar certos aspectos visíveis bastante superficiais da memória e dos sujeitos, aspectos que permanecem assim distantes dos sentidos mais genuínos que constituem a formação discursiva de um grupo em sua vida cotidiana” (PAYER, 2005, p. 53).

O suposto resgate de uma memória que se supõe já estar lá, toda significada e pronta para ser ouvida e dita, registrada, enfim, “resgatada”, é do nível do impossível. O que se considera possível, sim, é realizar um trabalho com a memória, conforme a autora. Dessa forma, entendemos que “é preciso considerar as condições de produção do retorno atual dos conteúdos dessa memória histórica na dinâmica social” para compreendermos seu funcionamento em uma prática discursiva atual (ibid., p. 47). Assim, podemos entender que o encontro com o já estar lá dos sentidos, o reviver, o resgatar é do nível mesmo do impossível. O que se tem é a materialidade da memória discursiva funcionando. As lembranças (narrativas), como as que se dão nas conversas de família, materializam, de um certo modo, sentidos que se reatualizam através dessa memória discursiva, pela memória da imigração que trabalha e é trabalhada em/por nós, sujeitos de linguagem inscritos em práticas discursivas que têm sua historicidade.

A historicidade se materializa assim como memória discursiva na atualidade, e encontramos as narrativas sobre a imigração, ou mesmo seus fragmentos, no cotidiano. Há sentidos de uma história (dos imigrantes) que pulsam e se atualizam no meio familiar e social. Para esta nossa reflexão, é importante considerar inseparável o movimento entre passado (historicidade) e presente, que quase sempre estrutura os discursos de imigrantes (PAYER, 2006). Esse movimento nos remete à relação entre a história e a memória discursiva. Para isso, estaremos atentos a esta relação também na elaboração deste nosso texto, para que esta relação vá trabalhando o discurso histórico sobre a imigração, com o qual entramos em contato, também de outro modo, pela escrita, nos gestos de realização da presente pesquisa.

Como forma de conduzir de modo apropriado a articulação entre o efeito de passado produzido nos textos históricos (de arquivo), e o presente *dos sentidos da imigração nos sujeitos brasileiros pesquisados*, nos baseamos em Payer (idem), que considera necessário compreendermos os efeitos do tempo (temporalidade) e a sua produção no domínio discursivo, ao se falar dos sentidos dos imigrantes italianos como pertencendo ao passado, como se não mais estivessem funcionando no presente. A autora afirma que os diversos

² A noção “memória discursiva” será devidamente desenvolvida no Capítulo Teórico-Metodológico.

planos temporais, passado e presente, são resultantes de efeitos do discurso, de uma montagem discursiva comum na historiografia sobre o imigrante, feita a partir do lugar de dizer do brasileiro, sobretudo do Estado brasileiro. A partir dessa montagem, os sentidos relativos ao imigrante são projetados para o plano do passado, do “antigamente”, também como imaginário, enquanto os sentidos de brasilidade passam a significar “o presente” desses sujeitos. Isso ocorre dada a história da administração dos sentidos relativos ao imigrante e a nacionalidade, no Brasil. Na verdade, a seu ver, passado (italianos) e presente (brasileiros) significam simultaneamente no/para o sujeito atual que tem história de imigração. Na materialidade da linguagem, torna-se possível a abertura desses distintos planos de significação temporais na constituição dos sentidos. Assim, por efeito da história narrada dos italianos **no** Brasil, pelo Brasil, na memória social organizam-se discursivamente os sentidos de modo que pareça haver uma separação entre passado(italiano) / presente(brasileiro), quando, de fato, no cotidiano, esses sentidos se reúnem e entrecruzam nos sujeitos (idem).

Assim, procuramos considerar no presente, a presença do passado nos discursos desses sujeitos, compreendendo que pela língua que se materializa no dizer, na oralidade, os sentidos estão sendo retomados e estão sendo constituídos. Sentidos tanto do passado quanto do presente, isto é, tanto dos imigrantes quanto dos brasileiros que eles se tornaram. E esses sentidos se movimentam através dos diversos planos temporais. Com o trabalho da escrita, da história, fato de ser possível representar o passado, dar a ele uma discursividade (e não silêncio) significa para o sujeito, para um grupo, para uma sociedade, poder formular discursivamente seu passado, e assim tornar-se outro em relação a si mesmo (idem, 2006). O que é parte fundamental do trabalho da memória na sociedade.

Entendemos que o fato de realizar esta pesquisa se inscreve nesse gesto maior de procurar trazer à tona a historicidade de sentidos que circulam no Bairro da Conceição, na cidade de Machado, entre os alunos, entre os moradores, diante dos professores, entre cidadãos brasileiros imbuídos dessa história. Descrever/interpretar sentidos dessa historicidade, com as especificidades dessa região e desse espaço social, constitui a relevância deste trabalho para a linha de pesquisa sobre língua e ensino. Pois formular discursivamente “o passado” é a maneira pela qual o sujeito que diz se une à memória histórica do grupo em particular ao qual pertence, distinguindo-se de outros lugares de memória presentes no mesmo espaço social em que está inscrito, e com eles se relacionando.

Nesse sentido, através da língua, como veremos, os sujeitos estudados produzem deslocamentos discursivos, dando espaço a novos sentidos na relação do movimento passado/presente do dizer, na relação entre imigrantes e brasilidade. É possível perceber que

se mantém o mesmo de uma memória discursiva (na forma de narrativa do grupo), pela sua repetição deslocada, demarcando e compreendendo assim o seu lugar e o lugar do outro, diferente. Este, afinal, é um dos modos pelos quais funciona o processo de identificação em relação às línguas (Payer, 2006) e ao espaço. Ao atualizar ou manter os sentidos, os sujeitos são afetados nesses processos de identificação.

Outro aspecto com o qual nos preocupamos na elaboração deste trabalho, como já antecipamos, é com o modo como a memória da imigração se apresenta na relação Estado/cidade/bairro, enquanto espaço discursivo, tal como essa relação se apresenta nos dizeres dos sujeitos do bairro da Conceição. A observação dos modos de identificação em relação ao espaço nesse material nos leva a pensar, mais especificamente, a relação entre os moradores do bairro da Conceição e os moradores da cidade.

Percebemos que, embora os sujeitos do bairro também façam parte da cidade, uma vez envolvidos por ela, ocupando suas bordas, há, entretanto, um efeito discursivo de *delimitação*, uma fronteira entre ambos os sujeitos (do bairro da Conceição e da cidade de Machado), fronteira que é frequentemente remetida à constituição do bairro por sujeitos identificados como “os italianos” e os moradores da cidade como “os brasileiros”.

Há mais de um século existe circulado histórica e socialmente um imaginário sobre o imigrante italiano que se perpetua nos sujeitos atuais desse bairro. Materializado também nos dizeres do sujeito da cidade de Machado, a imagem de um imigrante do passado vai se mantendo, através de sentidos estáveis que impõem sentidos outros na relação entre o sujeito do bairro e o sujeito da cidade.

Os sujeitos do bairro são identificados e significados pelos outros moradores da cidade através de vários modos. Dentre eles, pelo jeito de falar. O seu falar é caracterizado como um “falar cantado”. O lugar onde moram e a história que têm são motivos que fazem circular sentidos já discursivizados de um certo modo naquela sociedade. O modo do outro (o da cidade) significar o sujeito do bairro da Conceição perturba e, ao mesmo tempo, produz um certo efeito identitário ao sujeito morador do Bairro da Conceição.

Por outro lado, há instalado nesse jogo também no discurso dos moradores do bairro da Conceição um imaginário em relação aos moradores da cidade, que são vistos como “os brasileiros”. Esse imaginário contribui para a *delimitação*, para uma fronteira imaginária que separa entre “os do bairro” (os daqui) e os brasileiros, “os da cidade” (os de fora).

Este nosso trabalho é, pois, relevante, na medida em que, pelo olhar discursivo, procuramos perceber como esses processos de identificação funcionam em suas formas específicas, presentes na língua e na representação do bairro/cidade dos sujeitos pesquisados.

Consideramos que esses processos estabelecidos na relação do sujeito com as línguas e com o espaço representam algo significativo para esses sujeitos, aqui pesquisados, e também para nós, uma vez que ao nos propormos investigar os processos de identificação desses sujeitos específicos, buscamos trabalhar também na perspectiva de compreender aspectos da população brasileira atual e a sua linguagem, o que é importante para se conhecer essa subjetividade, sobretudo (mas não só) para a escola.

Assim, através dessa pesquisa é possível visualizar como a(s) língua(s) e o espaço, que constituem e afetam esses sujeitos inscrevem-se em seus discursos, em sua história e neles mesmos, como (re)significam em suas vidas e suas relações sociais.

Dessa forma, a pesquisa encontra-se estruturada do seguinte modo: no Capítulo Um vamos nos reportar ao papel dos imigrantes italianos na formação do bairro da Conceição, e ao modo como a memória da imigração, enquanto memória discursiva, funciona atualmente nas relações cotidianas do bairro. Pesquisamos, registramos e dialogamos com textos que trazem informações importantes sobre a história da imigração, tanto especificamente no bairro da Conceição quanto de modo mais amplo. Queremos com isso conhecer melhor as condições de produção dos discursos que funcionam no bairro, o fenômeno emigratório italiano e a imigração no Brasil, e de modo mais específico como esse processo se desenvolveu em Minas Gerais, até chegar à história do Bairro da Conceição.

No Capítulo Dois descrevemos o percurso metodológico traçado na pesquisa e apresentamos o nosso *corpus* de análise. Colocamos à mostra de modo mais detido o nosso objeto de análise, para o qual dedicamos um novo olhar, diante das relações entre língua, sujeito, história (ideologia) e espaço. Além disso, apresentamos o aporte teórico estruturante desta pesquisa, no campo da Análise de Discurso, teoria na qual circulamos e trabalhamos sem cessar, no ir e vir entre apresentação dos conceitos e as análises. Conceitos como os de sujeito, língua materna, língua nacional, espaço discursivo e ideologia são alguns dos quais são apresentados neste capítulo. Além de constituírem-se como noções que ajudam a compreender questões basilares ao nosso trabalho, eles conferem consistência às análises.

No Capítulo Três procedemos às análises discursivas mais propriamente ditas. Diante dos materiais analisados e da significância de cada um deles, dividimos o capítulo em três seções, conforme a peculiaridade de cada momento, considerando de forma veemente o chamado a interpretar que nos tocou enquanto sujeito analista de discurso. No primeiro momento, tratamos do Estado Novo, acontecimento histórico-político marcado pelo discurso nacionalista contrário aos elementos estrangeiros no Brasil. Nesta direção, trazemos para nossas reflexões o discurso contra a manutenção da língua materna dos imigrantes, que tenta

apagar/calar/fazer esquecer essa língua, tomada como língua inimiga, porque língua nacional de outro país. Analisamos os efeitos da política linguística de interdição da língua materna dos sujeitos imigrantes italianos e de seus descendentes no bairro da Conceição. Além disso, percebermos como a intervenção do Estado foi pontual nesse espaço, colocando em prática as ações nacionalistas através da intervenção da escola no bairro.

Em seguida, como segunda seção do capítulo, consideramos o bairro como espaço discursivo e refletimos sobre esse prisma, tomando o bairro da Conceição como espaço significativo na constituição dos processos de identificação dos sujeitos moradores desse lugar.

Ao final, consideramos as relações de significação tal como de fato se efetivam no bairro, que se dão entre os sujeitos alunos e a escola, envolvendo a análise de práticas discursivas ocorridas em sala de aula. Por esse viés investigamos como os processos de identificação de alunos provindos do bairro da Conceição se apresentam em suas relações com os sujeitos da cidade. Diante disso, remetemos estas relações analisadas à sala de aula, a fim de traçar uma reflexão que contribuía para a compreensão das relações destes sujeitos com a(s) língua(s), com o espaço e com o outro.

Resta dizer, portanto, que o próximo movimento é a profunda leitura do material neste nosso texto. Entre tantas outras leituras, esperamos que esta faça sentido e signifique nas especificidades do tema que nela se apresenta. Passemos, assim, ao corpo textual que construímos ao longo de nossa pesquisa, iniciando com o constante movimento entre passado/presente, história, língua (s), sujeitos, espaço. Elementos estruturantes, que merecem um olhar sensível por ser tão singular, é verdade, mas também por se constituírem-se de tamanha singeleza e por tocarem a sensibilidade daquele que adentra um pouco mais além de suas bordas.

CAPÍTULO UM

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: EMIGRAÇÃO/IMIGRAÇÃO ITALIANA

No que segue, procedemos a uma investigação sobre as condições de produção³, no sentido amplo, sobre a emigração/imigração italiana, a fim de reunir elementos que contribuam para compreender a história da formação do bairro da Conceição.

Consideramos nas condições de produção os diferentes momentos da emigração e imigração, as relações internacionais entre Brasil e Itália no final do século XIX, as políticas de povoamento no Estado de Minas Gerais e na cidade de Machado, além de uma abordagem específica sobre a relação de trabalho entre Estado, fazendeiros e imigrantes.

Através dessa pesquisa, sintetizamos um conjunto de informações da ordem do discurso da escrita sobre a história do bairro, da qual ouvimos boa parte pela transmissão oral.

1.1 A (i)emigração e o (e)imigrante italiano

Inúmeras pesquisas abordam o tema da imigração do período republicano no Brasil. A maior parte dos trabalhos é constituída basicamente por informações históricas que focam a saída dos emigrantes do país de origem e a chegada à nova terra. Elas tratam de descrever o destino que a maioria dessa população tomou no Brasil, em geral nas regiões do Sul do país e de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sul da Bahia e Sul de Minas Gerais (PAYER, 2006). Embora cada obra faça um determinado recorte sobre o tema de forma mais específico, é consenso em todas elas o fato de que o sonho dos imigrantes era, inclusive dos italianos, partir de seu país em busca de condições de uma vida melhor, de realmente sobreviver em outro lugar.

³ As condições de produção correspondem a um conceito essencial da Análise de Discurso. Com Orlandi (2013; p. 30), entendemos as condições de produção como a relação entre sujeito e situação. A autora pontua que é possível considerar as condições de produção em sentido estrito, como as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato. Já em sentido mais amplo, as condições de produção abrangem o contexto sócio-histórico, ideológico. Sob essa perspectiva teórica, compreendemos que as condições de produção fazem parte da exterioridade da língua e são responsáveis por estabelecer as relações de força no interior do discurso, pois dessa maneira constituem com a linguagem o sentido do texto. Assim, é imprescindível ao analista levar em consideração as condições de produção do discurso analisado, a fim de compreender o seu funcionamento.

A rica obra de Norma Góes Monteiro, *Imigração e colonização em Minas de 1889 a 1930* (1994) e os materiais do Arquivo Público Mineiro, atualmente disponíveis para pesquisas *on-line*, constituem fontes indispensáveis ao caminho que trilhamos ao longo desse capítulo, para compreender a história da imigração em Minas Gerais, tendo em vista obter informações sobre a imigração e os imigrantes do município de Machado.

Nesse arquivo, dentre outros, lemos que após um longo período de lutas pela unificação interna como nação, que se estabeleceu em 1861, a Itália, país de onde procederam os primeiros habitantes do Bairro da Conceição em Machado, encontrava-se em uma grande crise, com graves conflitos políticos, econômicos e sociais. Essa situação refletia uma sociedade desestabilizada em muitos setores, e os problemas tendiam a agravar-se. Sustentado economicamente pela agricultura, o país não oferecia mais condição para que a sua população, que vivia desse setor, pudesse manter-se firme para enfrentar o crítico período. As consequências recaíam sobre o povo, que se constituía por uma sociedade desempregada, miserável e sem condições de sobrevivência. A população rural estava empobrecida, em estado deplorável, sem esperança de se reerguer (HÉRIDA, 2005).

O país possuía uma agricultura obsoleta e, antes mesmo da unificação, já demonstrava a necessidade de modificações para acompanhar o desenvolvimento agrícola de outros países europeus. Segundo a referida autora, o campo dava sinais de que era preciso uma reforma fundiária, com vistas a novas formas de cultivo, medidas eficazes para a conservação do solo, promovendo maior produção e melhoria de vida da população rural. No entanto, a pequena propriedade caminhava em direção inversa ao desenvolvimento. Os camponeses vivenciavam uma situação contrária às reais necessidades e foram obrigados pela situação a abandonar o campo, em direção aos centros urbanos. Assim, como ressalta Hérída (*idem*), era preocupante o estado da sociedade italiana ao longo dos anos pós-unificação, em que a população aumentava consideravelmente nas cidades, ao passo que a produção caía.

Ao mesmo tempo, prosseguindo com estudos da autora, a Itália considerava indispensável a adesão ao processo de industrialização, que em muitos outros países encontrava-se em pleno desenvolvimento. Então, a nova nação, apoiada por auxílio financeiro externo, iniciava os primeiros passos rumo ao progresso industrial. Por outro lado, as grandes fazendas davam início à mecanização de suas lavouras e, desolado pela crise, o pequeno agricultor e proprietário não tinha condições de concorrer no novo mercado.

Diante de tanta pobreza e sem esperanças de conseguir melhorar as condições de vida em sua terra, os italianos, assim como aconteceu em outros países, se encontraram diante de uma única possibilidade: partir. Partir rumo a outros países, onde teriam chances de

sobreviver e fundar uma nova vida. A emigração tornou-se uma condição de sobrevivência, uma das poucas possibilidades de busca de subsistência para os italianos, fora da Itália. Segundo Hérída (idem), para essa população, a emigração não era uma alternativa, era de fato a única solução existente diante das dificuldades no país.

Tomar a decisão de partir e deixar tudo para trás era um ato de coragem, pois ainda que saíssem do nada, seguiam em direção a um futuro duvidoso. Os recentes fatos da imigração na Europa podem ajudar a equacionar a situação que se forma de um grande fluxo imigratório, ainda que as condições sejam um tanto diferentes.

Como também aponta Colognese (apud CAVALIERI, 2011, p. 34), os emigrantes italianos foram

submetidos a um regime fundiário que excluía a maioria deles do acesso à terra, diante da superpopulação, das frequentes epidemias, das guerras, do serviço militar obrigatório de três anos impostos a jovens, da baixa fertilidade natural dos solos e dos impostos crescentes, para muitos camponeses a emigração foi uma imposição sem outra alternativa.

Não obstante, segundo o referido autor, o governo italiano encontrou na emigração uma das formas de manter a ordem da nova nação e não mediu esforços para incentivar que a população pobre partisse. Diante de tantos problemas, a Itália não daria conta de inserir a todos no processo de industrialização. Dessa forma, o país promoveu o processo de “expulsão” de seu povo, e o governo italiano arquitetou a emigração, vendo-a como “cura para a nação recém-criada, cura não só econômica como também política e social” (ibid., p. 33).

Assim, grande parte dessa população passou a ocupar, nos vapores, o lugar de emigrante, de emigrante italiano. Muitos deles com o mesmo destino, o Brasil, embora outros tantos tenham emigrado para outros países das Américas do Norte e do Sul. Não é possível apontar uma quantidade exata, uma vez que houve grande número de imigrantes clandestinos. No entanto, conforme pesquisa de Payer (2006), os registros entre 1880 a 1929 apontam aproximadamente a entrada de 1.160.000 imigrantes italianos no Brasil.

Conforme Hérída (2005), nessa oportunidade encontrada os emigrantes buscavam reconquistar sua dignidade e condições de sobrevivência em novas terras. Interpelados por propagandas de Companhias de Imigração e pelo rigoroso incentivo do Estado, emigrar tornou-se um sonho coletivo, guiado por uma decisão única entre todos. Como afirma a autora, “muitos emigrantes sonhavam com a possibilidade de reconquistar, no novo mundo, o velho mundo rural ameaçado na pátria” (idem, p. 236).

Existia, portanto, na Europa, como um dos pontos de partida – a Itália – e do outro lado do Atlântico, como um dos pontos de chegada - o Brasil. Para consolidar o movimento da grande emigração italiana, o Brasil participava formalmente do acordo, as suas condições estavam dadas, e assim Minas Gerais aguardava o imigrante para suprir a escassez da mão-de-obra e para preencher a vastidão de suas terras.

Sob essas perspectivas, o processo emigratório/imigratório contou com a dualidade de acontecimentos que se contemplaram mutuamente: de um lado cidadãos expulsos de uma pátria recém-criada e pobre, de um território muito pequeno, onde a população não tinha condições dignas de sobrevivência, e do outro, a sede de um país interessado em explorar a abundante mão-de-obra, povoar seu território e ao mesmo tempo acolher o imigrante desamparado e, por que não, torná-lo cidadão brasileiro?

1.2 A imigração italiana em Minas Gerais

É importante considerar, com Alvim (apud GRECO, 2008, p. 4) nesse momento, a figura do agenciador no processo de partida e também no percurso pelo qual o emigrante deveria passar. Sua função era encaminhar o sujeito emigrante. Conforme a autora

a tarefa de agenciador não requer muita especialização, basta dizer aos camponeses que dentro de alguns meses terão dinheiro aos montes, que num par de anos serão proprietários de latifúndios, que de trabalhadores braçais tornar-se-ão patrões e persuadir meia dúzia dos mais importantes que o apostolado está completo.

Entretanto, a travessia ao novo mundo muitas vezes não tinha um “final feliz”. Cavalieri (2011) chama a atenção para o fato de como era difícil a viagem que, em alguns casos, dependendo da embarcação, durava até dois meses. Aponta que a maioria dos navios não possuía condições mínimas de higiene e em muitos casos, a situação era desumana e a alimentação deplorável. Era contínua a luta pela sobrevivência. Muitos morriam pelo caminho e a maioria chegava ao destino doente e desnutrido.

Ainda, conforme o mesmo autor, após a chegada ao Brasil, os imigrantes eram encaminhados a hospedarias, e mesmo ali, já em solo brasileiro, a situação de miséria permanecia. Aqueles que viessem da Itália com contratos firmados já eram encaminhados ao seu destino, enquanto os demais aguardavam nas hospedarias até que os fazendeiros chegassem e os escolhessem, passando nesse percurso, por condições de extrema necessidade, expostos à própria sorte (idem, 2011).

Apesar deste contexto geral, Monteiro (1994) aponta que Minas Gerais iniciava de modo particular ações imigrantistas para receber o trabalhador europeu. Como aponta a autora, para auxiliar no processo de recebimento e reenvio dos imigrantes para o interior do Estado, para as lavouras ou núcleos coloniais - dois sistemas distintos, como veremos - foi inaugurada em 1889, em Juiz de Fora, a Hospedaria Horta Barbosa. Inicialmente, teve dificuldades administrativas e financeiras, sendo abandonada pelas condições problemáticas em que se encontrava. Mas já em 1895, novas demandas e o vultoso aumento da corrente imigratória exigiram novamente o auxílio da hospedaria, que fora reformada e encontrava-se naquele ano em pleno funcionamento. Porém, como aponta Trento (apud CAVALIERI, 2011, p. 39), em período de grande contingente imigratório, e no caso de imigrantes que vinham sem emprego encaminhado, estes eram obrigados a vagabundear pelas cidades, ou então, amontoar-se nas hospedarias já lotadas. Segundo Cavalieri (idem), além dessa problemática, comum à maioria das hospedarias, não só de Minas, doenças e epidemias tornaram-se grave problema nestes locais e tomavam conta das preocupações do momento.

Podemos perceber ainda, conforme estudos de Monteiro (1994), que mesmo os imigrantes que vieram antes desse período e já se encontravam instalados passaram por situações muito semelhantes às de seu país. Em 30 de janeiro de 1890 alguns italianos já estabelecidos em São João Del Rei encaminharam ao governador do Estado um abaixo-assinado⁴ contendo reivindicações que contemplavam melhores condições de sustento material para sobrevivência, auxílio médico e farmacêutico e ainda, escola para os filhos.

David Moretzohn Campista, nomeado em 1894 Superintendente de Emigração na Europa, com sede em Gênova, descreve em seus relatórios que os estudiosos italianos da emigração consideravam o Brasil um triste destino (idem). Em seus livros eles relatam dificuldades, abusos e enganações dos quais os emigrantes eram vítimas, além de descreverem a sua situação após chegarem ao Brasil. Narravam, ainda, que os italianos eram encaminhados a regiões longínquas, desabitadas e mesmo que outros se dirigissem aos grandes centros urbanos, todos necessitavam lutar pela sobrevivência.

Mesmo diante de tais adversidades, conforme se lê e se ouviu ao longo de nossa história, o imigrante não desistiu de continuar uma incansável luta por condições de vida digna, um pedaço de chão que pudesse sentir seu. Inserido nessa conjuntura, o sujeito

⁴ MONTEIRO (1994) teve acesso ao abaixo-assinado promovido pelos imigrantes italianos, através de fontes primárias, como os manuscritos disponíveis no Arquivo Público Mineiro: Delegacia das *Terras e Colonização* – Livro nº 7, 1890. Ofício de 30 de janeiro de 1890.

imigrante fez das terras do Brasil a sua terra. E, levado a identificar-se com o novo mundo, identificou-se como o imigrante, imigrante italiano.

Com base no estudo sobre a imigração no Estado de Minas, tornou-se possível conhecermos ou relembarmos alguns momentos históricos e ambientes em que circularam os primeiros imigrantes italianos, vindo a constituir no município de Machado – região Sul – um bairro específico, aqui designado como bairro rural, com características que serão descritas oportunamente.

Com vistas à análise do *corpus* deste trabalho, consideramos imprescindível e necessária a investigação do percurso dos primeiros imigrantes italianos que vieram para a referida cidade, para melhor compreender a historicidade de seus dizeres. A História contribui assim para enriquecer esta pesquisa e estruturá-la na compreensão dos sentidos produzidos para e por esses sujeitos ao longo da história da imigração, que é a sua história, e que tomam corpo nos materiais de linguagem registrados, como veremos mais adiante.

Monteiro (1994) nos mostra que no início da última década do século XIX, Minas Gerais se encontrava em uma situação econômica preocupante devido à desorganização do trabalho, com o fim da escravidão, e à baixa densidade demográfica do território. A maioria dos trabalhadores, antigos escravos das fazendas, recusava-se a trabalhar, buscando nos estados vizinhos novas chances de melhorar suas condições de vida. Segundo a autora “o êxodo resultava da atração exercida pela lavoura de café por ocasião de sua colheita, através dos incentivos do salário. A maior parte dos que se deslocavam dirigiam-se para São Paulo, Rio e zona da Mata” (idem, p. 50).

Como se sabe, com a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, o governo geral passou a funcionar sob a forma de República. As antigas províncias passaram a constituir os Estados. Como consequência, a questão imigratória, antes centralizada no Governo Federal, deveria ser organizada, então, por Estados. A União transferiu a estas instâncias administrativas terras devolutas que estavam localizadas em seus respectivos territórios, para auxiliar nesse processo (idem).

Com essas ações administrativas, Minas Gerais encontrou um novo caminho para a solução de problemas econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, o Estado poderia, através da posse das terras devolutas cedidas pelo Governo Federal, conforme pontua a autora, legislar de modo a atrair trabalhadores ao seu território, com vistas a povoá-lo e ao mesmo tempo conquistar braços para o trabalho nas lavouras. É sabido que a política de imigração

desse período visava à aquisição da mão-de-obra favorecendo a introdução de colonos das raças europeias, tendo em vista também o branqueamento da população⁵.

O trabalhador nacional - escravos libertos e outros homens livres - não era visado pelos fazendeiros para trabalhar em suas lavouras, segundo Monteiro (idem), pois não era considerado capaz de desenvolver as atividades relacionadas à terra de forma eficiente e produtiva. Era tido como não dominando conhecimento ou técnica, e ainda, era visto como sujeito preguiçoso e vadio. É possível comprovar o desinteresse dos fazendeiros pelo trabalhador brasileiro com base na justificativa construída acima, tendo em vista a intensa busca pelo trabalhador estrangeiro na qual o governo investiu, desejou e muito valorizou.

Ademais, conforme a autora,

Se a carência de mão-de-obra para a lavoura de subsistência era grave, não o era menos para a grande lavoura. Várias são as mensagens presidenciais que falam de solicitações de fazendeiros das zonas da Mata e Sul, de providências. Alegavam a impossibilidade de contar com o trabalhador nacional, devido a vadiagem e resistência ao trabalho agrícola (idem, p. 51).

Apoiados nas justificativas acima e na urgente necessidade econômica a ser resolvida, o Governo Federal, o Estado de Minas Gerais e os fazendeiros viam na imigração europeia os sujeitos capazes de enfrentar o trabalho nas lavouras de café e também necessários para povoar o território mineiro, além de “contribuir” para o desenvolvimento da agricultura em geral e da indústria. O imigrante era entendido, no Brasil, como a solução para aquele momento.

Diante disso, em março de 1893, através do Decreto nº 612, foi regulamentada a introdução de imigrantes no Estado de Minas Gerais. Nesse contexto iniciou-se a imigração em maior escala de indivíduos com destino a Minas Gerais. É oportuno lembrar que até o dado período o Estado havia contado com algumas entradas de imigrantes, mas em número tão insignificante que não produzira efeitos em termos econômicos. A partir deste decreto, o território mineiro receberia milhares de famílias de imigrantes. Assim, “a 16 de agosto de

⁵ Sobre a “teoria do branqueamento” ver Lúcia Lippi Oliveira, na obra *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes* (2006). Essa teoria foi difundida no final do século XIX e início do XX, e postulava que a raça branca (pura) representava superioridade, progresso e harmonia social. Ocupou espaço nas políticas do governo e, acompanhando os acontecimentos históricos do período (séc. XIX/XX), estava relacionada ao povoamento do território brasileiro e à constituição de braços para o trabalho nas lavouras e indústrias. A seleção de imigrantes que se dirigissem ao Brasil, deveria obedecer à demanda pelo branqueamento, com o intuito de tornar a população brasileira cada vez mais branca, pois, segundo a referida teoria, esta seria a solução para que o país (que até então era formado por uma população miscigenada, por índios, negros, brancos e mestiços) se constituísse como uma nação civilizada.

1894, aportava no Rio de Janeiro a primeira leva de 292 italianos destinados a Minas, e outras se sucederiam a pequenos intervalos” (MONTEIRO, 1994, p. 69).

Ainda, segundo a autora, o próprio Estado de Minas Gerais financiava a vinda dos imigrantes ao país. Inicialmente eles eram introduzidos pelo porto do Rio de Janeiro, mas muitos não seguiam para Minas e dirigiam-se para outro Estado. Devido a esse fato, o Estado mineiro levava prejuízo, tendo investido no imigrante e ficando sem essa mão-de-obra.

Diante dessa problemática, como analisa a autora, Minas Gerais estabeleceu um convênio com o Estado do Espírito Santo para recebimento dos imigrantes que chegassem ao porto de desembarque do referido Estado. Por esse acordo, muitos imigrantes com destino a Minas Gerais seriam identificados e encaminhados o quanto antes às hospedarias mineiras, a fim de conseguirem trabalho.

1.2.1 Formas de contratação do trabalhador imigrante

É importante ressaltar que no Estado de Minas Gerais a política de povoamento contou com a criação de núcleos coloniais, como nos Estados do Sul, para receber o trabalhador europeu. Os núcleos coloniais eram criados tanto pelo governo de Minas Gerais, constituindo os núcleos oficiais, como por fazendeiros que se interessassem em dividir parte de suas terras com os trabalhadores que ocupassem esses núcleos, que, nesse caso, eram chamados de núcleos coloniais particulares. Esses núcleos eram criados com base em um acordo legal entre fazendeiros e governo mineiro, pelo qual os fazendeiros receberiam vantagens diante da iniciativa (*idem*).

O trabalhador imigrante que optasse por fazer parte dos núcleos coloniais poderia efetuar o pagamento, a vista ou a prazo, pela propriedade ocupada. O segundo caso era o mais comum, e o imigrante deveria pagar anualmente, durante dez anos, um valor referente ao preço do lote. Após esse período tornava-se proprietário da terra.

É importante destacar que consta na obra de Monteiro (1994) a referência a um núcleo colonial fundado no ano de 1889, na região sul de Minas Gerais. Como aponta a autora, foi instalado o núcleo colonial Francisco Sales em Pouso Alegre, cidade próxima a Machado, compreendendo uma área de 77.164.244 metros quadrados, que se dividia em 800 lotes rurais e 227 urbanos. Em 1907, o núcleo encontrava-se em pleno funcionamento e na década de 1920 já possuía autonomia para se desenvolver sozinho, deixando, portanto, de ser auxiliado pelo Estado.

Além dos núcleos coloniais criados pelo Estado ou por fazendeiros, Minas Gerais contou com outras formas de povoamento de suas terras por imigrantes. Uma dessas formas de contrato, que também se destacou, foi o sistema de parceria, pelo qual o imigrante, juntamente com sua família, arrendava a terra particular do fazendeiro e ao final da colheita entregava ao proprietário parte da produção, sendo o restante consumido e vendido.

Entretanto, o sistema que mais se destacou em Minas Gerais, segundo pesquisa de Monteiro, foi o pagamento pela mão-de-obra ao trabalhador imigrante através do salário fixo diário, sem vínculo empregatício. À maioria dos imigrantes eram oferecidos trabalhos nas lavouras, com salários e condições de moradia. Seus destinos eram negociados, na maioria das vezes, através de contratos diretos com os donos das fazendas ou mediadores responsáveis para esse fim.

Há na bibliografia um destaque para o final da década de 1890, quando as lavouras de café encontravam-se em pleno desenvolvimento e sua produção aumentava assustadoramente. Como se sabe, Minas encontrava-se em seu auge econômico, principalmente nas regiões do Sul e da Zona da Mata. A maior parte dos imigrantes que adentraram essas terras foram os italianos. É certo que o Estado recebeu imigrantes de outras nacionalidades, como portuguesa e alemã, por exemplo, mas foi a corrente italiana que se impôs. Entre 1894 e 1897, anos conhecidos como período intenso da imigração em Minas Gerais, entraram no Estado aproximadamente 65.153 italianos para um total de 70.817, já considerando os imigrantes de outras nacionalidades (idem).

Como já foi visto, Minas Gerais, assim como outros Estados brasileiros naquele momento, contava com grandes vazios demográficos e um dos interesses principais do Governo Federal e dos fazendeiros era justamente utilizar a imigração com objetivo final de preencher esses vazios, ao mesmo tempo em que somava braço trabalhador nas lavouras. Todavia, embora Minas tenha desenvolvido inúmeras políticas imigratórias, buscando um melhor método de auxiliar a introdução e fixação do imigrante em solo mineiro, tais processos, segundo Monteiro (1994), não obtiveram o êxito esperado em seus resultados, pois as políticas de povoamento realizadas pelo Estado, mesmo contando com boas intenções e investimentos significativos, não foram bem administradas. Dessa forma, diante de melhores oportunidades encontradas em outros Estados, como melhores ofertas de trabalho oferecidas pelos fazendeiros, ou ainda, maior facilidade para tornar-se pequeno proprietário, muitos imigrantes vindos inicialmente a Minas Gerais, optaram por tentar nova chance em outro Estado.

Cabe salientar que o imigrante instalado no Estado de Minas não tinha condições de assumir o regime de propriedade de terra oferecido pelo governo, uma vez que não possuía condições financeiras mínimas para isso. O sistema de trabalho dominante nas lavouras, por outro lado, consistia, segundo Cavalieri (2011), no tratamento semelhante ao que se estava habituado a dar aos escravos, o que não agradou ao trabalhador europeu – sujeito que tinha outra cultura de trabalho, era mais esclarecido do ponto de vista dos saberes ocidentais, jurídicos, e que conhecia políticas de reivindicação de direitos. Trento (apud CAVALIERI, 2011, p. 43) salienta o contraste que se dava nesse contexto:

(...) mesmo habituados a uma vida destinada exclusivamente ao trabalho e privados de muitas outras coisas, eles detinham uma liberdade pessoal; porém, no Brasil, os fazendeiros colocavam-nos sobre suas rédeas, utilizando ainda de leis que antes eram aplicadas aos escravos.

É imprescindível frisar o lado paradoxal da forma administrativa aplicada às políticas de imigração em Minas Gerais e o modo como de fato a tentativa de introdução e fixação do imigrante se realizou no interior mineiro. É importante ressaltar que apesar de existir o interesse do Estado e dos fazendeiros de receber imigrantes, diante da necessidade de povoamento e ao mesmo tempo de conquistar braços para as lavouras, os benefícios contratuais oferecidos aos imigrantes não davam condições de torná-los, de fato, proprietários de sua terra ou mesmo de obter um bom salário, como era esperado por parte da população que se arriscou pela aventura da imigração.

Desse modo, um novo êxodo para outras regiões do país, especialmente os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tornou-se inevitável. Os salários e as condições de trabalho naqueles Estados eram mais favoráveis ao interesse do trabalhador imigrante, que saía de seu país para a conquista de uma outra terra, num outro espaço, e dessa forma não desistiria facilmente. Assim como muitos dos então trabalhadores livres, que eram os antigos escravos, os imigrantes, de forma geral, deixaram o solo mineiro.

Segundo Monteiro (1994), leis e decretos haviam sido criados e reelaborados com a finalidade de fazer de Minas Gerais um Estado avançado, populoso e desenvolvido, confiante na população imigrante. Contudo, na prática, outra história se escreveu e, a seu ver, a política de imigração fracassou neste Estado. A autora aponta números significativos que mostram que entre 1894 e 1902, de 58.892 imigrantes vindos para o Estado apenas 2001 achavam-se localizados em Minas.

1.3 O imigrante italiano em Machado – Sul de Minas Gerais

Algumas famílias desses tantos pequenos agricultores imigrantes, agarradas à necessidade de acreditar que o Brasil seria um bom (talvez o único) destino para conquistarem uma vida melhor, se assentaram em Machado, MG. Como vimos, consideramos importante ressaltar que, na imigração, o único anseio de quem se encorajava a abandonar a sua terra, sem ao menos o desejar, no sentido forte do termo, era tornar-se proprietário da terra que o recebia, na qual trabalhava.

Da mesma maneira que tantas outras, as famílias imigrantes de Machado enfrentaram as mais variadas contrariedades. Passageiros do vapor Arno, partindo do porto de Gênova, no norte da Itália, elas chegaram às terras brasileiras e construíram nesta cidade uma história.

De acordo com nossa consulta ao Arquivo Público Mineiro⁶, foi em 18 de dezembro de 1895 que dera entrada na Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, grande número de imigrantes italianos e, entre eles, algumas famílias com destino à cidade de Machado, na região sul de Minas Gerais.

Como nossa pesquisa está marcada por um movimento, que procuramos ordenar textualmente, entre passado e presente, como dissemos, acreditamos ser significativo para o momento trazer ao presente os registros da entrada de algumas famílias de imigrantes italianos na referida hospedaria, uma vez que os atuais moradores do bairro da Conceição são, em sua maioria, provenientes dessas famílias.

A maior parte dos fazendeiros da região de Machado aderira à política de imigração promovida pelo governo de Minas Gerais e, dessa forma, contribuíram para a vinda de muitas famílias de imigrantes à cidade de Machado.

Segundo o estudo de Martins (2014, p. 296),

A expansão do café nas terras de Machado foi simultânea aos impactos da Abolição da Escravidão no país e na região. Na década de 1890, os fazendeiros machadenses tiveram que ensaiar novas formas de obter mão-de-obra, optando pela combinação de duas alternativas: a contratação de trabalhadores nacionais (homens livres e escravos) e o emprego de colonos imigrantes.

Conforme os documentos do Arquivo Público Mineiro, disponíveis *on line*, consta que no ano de 1895 as famílias Corsini e Milan partiram no Vapor Arno, de Gênova, no norte italiano, rumo ao Brasil.

⁶ O acesso ao Arquivo Público Mineiro se realizou através da internet, pelo site <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em 09 de fevereiro de 2015.

Consta, também, que cinco dias após darem entrada na hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, essas famílias foram contratadas para trabalhar em terras no sul de Minas. Assim, partiram rumo ao novo destino, onde trabalhariam nas lavouras de café, na Fazenda Pedreira, de propriedade do Senhor Pio de Souza Dias, no município de Machado.

As consultas ao Arquivo Público Mineiro nos direcionaram para os livros de registros⁷ da hospedaria Horta Barbosa, de Juiz de Fora. Nele lemos que no ano de 1895 emigraram o Senhor Valentino Corsini, acompanhado da esposa e com seis filhos, Giuseppe Corsini, com a esposa, e Luigi Milan, viúvo que, aos 45 anos, junto com cinco filhos, procurou abrandar o sofrimento da viuvez partindo para uma nova terra.

Mais tarde, conforme esses registros, em 1896, mais uma família de agricultores italianos, do Senhor Leonardo Begalli, com a esposa e seis filhos, foi para Machado trabalhar nas fazendas de café, e no mês de agosto do mesmo ano conseguiu trabalho, seguindo então pelo mesmo caminho dos primeiros. Em poucos anos, outros italianos, das famílias Milan, Caliaro, Corsini, Serafini, Savini, Signoretti, Nanetti, entre outras, chegaram a Machado.

Nos anos que se sucederam à chegada, essas famílias de imigrantes dedicaram-se exclusivamente ao trabalho, tendo em vista os motivos que fizeram com que deixassem seu país, como consta nos registros sobre a emigração/imigração, tanto escrita como oral: conquistar uma terra onde pudessem trabalhar, manter condições de vida mais digna, sobretudo o sustento de toda a família.

Após muito esforço e persistência, trabalho árduo, sob sol ou chuva, conforme conta a história oral, a maioria desses imigrantes italianos que se destinaram a Machado teve condições de adquirir a propriedade da terra e, juntamente ao crescimento da lavoura cafeeira do sul de Minas, também se desenvolveram economicamente e fixaram-se em terras machadenses, no lugar que hoje se conhece como bairro da Conceição.

1.4 O sujeito morador do bairro da Conceição

Como visto anteriormente, dentre os imigrantes italianos que se estabeleceram em Machado, a maioria trabalhou em lavouras de particulares, de onde tirava o sustento e, do pouco que sobrava, economizava para comprar a própria terra.

⁷ É possível acessar os livros de registros de imigrantes que entraram em Minas Gerais entre os anos de 1888 e 1901, através da página do Arquivo Público Mineiro. Os documentos podem ser consultados pelo site <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>.

Os sujeitos atuais descendentes de imigrantes italianos contam que quando seus antepassados compraram as terras onde moram hoje, tratava-se de um lugar distante da cidade e de difícil acesso, por ser uma região composta por montes e montanhas. Nesse lugar havia matas fechadas e, assim como outros que imigraram para o Brasil, tiveram de construir no inóspito espaço as suas moradas e lavouras.

Como a maior parte deles era da mesma família ou possuía algum parentesco, procuraram construir suas casas próximas umas das outras, criando o hábito de adquirir, para isto, terras vizinhas.

Assim, atualmente, após aproximadamente 110 anos da primeira imigração para esse local, grande parte dos sujeitos descendentes desses imigrantes, que somam cerca de 125 famílias, permanece no mesmo lugar, e contribui para o funcionamento e crescimento do que veio a se tornar o bairro da Conceição.

A respeito do nome do bairro, consta que os imigrantes que deram início a ele também lhe deram um nome. Antes da chegada dos imigrantes, a região era chamada de “Buraco”. Esse nome se explicaria por razões geográficas, relativas à formação do relevo, composto por montanhas acidentadas, característica não só desse lugar como também da cidade de Machado como um todo. É possível observar que o bairro fica aos pés de montes e serras, por onde se espalham diversas pequenas propriedades, com suas casas e plantações. Por essas características o lugar é referido como bairro rural, uma denominação recorrente na região.

Atualmente seu nome é Bairro da Conceição. Alguns relatos tentam explicar o surgimento desse nome, entretanto há um entre eles que é o mais aceito pelos seus moradores, e que reflete uma das características de seus primeiros moradores, cujo sentido se encontra ainda presente para a maioria: a religiosidade.

A narrativa oral conta que um senhor italiano, chamado Leonardo Begalli, um dos primeiros moradores, conforme vimos acima, ainda na Itália, fez uma intenção a Nossa Senhora, em que pedia por ele e por sua família diante da difícil situação em que se encontravam. Ele teria prometido que quando conseguisse seu pedaço de chão, nas terras do Brasil, construiria uma igreja em homenagem à santa, como símbolo de gratidão e proteção. A igreja do bairro foi construída em 1917, e uma imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, feita de madeira, ocupa o seu interior até hoje. De acordo com o calendário da Igreja Católica, no dia 08 de dezembro é comemorado o dia da referida santa. No bairro da Conceição os moradores guardam esse dia como santo, não trabalham, dedicam-se a orações e vão à missa, como prova de devoção.

Esse é o relato que maior significação carrega, aceito pelos moradores, capaz de explicar o nome dado pelos imigrantes ao bairro da Conceição. O nome da santa é, assim, também o nome do bairro, do espaço, constituindo um laço de significação que reflete a religiosidade, a devoção e a obediência como princípios religiosos⁸ presentes entre os moradores desse espaço há mais de um século.

O bairro da Conceição é caracterizado, como dissemos, como um bairro rural, e seus moradores são agricultores. O café é ainda hoje o cultivo predominante e divide valor econômico com a plantação, em menor escala, de verduras e legumes que servem ao consumo próprio das famílias e também para serem vendidas em mercados e feiras na cidade.

No bairro existe uma única escola, com o nome de Escola Municipal Cloves Araújo Dias II, mantida pelo Município e que atende a todos os alunos entre o primeiro e o quinto anos do Ensino Fundamental. Depois desse período esses alunos vão estudar em escolas da cidade de Machado.

A escola do bairro foi criada no ano de 1939 e construída pelo poder público em um terreno doado pelos moradores do bairro. As famílias expressam grande satisfação pelo fato de que seus filhos possam estudar no mesmo lugar onde moram, pois assim, dizem, estão mais próximos de casa e entre conhecidos.

Os sujeitos do bairro aos quais estamos nos referindo e que são os sujeitos que produziram os materiais de linguagem que tomamos para análise discursiva, são todos brasileiros, descendentes dos imigrantes italianos cuja história acabamos de relatar. Muitos deles consideram-se, imaginariamente, como “italianos”, não no sentido de serem da Itália, mas segundo uma imagem concebida sobre eles mesmos desde a imigração, em que “o italiano” era visto como um povo de excelentes trabalhadores. Esse pré-construído circula no bairro e funciona até os dias atuais. Há assim um sentimento de pertença a um passado em comum e de gratidão aos antepassados.

⁸ Outro fato interessante relacionado à religiosidade merece nossa atenção. Em uma de nossas conversas com moradores do bairro, durante a pesquisa de campo, uma senhora foi indagada sobre por que as famílias desse bairro não mantiveram a tradição das típicas festas italianas, com dança, música e vinho, como é comum em outras regiões de imigração pelo país. A senhora contou que antigamente morou no bairro uma grande família de brasileiros, que era a única não composta por imigrantes. Um senhor dessa família, muito religioso, promovia novenas e terços no bairro, além de dar aulas de catequese. As festas entre os italianos eram comuns, mas quando os moços e as moças começaram a dançar juntos demais, esse senhor achou um absurdo, e tratou de pôr fim às festas. Essa senhora nos contou que ele foi de casa em casa com a imagem de uma santa, e que disse aos italianos: *Ou a dança ou a santa!* Diante da ameaça de um homem conservador, e ao mesmo tempo pela observância à religião, os italianos escolheram a santa e as tais festas acabaram.

Essa necessidade do sujeito em manter laços está relacionada à ideia de pertencimento. Orlandi (2011, p. 22), que entre várias reflexões dedicou-se em um momento à ideia de pertencimento, considera que essa noção “envolve o sujeito individuado na sua relação com o todo de que é parte”. Sobre o sentimento de pertença, diz a autora, ele é, na verdade, efeito de sentido, que não consiste em algo que vem do coração, mas a um modo de produzir sentidos. Ainda, segundo a autora, isso faz parte da identidade dos sujeitos. E no caso que analisamos, a ideia de pertencimento está relacionada ao efeito de sentido, ao sentimento de ser proveniente de imigrantes italianos, ou mesmo ao sentimento de sentir-se italiano, na relação com os “outros” (os ‘brasileiros).

A autora afirma ainda que, independente da situação, o sujeito sempre possuiu uma necessidade de laço social.

Afirmamos que há em todo sujeito uma necessidade de laço social que sempre estará presente ainda que ele viva em situação absolutamente desfavorável. Ao individuar-se, ao mesmo tempo identifica-se e se projeta em uma posição-sujeito, na sociedade, representando-se como parte do grupo a que pertence (ibid., p. 23).

Assim, consideramos que é necessário ao sujeito o efeito de sentido de pertencer a um grupo, de sentir-se como parte constitutiva dele e de ser por ele também constituído. É condição de sua existência criar laços sociais, pertencer a. Orlandi (idem) explicita que pertencer a um grupo é efeito e ilusão, porém faz-se necessário. O efeito de pertencimento constitui-se por um imaginário que solda e fortalece o grupo.

O imaginário que solda, portanto, o grupo ao qual nos dedicamos nesta análise, constitui-se no imaginário do imigrante italiano. Podemos perceber como o pertencimento, o fato de constituir laço social é necessário ao sujeito e funciona de um modo discursivamente homogêneo entre os sujeitos moradores desse bairro rural. Esse sentimento se produz através dos efeitos de sentidos resultantes do modo como ele diz a sua história, o que participa da sua constituição imaginária.

Compreendemos assim, em relação ao efeito de pertencimento, que diante da necessidade de integrar-se à sociedade brasileira, esse sujeito imigrante integrou-se inicialmente aos indivíduos mais próximos a si, constituindo um grupo específico, na cidade de Machado, no bairro da Conceição, para assim integrar-se à sociedade brasileira de um modo mais amplo. Nesta nossa pesquisa foi possível perceber, conforme será detalhado mais adiante, que ao repetir os acontecimentos dos antepassados e recontar as histórias os sujeitos analisados apresentam, em relação ao processo de identificação, dentre outros, a característica de orgulho por fazer parte desse grupo, ou seja, de se constituir e de ser por ele constituído.

Dessa forma, esse efeito de pertencer tornou possível aos imigrantes italianos, e torna a seus descendentes, o partilhar, sempre ressignificado, de uma história, com língua e acontecimentos em comum, com valores e maneiras de significar o mundo que estruturam sua constituição.

A partir do estudo dessas condições amplas de produção do nosso *corpus* de pesquisa, sob um olhar discursivo, tornou-se possível conhecer melhor a imigração/emigração em Minas Gerais e a história dos primeiros imigrantes italianos a formarem um bairro na cidade de Machado. Ao lado da pesquisa do arquivo disponibilizado pelo Estado de Minas Gerais, as narrativas orais dos atuais moradores são também elementos que nos oferecem condições de compreender melhor a formação do espaço em que vivem os sujeitos de nossa pesquisa, além das condições de produção imediata dos materiais analisados, produzidos por eles.

Como foi visto, o movimento entre passado/presente apresenta uma íntima relação com a memória e com a história, o que permite que a história dos antepassados se materialize como memória discursiva na atualidade.

Assim, passemos ao Capítulo Teórico-Metodológico, no qual apresentaremos conceitos e noções fundamentais da teoria que embasa e concretiza esta pesquisa. Os conceitos pelos quais circularemos nos auxiliam na compreensão dos discursos produzidos pelos sujeitos do bairro da Conceição, descendentes de imigrantes italianos. As noções abordadas são uma base, não fixa, mas do trabalho, no seu movimento com as análises, o que torna possível os gestos de interpretação que partem de nós, como analistas.

CAPÍTULO DOIS

DISPOSITIVOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos o referencial teórico que embasa a pesquisa. Tendo feito os estudos e leituras iniciais, na escrita do texto estaremos em um constante movimento, indo e vindo entre a teoria e as análises, através de leituras, releituras e colocação de noções e de fatos em relação, no processo da pesquisa, realizando nossos gestos de descrição e interpretação dos fatos discursivos.

Inicialmente consideramos importante tecer algumas descrições e explicitações em relação à constituição do *corpus* dos materiais a serem analisados nesta pesquisa e em relação aos procedimentos metodológicos da Análise de Discurso e, de modo particular, daqueles mobilizados no presente trabalho.

2.1 Metodologia e constituição do corpus

Diferentemente de outras áreas de estudos da linguagem, a Análise de Discurso constitui-se por uma disciplina que trabalha com *corpus* de pesquisa. A montagem de um *corpus* de análise é um ponto de partida, mas também um ponto de chegada da análise, e é indispensável para que uma análise de discurso seja realizada. Assim, o *corpus* permite, através de uma análise discursiva, delimitar o nosso objeto de análise (CHARAUDEAU, 2011).

Diante desta especificidade, de que o *corpus* possa permanecer de algum modo em aberto, em um projeto inicial de análise discursiva, consideramos que os materiais possam ir sendo definidos ao longo da pesquisa. O conjunto de materiais a ser definido pode ser também heterogêneo, isto é, composto por materiais de diferentes naturezas, acerca de uma questão, o que torna possível ao analista de discurso trabalhar em profundidade e com amplitude de materiais possíveis de serem introduzidos na análise dessa mesma questão, sempre relacionada a um processo discursivo tomado na produção de linguagem na sociedade.

Courtine (1981, apud SARGENTINI, 2015) define a noção de corpus discursivo como

(...) um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre corpora ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um corpus discursivo possa perfeitamente ser concluído apenas no final do procedimento.

A definição acima nos permite dizer que o *corpus* é uma construção constante do analista que se desenvolve e se (re)atualiza ao longo da pesquisa e do trabalho com as análises. É interessante notar que, por princípio, não há neutralidade na escolha do *corpus*, assim como não há neutralidade nas práticas de linguagem, e os materiais de um corpus vão sendo definidos pelo analista, através de uma montagem composta pelos materiais que permitem compreender uma questão.

Assim, pontua Orlandi (2013), a construção do corpus e a análise estão estreitamente ligadas. Segundo a autora, a análise consiste em um processo que se inicia com o estabelecimento do *corpus* e que passa a ser organizada diante do material e do ponto de vista que o organiza.

Por esse viés, procura-se realizar na análise um tipo de exaustividade vertical, em termos da compreensão de um processo discursivo, e não horizontal (extensiva), com o dispositivo analítico considerando, neste caso, os objetivos da análise (idem). Segundo a autora, a exaustividade como forma de análise trabalha os fatos da linguagem com suas memórias, ideologias, histórias, ditos e não ditos, com sua materialidade linguístico-discursiva.

Ao trabalharmos a noção de *corpus*, consideramos também o trabalho com a noção de *recorte*. Segundo Orlandi (1984, p. 14), um recorte é um “fragmento discursivo que reúne linguagem-e-situação”. Em um primeiro momento, aponta a autora, o trabalho do analista consiste em converter a superfície linguística, que é o *corpus* bruto, em um objeto discursivo. Após essa etapa, tem início o trabalho de análise pela sondagem do corpus, buscando suas delimitações, realizando recortes, retomando-se conceitos e noções, a fim de se compreender o *processo discursivo* instalado em relação àquele *corpus*.

Como percebemos, ao estabelecermos um recorte, já estamos determinando a direção e a organização do texto. Isso permite que delimitemos o que será analisado no/através do recorte (idem, 1984). Nesse procedimento de “recortar” o material de análise aparece um

lançar mão da interpretação, a fim de compreender como o material em análise funciona no interior do processo discursivo.

Desta forma, é possível notar que a Análise de Discurso não possui uma metodologia sempre já pronta, embora tenha seus procedimentos metodológicos estabelecidos. Isto quer dizer que o aparato teórico-analítico mobilizado pelo analista deve estar em consonância com o *corpus* discursivo e com a metodologia empregada. O trabalho do analista vai sendo construído, portanto, no constante movimento entre a teoria, que é a base para suas análises, e os dispositivos metodológicos.

Disto, compreendemos que a teoria determina o procedimento metodológico, ao passo que ambos constituem o *corpus*. Sendo assim, entendemos que este não está pronto e acabado, não está dado, pois ele é construído juntamente com a análise, no movimento do gesto do analista.

Todo esse procedimento que aqui explicitamos toca em pontos com os quais lidamos ao longo da pesquisa. Como analistas de discurso, privilegamos na constituição da pesquisa um *corpus* de análises a partir do qual realizamos a chamada pesquisa de campo. O nosso corpus de análise constitui-se assim por materiais de linguagem, orais e escritos, produzidos pelos sujeitos da pesquisa, que são sujeitos moradores do bairro da Conceição, na cidade de Machado, Minas Gerais.

2.1.1 Nosso percurso metodológico

Antes de traçarmos o percurso metodológico que seguimos desde os primeiros materiais que nos tocaram nesta pesquisa, acreditamos ser relevante mencionar algo que nos é muito caro e significativo enquanto pesquisadora. Como foi dito antes, temos parte na história de identificações que tomamos nestas análises, com um interesse que, de fato, trazemos para a pesquisa. Nascida em uma família descendente de imigrantes italianos, meus bisavôs, juntamente com outros imigrantes, eram moradores do bairro da Conceição, e seus filhos e a maioria dos netos constituiu família e ainda mora no mesmo bairro. Embora ao se casar minha mãe tenha se mudado do bairro rural da Conceição para a cidade (zona urbana), em Machado, a família mantém contato com os familiares que ficaram no bairro. Sendo assim, sempre estive vinculada a essas pessoas, pela convivência com parentes, com a memória de imigração e com a língua deles (que é minha também, e se apresenta quando estou no bairro).

Com esta explicitação, posso dizer que o contato próximo com moradores do bairro da Conceição permitiu que muitas das anotações, registradas em conversas cotidianas, pudessem

constituir grande parte dos enunciados que compõem nosso corpus. Como decisão metodológica, optou-se por registrar situações de linguagem que ocorrem no cotidiano do bairro, ao invés de realizar um conjunto definido de entrevistas gravadas a serem transcritas. Acreditamos que este modo de observação da prática discursiva cotidiana do bairro, com a *menor interferência possível* do pesquisador (como nas gravações) poderia propiciar ocorrências dos *modos* e dos *mecanismos* de identificação dos sujeitos (PAYER, 2013) no seio dessa prática, em relação à língua e ao espaço.

Assim, a partir destas primeiras decisões e anotações, elegemos nosso corpus de pesquisa e pensamos nosso estudo. Os registros feitos das conversas cotidianas materializam os enunciados dos sujeitos, e através da análise desses materiais podemos observar, já desde o início, como se realiza a constituição desses sujeitos, através, dentre outros elementos, das diferentes *dimensões* da linguagem, compreendidas, como veremos mais adiante, ainda neste capítulo, pela língua materna (dialeto italiano) e pela língua nacional (português).

Diante desse início, com o avançar do estudo no Curso, ampliamos o nosso olhar, a fim de pensar ainda sobre o papel do bairro nas relações sócio-históricas desses sujeitos, considerando, como veremos, que o bairro é tomado como um *espaço* e que funciona para os sujeitos analisados como espaço discursivo, parte constitutiva desses moradores.

Contamos então, no corpus, em um primeiro momento, com as anotações escritas de conversas cotidianas dos sujeitos moradores do bairro da Conceição. Como foi dito, por estar em contato com moradores do bairro, e tendo em vista a presente pesquisa, as anotações às quais nos referimos foram feitas logo depois de diálogos e conversas informais entre estes sujeitos.

Este percurso requer ao mesmo tempo envolvimento com o tema e equilíbrio do analista. O fato de que lhe seja caro o tema da imigração, com o constante trabalho de memória através de textos orais que ele propicia, não impede – ou mesmo, proporciona - que o pesquisador desenvolva novos modos de entender esse material de linguagem, compreendendo-o de outra maneira, pelo seu funcionamento discursivo.

Trabalhamos com o discurso oral, embora tenha sido por nós registrado por escrito, durante a pesquisa de campo. Como pesquisadores sabemos que “estamos diante de uma forma outra da linguagem diversa da escrita”, que “a oralidade é um lugar sócio-histórico de produção e de circulação de sentidos” e “a oralidade é historicamente produzida”, como prática de linguagem, e não deve ser tomada apenas empiricamente, mas como prática histórica que ficou no domínio da oralidade pela relação tensa com o universo da escrita (PAYER, 2005). Assim, procuramos registrar tais conversas da melhor maneira, com a

atenção aguçada, através de uma escuta atenta, com o intuito de *flagrar no cotidiano o processo real da língua no sujeito*, considerando os diálogos informais como momentos específicos que indicam os modos de constituição dos sujeitos no seio da prática discursiva, e propícios à compreensão do objeto que nos propomos investigar.

No processo desses registros, após uma sondagem inicial sobre o material, consideramos importante realizar uma específica *visita*⁹ à casa de uma senhora conhecida de todos no bairro por ser uma das suas moradoras mais antigas. A finalidade era conversar com ela e buscar informações para conhecer melhor a história contada no bairro sobre os imigrantes italianos, sendo ela filha de um deles. Acompanhou-nos nessa visita outra senhora, também moradora do bairro, que sempre trabalhou em prol dos interesses desse lugar, buscando melhorias e mesmo participando de eventos que propunham, a seu modo, “resgatar” a história do bairro, dos antepassados. Diante do diálogo reminiscente que se desenrolou entre as duas senhoras, decidimos no momento gravar a conversa que, ao encontro de nosso interesse, veio somar-se ao *corpus* de nossa pesquisa. Assim, contamos com mais um material para análise e que se constitui pela conversa gravada entre uma senhora, AMC, de 81 anos e outra, EMC, de 60 anos, no bairro da Conceição.

Logo se fizeram presentes algumas lembranças de situações de quando eu lecionava aulas de Língua Portuguesa, em uma escola estadual na cidade de Machado, em séries finais do Ensino Fundamental, no ano de 2009. Através do profundo envolvimento com os materiais, tomei a decisão de trazer para complementar o *corpus*, um relato que partiu de minha experiência como docente, no contexto em que estava inserida e onde tive a oportunidade de vivenciar, através da observação, a relação do sujeito aluno do bairro da Conceição, em sua prática discursiva na escola da cidade, portanto em contato com “o outro”.

E, por fim, complementa o *corpus* desta pesquisa a cópia de um documento que diz respeito à criação da escola do bairro. Trata-se de um histórico sobre a escola do bairro da Conceição, atualmente nomeada “Escola Municipal Cloves Araújo Dias II”, que traz informações sobre sua criação e funcionamento. Este documento consta, em cópia, em um pequeno livro intitulado “Ricordanze”¹⁰, disponibilizado por uma moradora do bairro, através de quem tivemos acesso ao documento.

⁹ A *visita* é um momento de ocorrência da prática discursiva comum entre sujeitos imigrantes e foi utilizada também na metodologia da pesquisa de campo em Payer, 2006.

¹⁰ O livro *Ricordanze* (2000) foi escrito pelos alunos da escola existente no bairro da Conceição, em razão da comemoração dos 500 anos do Brasil, tendo como objetivo principal *resgatar* a história dos imigrantes italianos que fundaram o referido bairro.

Resta dizer que esta pesquisa assenta-se então na análise discursiva de um *corpus* heterogêneo de materiais, a partir do qual realizamos os recortes dos discursos que atravessam os dizeres dos moradores do bairro da Conceição, com o objetivo de pensarmos no processo de construção de nosso objeto de análise, que busca compreender os modos específicos como os processos de identificação incidem e determinam a relação desses sujeitos, tanto com as línguas quanto com o espaço que os constituem e, ainda, como esses fatos (re)significam em suas relações sociais.

2.2 A teoria materialista do discurso

A matriz teórica que constitui o referencial desta pesquisa situa-se na Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux. Nossas reflexões se inserem no arcabouço teórico-metodológico, tal como desenvolvido por esse autor e no contexto brasileiro por Orlandi, Payer, Cavallari, Martins (2012), Magalhães, Mariani, Ferreira, entre outros. Pensamos assim, as relações entre sujeito, língua, ideologia, silêncio, identidade/processos de identificação, memória discursiva, espaço, como espaço discursivo e espaço social, entre outras noções a estas relacionadas.

Inseridos nessa perspectiva teórica, passamos a pensar nos discursos produzidos pelos sujeitos brasileiros do bairro da Conceição, na cidade de Machado, descendentes de imigrantes italianos. Assim, consideramos investir na reflexão e pesquisa, tendo em vista que os sujeitos constituídos e afetados pela língua, pela história e pelo lugar inscrevem-se em processos de identificação e produzem efeitos de sentidos, através do discurso materializado na língua, no dizer. Dizer não em si mesmo, mas referido às suas condições de produção, à memória, às formações discursivas, como aponta Orlandi (2013).

Como se sabe, Michel Pêcheux é fundador da Análise de Discurso, na França, no final da década de 60. O filósofo dedicou-se aos estudos da linguagem e através de suas reflexões questionou a transparência da língua, do sujeito e da história. Com a Teoria do Discurso, Pêcheux (1997) propõe que há opacidade na leitura de um texto e afirma que é preciso deixar-se questionar através da linguagem. Dessa forma, o autor redefine a noção de ideologia, relacionando-a ao sujeito e à linguagem: todos somos sujeitos à ideologia, “não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia” (idem). Ao questionar as evidências da linguagem, Pêcheux leva a questionar a noção de ideologia em vigor nas ciências humanas, que não é, ele diz, ocultação de sentido e sim a produção da evidência dos sentidos. Há um imaginário que

trabalha no sujeito em relação às condições de produção. Através do questionamento do que se apresenta como evidente, o filósofo dá início a uma teoria crítica da linguagem¹¹.

No Brasil, a Análise de Discurso tornou-se conhecida, sobretudo, com o trabalho de Eni Orlandi. A pesquisadora aqui apresentou e deu continuidade à teoria pêcheutiana, que aos poucos ganhou amplo espaço no país. A área da linguagem ganha então novas formas de ser pensada, e a cada olhar questionador sobre o discurso, conceitos mudam de sentido e se redefinem, e novos objetos teóricos se apresentam.

Assim, é possível nos reportarmos a Orlandi (2008, p. 20-22) ao explicitar que a Análise de Discurso surgiu a partir de duas rupturas. A primeira diz respeito ao fato de que não era mais aceitável conceber o estudo dos sentidos do texto através do estudo mecânico do conteúdo, modo utilizado pela Linguística. A segunda refere-se ao modo de conceber a leitura de um texto, visto até então como mera decodificação. A nova disciplina rompe essas concepções, procurando compreender como um texto produz sentidos, e constrói um dispositivo teórico que considera, na leitura de um texto, a materialidade da linguagem, a sua não transparência.

Em seu livro “*Análise de Discurso: princípios e procedimentos*” (2013), Orlandi pontua que a Análise de Discurso dedica-se ao estudo da linguagem considerando, de modo particular, o discurso – seu objeto de análise. Sob essa perspectiva, o discurso é considerado como “efeito de sentidos entre locutores”. Temos assim o discurso compreendido como a palavra em movimento, prática de linguagem em que o ponto central é, através da observação do homem falando, compreender como um texto produz sentidos.

Esta forma de conceber o discurso vai ao encontro do caminho que tornou possível iniciar essa pesquisa, ou seja, considerar de fato que o sentido se (re)produz nas relações entre homens. E esses homens são, aqui, sujeitos que encontramos no bairro da Conceição, brasileiros, com história de imigrantes italianos, e que mereceram nossa atenção diante das instigantes relações existentes com/entre a língua materna (dialeto italiano) e a língua portuguesa. Línguas que se materializam no discurso desses sujeitos e que tornam possível que certos sentidos se façam presentes em suas práticas discursivas.

A Análise de Discurso procura analisar como um texto produz sentidos e a língua é pensada assim, em sua relação com o discurso. Isso nos levou a entender que a língua é passível de jogo e para que produza sentidos é preciso que os sujeitos se inscrevam na

¹¹ Com base em anotações pessoais realizadas durante as aulas do Mestrado em Ciências da Linguagem, da disciplina “Introdução à Análise de Discurso”, ministrada pela Professora Eni Puccinelli Orlandi, a quem agradeço as significativas contribuições sobre as principais noções da disciplina de entremeio.

história. Esta é uma questão já consolidada na teoria de entremeio e nos permite dizer que a língua está bem distante das noções de unidade, estabilidade e transparência.

Além disso, observa Orlandi (2013), a Análise de Discurso reintroduz a questão do sujeito na análise da linguagem, ao mesmo tempo em que considera o materialismo histórico, a partir do qual a relação do homem com a história não é tão óbvia como se imagina.

Como diz a autora

A Análise de Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique (idem, 2008, p. 21).

Desse modo, a autora reflete que através da junção entre língua e história na produção dos sentidos, a Análise de Discurso trabalha com a forma material, sendo esta considerada como forma linguístico-histórica. Assim, entendemos que o estudo da forma material linguística está relacionado ao estudo da língua que é de fato a materialidade específica do discurso e constitutiva do sujeito. Ao mesmo tempo, o estudo que se dedica à forma histórica considera também o real da história em sua relação direta com o real da língua.

Cabe considerar, portanto, que a Análise de Discurso, à qual nos filiamos, conforme já mencionado, é a teoria discursiva que permite estabelecer nossa compreensão teórica em relação aos conceitos mobilizados ao longo da pesquisa, e mais especificamente, nas análises.

A partir desse viés teórico entendemos a estreita ligação entre sujeito, língua, história e espaço. Estes são conceitos basilares no desenvolvimento deste trabalho e que, como veremos, nos possibilitou promover a investigação sobre como os processos de identificação dos sujeitos descendentes de imigrantes italianos incidem em sua relação com as línguas - materna e portuguesa – como também nas práticas e relações entre os sujeitos, no espaço social, nos dias atuais.

2.2.1 A(s) língua(s) que constituem o sujeito

Neste momento procuraremos refletir sobre a noção de língua conforme concebida pela Análise de Discurso. Destacamos que em nossa pesquisa este conceito encontra-se inseparável da relação que nos propomos investigar. Trata-se da estreita ligação entre o sujeito e a língua que o constitui e participa de sua história e subjetivação. Levados por esta questão, refletiremos inicialmente sobre os estudos discursivos dedicados à língua dentro da teoria

materialista, e ao longo do texto e das análises, diante da sensibilidade que toca nosso objeto, deslocaremos a noção de língua para outros sentidos necessários, circulando no campo da Análise de Discurso e nas áreas fronteiriças que com ela puderem contribuir.

Em um primeiro momento ao pensarmos sobre a língua, é preciso que, como analistas de discurso, compreendamos o essencial: a língua não é um sistema abstrato e completo. Não se trata de regras gramaticais e, menos ainda, de algo que funciona como mero instrumento de comunicação. Na teoria à qual nos filiamos, a língua é concebida como fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2013, p. 15).

É, inicialmente, a partir desse prisma que buscamos compreender como os sujeitos pesquisados nesse trabalho significam e são significados pela língua e pelo espaço em suas práticas discursivas cotidianas, instauradas em suas relações familiares, grupais, sociais, consigo mesmos e com o outro.

Nessa direção, Orlandi (idem) parte da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. A língua é, então, pensada como sistema sintático passível de jogo – de equívoco, sujeita a falhas. Por essa relação língua-discurso-ideologia é possível, através do discurso, compreendermos como a língua produz sentido por/para os sujeitos. Por essa concepção de língua, a Análise de Discurso cuida para que ela seja compreendida na relação com a exterioridade ao considerar, nessa relação, o sujeito e a história.

Diante dessas considerações, pensamos no sujeito de nossa pesquisa. A concepção de língua pela Análise de Discurso ajuda na compreensão do lugar discursivo ocupado pelo sujeito analisado. No entanto, percebemos que a relação do sujeito morador do bairro da Conceição, com a(s) língua(s) que o constituem se dá, não só pela presença da língua portuguesa, como também e essencialmente pela língua materna, que guarda ainda traços da língua falada pelos antepassados imigrantes italianos (PAYER, 2006).

Ao dizer “essencialmente” nos referindo à língua materna, não queremos colocá-la como mais relevante que a língua portuguesa nesse contexto, mas destacá-la como marca discursiva, por uma presença que interfere na relação desse sujeito com o outro, como traço peculiar, capaz de diferenciar o seu falar do de outros sujeitos, e pelo que ele resulta deste modo, “designado” pela língua (CELADA, 2004).

Ancorados na pesquisa de Payer (2007, 2013), é diante desta especificidade que consideramos importante investir na relação dos sujeitos pesquisados com as línguas que deles fazem parte, procurando compreender como se realizam os processos de identificação

destes sujeitos especificamente em relação às línguas, como propõe a pesquisadora, além de analisar os efeitos de sentidos produzidos pela presença da língua materna em sua relação com o outro, no espaço social do bairro e da cidade de Machado.

Assim, reportamos a Payer, a fim de refletir sobre os conceitos de língua materna e língua nacional. Em sua obra *“Memória da língua, imigração e nacionalidade”* (2006) a autora desenvolve as noções de relação entre língua materna e língua nacional, essenciais como bases norteadoras às nossas reflexões e análises.

Para a autora, “a língua, em seu modo específico de inscrição histórica e de existência material, consiste, pela memória discursiva que a acompanha, de um material inseparável do sujeito que ela constitui” (idem. p. 12). Dessa forma, a língua traz consigo memórias e sentidos que fazem parte das relações sócio-históricas do sujeito. O sujeito é constituído tanto pela língua nacional brasileira quanto pela língua materna, como imigrante.

Isso nos remete aos sujeitos do bairro da Conceição, que apresentam um modo específico de falar, diferente em relação aos sujeitos que não fazem parte desse espaço do bairro. Espaço que, como veremos, constitui discursivamente os sujeitos que por eles também é constituído. O falar “cantado”, como é referido, é um dos traços mais aparentes e perceptíveis no material de análise. Ele faz parte da memória discursiva do sujeito e se mantém no dizer. É a presença da memória da língua materna de seus antepassados que irrompe e os identifica/diferencia dos sujeitos moradores da cidade, e nos permite perceber que

(...) somos colocados constantemente, enquanto sujeitos de linguagem, em condições de re-produzir discursos, com suas memórias próprias: palavras de ordem, repertórios, palavras simplesmente, sintaxes, modos de dizer etc., dando-nos conta ou não das memórias que estes carregam e/ou desencadeiam nos outros. Pois é desse mesmo modo que também nos encontramos em condições de falar (em) uma língua X ou Y: com ou sem traços especiais, com interferências de memórias históricas particulares, ou não, apagadas ou reconhecidas (ibid, p.13).

De acordo com a perspectiva com que lemos a autora, ao propormos compreender os processos de identificação do sujeito pesquisado em sua relação com as línguas, é preciso lidar com os traços da língua dos antepassados, presentes na oralidade, entre os sujeitos atuais. Sobre estes traços, aos quais se referem a autora, é importante dizer que, ao analisarmos esta questão como uma particularidade da língua, estamos considerando também o sujeito de linguagem em sua constituição histórica, de um modo específico. Assim, ao percebermos estes elementos da língua como elementos histórico-discursivos da ordem da memória,

estamos muito além, em nosso interesse, do que apenas considerá-los como simples regionalismos ou dialetos regionais.

Assim, nesse momento, pensamos de forma mais detida no falar “cantado”, maneira como a qual os próprios sujeitos nomeiam a sua forma específica de falar. A entonação melódica que compõe o modo de falar dos sujeitos que moram no bairro da Conceição e que possuem história de imigração italiana apresenta forte influência da língua materna, presente em dialetos italianos. É o que notamos, por exemplo, no enunciado, *“Italiano, tem que ficar é na Itália”*, percebemos nesse caso um alongamento, uma duração significativamente maior nas vogais tônicas. No exemplo apresentado a pronúncia apresenta-se da seguinte maneira: *“Italiaano, tem que ficaaar é na Itááália”*. Em outro caso *“Tia, a senhora aceita biscoito ou bolacha?”*, percebemos a mesma regularidade do alongamento vocálico das vogais tônicas: *“Tiia, a senhoora aceeita biscooito ou bolaaacha?”*.

Interessante ressaltar nesses casos que a pronúncia mais alongada da vogal tônica está sempre acompanhada por uma entonação mais detida e com maior duração também na última sílaba de cada palavra. Essa característica presente no falar “cantado” dos sujeitos analisados é comum e está presente na atualidade no modo de falar da comunidade.

Tanto a sensação auditiva de falar “cantado”, percebida pelo sujeito morador do bairro, como a sensação do outro, de quem ouve sua fala, traz à tona na tessitura do diálogo a particularidade melódica que caracteriza o falar dos sujeitos com história de imigração como o falar “cantado”.

Diante de nossas reflexões, podemos então pensar no falar “cantado” como as “marcas” da língua que “marcam” os sujeitos do bairro da Conceição. Essas marcas ou traços, conforme as palavras de Payer (idem), trazem consigo história(s), sentido(s), silêncios(s), dizeres que não são iguais aos de outros sujeitos, de outro lugar da cidade de Machado, ou de outras cidades. E por ser diferente é que esses traços de língua (os) significam. Significa para o sujeito brasileiro morador do bairro, significa também para o próprio bairro, percebido como um espaço discursivo bastante homogêneo, significa para o sujeito da cidade, vista como um espaço maior. Torna-se possível assim que o falar “cantado”, compreendido como elemento histórico-discursivo da ordem da memória, seja percebido e significado como representante de uma comunidade, de uma língua (materna), que resiste e insiste de várias formas em cumprir seu papel: fazer do sujeito do bairro da Conceição um sujeito brasileiro, que traz – até hoje - em seu modo diferente de falar, uma história própria, que se realiza de um modo muito particular na memória discursiva que vai e volta, traz e leva, lembra e esquece. Efeitos de sentidos imensuráveis para os sujeitos que ali se identificam.

Para tanto, ao trabalhar as noções de língua materna e língua nacional em contexto de imigração, Payer (2006) realiza um deslocamento que considera necessário para que possa desenvolver tais conceitos relacionados à memória discursiva. Partindo deste ponto, tornou-se possível compreender que tanto a língua materna quanto a língua nacional participaram do contexto de imigração e funcionam atualmente na prática discursiva dos sujeitos descendentes de imigrantes italianos.

A partir de seus estudos, a autora afirma haver nessa prática um batimento entre as línguas presentes em sua história. O entrelaçamento e a tensão entre a língua materna e a portuguesa fazem parte do processo de constituição desse sujeito de linguagem e de sua prática discursiva. A tensão que se produziu entre essas línguas está marcada pela e na memória discursiva (idem, 2007).

Há que se pontuar que a memória discursiva, para Pêcheux (1997, p. 146-147), se forma com base no interdiscurso, que se constitui, por sua vez, como corpo de traços exterior ou anterior à existência de uma sequência dada. O interdiscurso remete a um já-dito, ao dito em outro lugar.

Sob essa perspectiva, ao considerar a memória no âmbito discursivo, Orlandi (2013) a relaciona ao interdiscurso que, para a autora, “é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”.

Como explicita

(...) é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ibid., p. 31).

É possível compreender o modo como os sujeitos do bairro da Conceição falam a sua língua: língua marcada pela história da comunidade no bairro, inserida numa sociedade maior, na cidade, no país. Língua que funciona como parte mesmo da história e que possibilita a compreensão da história destes sujeitos.

Para as análises desta nossa pesquisa, a memória discursiva permite percebermos como se apresentam as pistas e lastros na língua materna falada pelos sujeitos analisados. A língua materna dos imigrantes italianos “ocupa um lugar no sujeito” do bairro da Conceição. Cabe a nós, amparados pelas considerações da autora, dedicar um olhar atento sobre nossos recortes, a fim de analisarmos esses traços de memória que se materializam na língua, inseridos na prática discursiva do bairro.

Adiantando uma discussão que se dará em nossas análises, percebemos como a língua dos imigrantes italianos (dialeto), que é hoje em parte ainda, a língua materna de seus descendentes, passou a ser significada ao longo da história, e pela história – que é também a história brasileira, da sociedade brasileira.

De modo contundente consideramos especificamente, nesta pesquisa, as políticas linguísticas da Era Vargas, expostas pela autora, como medidas decisivas que foram capazes de modificar a relação dos imigrantes e/ou de sujeitos deles provindos com sua língua materna.

Também joga nesta relação a representação imaginária que se cria envolvendo a língua portuguesa, vista como representante da nação brasileira, fato que passa a funcionar sob um novo olhar do imigrante sobre essa língua, um dos principais símbolos nacionalista da época. Como veremos, os efeitos das políticas linguísticas do Estado Novo atingiram o bairro da Conceição e seus sujeitos. E esses efeitos ainda ressoam, pelo funcionamento da memória da língua.

É relevante apresentarmos nossa compreensão com relação à noção de língua materna e de língua nacional, línguas que constituem os sujeitos do bairro da Conceição. Ancorados nas noções desenvolvidas por Payer (2006, p. 128), percebemos que a língua materna representa a língua familiar; constitui-se como um lugar do (im)possível. Remete-se assim às “materialidades linguísticas que envolvem aspectos menos visíveis do que pode estar contido na língua, pela relação com a mãe, com a casa paterna, com a apresentação inicial de um mundo que é feita ao sujeito através da língua” (idem, 2011).

E importa relacionar, nesse caso específico, a questão da língua materna à da língua portuguesa (língua nacional). Segundo a referida autora, a língua nacional é vista como a língua que o Estado brasileiro difundiu entre os imigrantes, em sua nacionalização, aprendida sobretudo no ambiente escolar, que segue, por sua vez, à instância do Estado. A língua ensinada na escola brasileira ao imigrante foi o português, a partir do Estado Novo. E ela foi divulgada nesse contexto com forte imposição do Estado. A língua portuguesa funcionou, então, para o sujeito imigrante, como uma “outra” língua, que o constitui, juntamente com a língua materna (idem, 2006).

Sob a mesma perspectiva, sobre a questão da língua materna, no campo da Linguística Aplicada, contraposta agora à língua estrangeira e não mais à nacional, com base na leitura que faz de Milner (1987), Cavallari (2011, p. 129) a apresenta como “sempre posta como o estatuto de uma língua particular, pois o sujeito se constitui na/pela língua materna”. Segundo

a autora, o sujeito da língua materna que é investido por uma língua outra (estrangeira), é constituído por ambas as línguas.

No caso desta pesquisa, os sujeitos descendentes dos imigrantes italianos apresentam em sua linguagem “marcas” do dialeto italiano, língua materna falada por estes. Mesmo que os sujeitos atuais do bairro da Conceição não tenham tido contato direto com a língua “plena” falada pelos antepassados (diferente de traços como falam hoje), eles a tem como língua materna, através da memória da língua. Pois, como formula Payer (2006), a língua materna, além de uma língua empírica, constitui uma dimensão da linguagem que é da ordem da memória.

Insistimos que historicamente falando, para os moradores do bairro da Conceição, a língua “outra” apresenta-se, aqui, como a língua portuguesa. E na atualidade esses sujeitos são, portanto, constituídos pela língua materna e pela língua portuguesa.

A partir das considerações dessas pesquisadoras sobre língua materna, entendemos que ela representa a língua particular, praticada no âmbito familiar, lugar em que o sujeito encontra-se à vontade, e onde é possível falar como lhe convém, mesmo que o faça sem ao menos perceber isso. Segundo as autoras, os sujeitos são constituídos tanto pela língua materna, quanto pela língua portuguesa e/ou estrangeira, embora resida entre elas certa tensão, são inseparáveis do sujeito e de sua constituição.

Essa forma de entender a língua materna, ocupando o lugar tanto de sujeito usual de linguagem, quanto de pesquisadora, me permite pensar agora sobre esse conceito em relação ao sujeito do bairro da Conceição, e descendente de imigrantes italianos. Trilhando por essas reflexões, percebi que eu mesma falo a língua como a dos sujeitos pesquisados. Sempre que estou na casa de algum parente, morador do bairro da Conceição, isso acontece com maior frequência.

2.2.2 Quem é o sujeito que fala nas línguas materna e portuguesa?

Neste tópico apresentaremos algumas reflexões acerca da concepção de sujeito na Análise de Discurso. É importante acrescentar que esta noção, inseparável da língua de maneira mais ampla, diz respeito aos sujeitos analisados na presente pesquisa.

Não é novidade aos estudiosos da linguagem dizer que a Teoria Linguística elaborada por F. de Saussure não considera a noção de sujeito. Essa questão foi fundamental para Pêcheux no desenvolvimento da Análise de Discurso, como vimos: dedicar em sua teoria um espaço para se discutir as questões referentes à concepção de sujeito.

Assim, considerar o sujeito na teoria pècheutiana não é somente pensá-lo como mais um conceito presente nos estudos da linguagem, mas sim, percebê-lo como fundamental na constituição da teoria discursiva.

O sujeito, segundo a Análise de Discurso, não é o sujeito simplesmente livre, completo, decidido e origem de seus sentidos. É antes, o sujeito da ideologia e do inconsciente, e produto histórico determinado pela exterioridade, ao mesmo tempo em que a constitui.

Pêcheux (1997, p. 131) expõe a interpretação idealista a respeito de sujeito, vendo-o na verdade como “efeito ideológico sujeito”. Pela concepção idealista o sujeito aparece como fonte, origem, ponto de partida dos sentidos. Dessa forma impõe-se ao sujeito que ele signifique o que ele é, de forma a acreditar que seja a origem de seus sentidos. Contudo, segundo o autor, essa visão idealista de sujeito como origem não condiz com uma teoria do discurso, que não deve assumir essa mesma concepção, em que o sujeito ideológico encontra-se como sempre-já dado.

Nesta perspectiva, ao trabalhar com a Análise de Discurso, nos distanciamos de posições teóricas que concebem o sujeito como o da visão idealista. Por outro caminho, trabalhamos com o sujeito determinado pela ideologia e pelo inconsciente.

Com base na (re)leitura que faz de L. Althusser, em que o autor teorizou sobre as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção, Pêcheux (idem.) propõe a tese fundamental da Análise de Discurso com relação ao sujeito, segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeito. Para o autor, L. Althusser foi capaz de apresentar os fundamentos de uma teoria não subjetivista do sujeito, a partir da qual se tornou possível fundar a teoria (materialista) dos processos discursivos (ibid. p. 134). O sujeito, segundo a Análise de Discurso, resulta da interpelação do indivíduo pela ideologia, da qual a língua participa. A esse processo o autor chama “assujeitamento”.

Como observa Orlandi (2011), tratar a constituição do sujeito como sujeito interpelado é o mesmo que considerar o sujeito assujeitado que se realiza pelo vínculo entre o sujeito e o simbólico. Em outras palavras, a constituição do sujeito se realiza, para a autora, em dois movimentos inseparáveis. No primeiro movimento encontramos o sujeito que assim se constitui ao ser interpelado pela ideologia, constituindo, como sabemos “a forma-sujeito-histórica do sujeito moderno como a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social” (idem, p. 22).

Conforme a autora (2013, p. 50)

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento.

Dito isto, ao considerarmos que o sujeito é interpelado pela ideologia, concepção fundamental na Análise de Discurso, compreendemos, com a autora, que o sujeito passa por um processo de assujeitamento que diz respeito “a subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico” (idem, 2008). Pelo assujeitamento, acredita-se ser a origem de si e do dizer e, no entanto, embora livre, se é necessariamente submetido à língua para poder dizer. Dessa forma, explica a autora, o assujeitamento confere ao discurso o caráter de transparência da linguagem e do sentido.

Ainda sobre a constituição do sujeito, passemos ao segundo movimento desenvolvido por Orlandi, em que a forma-sujeito-histórica já constituída passa pelo modo de individuação.

Segundo a autora (2011, p. 22)

As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais.

Percebemos que esses dois movimentos apresentados pela autora formam um processo que se desenvolve pela ideologia. Esse processo tem o ponto central marcado pela produção de evidências que irão resultar na constituição do sujeito e do sentido. Tal processo passa pela interpelação em que o indivíduo se torna sujeito, ao mesmo tempo em que se submete à língua.

Também Ferreira (2005), ao considerar a noção de sujeito, aponta que a Análise de Discurso encontra parte dele na Psicanálise. O sujeito, descartado pela Linguística, constitui-se, sob esta nova perspectiva, um sujeito descentrado, afetado pelo inconsciente e que pensa ser livre e senhor de seus sentidos. A outra parte do mesmo sujeito encontra-se no materialismo histórico, na ideologia. Temos, portanto, o sujeito sob a ótica da Análise de Discurso, assujeitado, constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia.

Como explicita a autora (idem, p. 40)

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre sujeito e ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de

inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. (...) O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, não é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui.

Tais reflexões nos levam a entender o sujeito discursivo como o sujeito estruturalmente dividido em sua constituição. Há por um lado o assujeitamento e por outro, o sujeito sempre incompleto e dividido do inconsciente. Sobre isso, é importante considerar neste estudo a materialidade da linguagem na constituição do sujeito pelo discurso, uma vez que ele é afetado pela língua em suas relações sociais e históricas.

Magalhães e Mariani (2010), ao tratarem os processos de subjetivação na constituição do sujeito, afirmam que além de considerar o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia e individualizado pelo Estado, é possível acrescentar um momento anterior a esse processo que diz respeito “ao modo como se dá a entrada do sujeito no campo da fala e da linguagem”, chamado por subjetivação” (idem).

Nesse sentido, as autoras consideram que, ao falar o sujeito concretiza sua relação com o outro, e isso “implica incluir o lugar de onde se fala e a fala do Outro” (ibid., p. 393). O sujeito se submete à língua e ao mesmo tempo se encontra em um mundo onde os sentidos já foram constituídos por outros e funcionam na historicidade e na memória.

Diante disso, entendemos com essas autoras que, para fazer uso da língua, é preciso que o indivíduo se inscreva no sistema de linguagem para tornar-se sujeito. Isso é fundamental para que haja inconsciente e laço social. Esse processo, segundo as autoras, envolve a transmissão do significante, que se realiza no contato-convivência com os pequenos outros, representantes do grande Outro. Ou seja:

Para haver sujeito, para haver inconsciente, é preciso passar pelos significantes desses primeiros outros, os quais, ocupando o lugar do Outro, transmitem as leis do simbólico. Meus significantes, os significantes que considero como ‘meus’ estão constituídos e afetados pelo Outro: para emergir como sujeito falamos afetados pelo Outro (nesse sentido, a alteridade está em mim). O processo de subjetivação está atravessado pela materialidade significativa do outro (ibid., p. 394-395).

Sob esse ponto de vista, considerando a relação do sujeito com a língua materna e nacional, tentaremos responder a questão apontada pelas autoras: “Ora, se até mesmo aquilo que consideramos mais íntimo está atravessado pelo Outro, como seria possível considerar a singularidade?”.

Pensando nas reflexões das autoras sobre a constituição da subjetividade, observa-se que ela se dá na contradição entre o mesmo e o diferente. A singularidade produz a diferença que desestabiliza a regra, foge do mesmo, do já conhecido, daquilo tido como “normal”.

E é nessa singularidade, enquanto diferença, que pensamos nas marcas discursivas que constituem os sujeitos analisados e o seu dizer, como singulares.

A língua materna transmitida no vínculo familiar e que ocupa lugar no sujeito descendente de imigrantes italianos, que traz uma melodia singular (pela memória da língua materna) e traços peculiares, representa o modo de entrada do sujeito na linguagem. Embora a transmissão do significante seja sempre afetada pelo outro, a inscrição do sujeito na língua se dará de maneira singular. É pela inscrição na língua materna, no contato com o outro, que o sujeito encontra condições de se inserir em uma sociedade, em uma história. E a língua materna ocupa lugar fundamental nesse processo, pois, por ser “diferente” da língua nacional, permite que a subjetividade desse sujeito se marque de um modo singular na linguagem, diferente dos outros.

Por outro lado, a língua nacional que visa à estabilidade e à homogeneidade participa do jogo contraditório na constituição da subjetividade, como vimos. De modo específico, em nossa pesquisa, percebemos que o sujeito é fortemente afetado, constituído mesmo, pela escola, através do apagamento da língua materna, inserindo legitimamente a língua nacional em seu lugar.

Podemos responder, portanto, que a singularidade funciona no sujeito analisado por uma inscrição singular na língua materna e funciona como efeito da falha, do escape à ordem da linguagem predominante, pois é diferente da língua dos outros, da maioria. Apesar da presença do outro, do grande Outro na constituição subjetiva do sujeito e da imposição da língua nacional pela escola, o sujeito é capaz de se inscrever de modo particular na linguagem, uma vez que os processos de subjetivação permitem que ele seja tocado pela língua. Isso permite que esse sujeito tome posições, realize mudanças e identifique-se ou não com a diferença e/ou regulação de determinada formação social.

Esse processo se fará de modo constitutivo na subjetividade, de acordo com a relação à historicidade, e se marcará na linguagem em modos e mecanismos específicos conforme a síntese que apresenta Payer (2013, 2014):

1. Procedimentos meta-discursivos sobre a língua: *comentários, mecanismos meta-enunciativos.*

2. Modos não-formulados: *equívocos, ironia, lapso, auto-censura.*

3. **Relação não representada:** *denegação, ultracorreção, imitação, simulação.*

4. **Irrupção de ordem corporal:** *riso, expressão facial, gesto, modulação de voz, sensação de estranhamento.*

5. **Formulação (representada):** elaboração explicitada das identificações e não identificações com a língua.

Assim, a partir dos apontamentos teóricos abordados até aqui, ressaltamos que tomaremos os sujeitos brasileiros pesquisados, descendentes de imigrantes italianos, moradores do bairro da Conceição, enquanto individualizados pelo Estado e constituídos por particularidades em seu processo de subjetivação.

Consideramos que a escola, a igreja, a família, o bairro (como uma comunidade menor) e as instituições da cidade (como uma sociedade maior) são as principais instituições responsáveis pelo processo de individualização dos sujeitos em questão, como cidadãos, alunos e moradores.

2.3 O bairro como espaço discursivo e o sujeito

Consideramos que o espaço (territorialidade) é extremamente pertinente ao nosso estudo. Não há como se pensar o sujeito provindo de imigrantes italianos, sujeito do bairro rural da Conceição, sem pensar na história que o constitui e sem considerar o espaço/território que ocupa e afeta suas práticas discursivas e sociais. Assim ao pensarmos em Brasil, conforme a história dos imigrantes italianos e de seus descendentes, pensamos em espaço. Pensar em Minas Gerais, é ainda pensar em espaço. E, mesmo que constitua uma parte significativamente menor, pensar o bairro da Conceição, é pensarmos também em espaço, com seus limites e seus traçados, discursivamente significados.

E. Orlandi, entre tantos estudos, dedica-se na obra *“Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas”* (2011) à reflexão sobre a territorialidade pelo viés discursivo. Por esse prisma, a territorialidade é considerada como espaço material em que os sentidos se constituem, se formulam e circulam.

A autora apresenta também a noção de território, visto como espaço institucionalizado que representa o poder do Estado, o que configura um espaço significado politicamente. Espaço responsável pela inscrição do sujeito nos processos de identificação.

Logo, considerando a estreita ligação entre Estado e território, a autora compreende este último como uma materialidade pela qual o Estado define sua soberania e visibilidade diante do povo. Deste modo, o espaço é demarcado e se constitui por relações de poder, o que

resulta em um espaço de existência política, jurídica e administrativa. Por isso, o espaço significa e permite a relação entre simbólico e político.

Na mesma obra, Orlandi reflete ainda sobre territorialidade pensando agora o espaço urbano, entre outros. Consideramos o “entre outros”, nesta pesquisa, como o que se constitui pelo espaço rural, mais especificamente pelo bairro rural da Conceição, que é por sua vez, o espaço onde os sujeitos se constituíram/se constituem e no/pelo qual passaram a se significar e serem significados. Sendo assim, diante da perspectiva discursiva, pensamos “a territorialidade enquanto espaço que significa, logo, espaço de interpretação em que os sujeitos se inscrevem” (2011, p. 25).

Com base na leitura de Karol (2008), a mesma autora reflete sobre a relação entre identificação e espaço. Dessa forma, a identificação é considerada no processo de socialização (que a autora chama de individuação do Estado). Referindo-se ao mesmo autor, Orlandi (idem) diz que

Ao contrário do que acontece com as raízes, estes princípios são portáteis, como diz o autor, e permitiram aos migrantes, pioneiros e outros grupos reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios. Isto é o que permite ao indivíduo que se desloca em novos espaços – cidade, país, nação – refazer seu território, nós diríamos, restabelecer, reelaborar sua relação ‘solo e sangue’, trabalhar sua relação com os processos de identificação metaforizar-se. É assim útil a coesão dos grupos sociais ao mesmo tempo que é fonte de hostilidade, exclusão, ódios.

Refletindo sobre essa categoria de espaço, analisamos que ao decidirem partir de seu país, os imigrantes italianos buscaram “reconstituir seus horizontes” em um novo espaço. O bairro rural da Conceição é o lugar que permitiu a esses sujeitos refazer seu território. Diríamos que possibilitou reconstituírem-se em suas relações com os seus, com a língua, com a história e com o outro.

Observa-se, ainda, concordando com Payer (2006, p. 126), que antes de tudo, a representação do lugar em sua relação com a língua funciona de modo estrutural na constituição do sujeito. Sujeito esse da prática de linguagem considerado como não dissociado de seu lugar histórico de sujeito brasileiro.

Pelo viés em que nos encontramos, podemos dizer que espaço é assim, “lugar atravessado pela memória, atravessado por um conjunto de gestos de interpretação, é onde o sujeito se inscreve historicamente, tomando sentidos” (PFEIFFER, 2004, apud MARTINS, 2012, p. 29). Compreendemos, portanto, o espaço construído discursivamente onde o sujeito se constitui e também constitui esse espaço.

A fim de compreendermos o bairro como espaço discursivo, consideramos a cidade como um espaço maior do qual o bairro da Conceição faz parte. Dessa maneira, a cidade pensada discursivamente é percebida como “um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua própria forma de significar” (ORLANDI, p. 186, 2008).

A cidade de Machado participa assim, como pano de fundo que contribui para nossa compreensão do funcionamento deste espaço simbólico específico em sua estreita ligação com o bairro da Conceição.

Isso torna possível pensarmos no movimento que se estabelece constantemente entre o espaço urbano cidade e o espaço rural bairro da Conceição, considerando não só a discursividade como também a relação entre língua e história, os sentidos que ambas produzem e (re) significam de maneira especial no/para os sujeitos moradores deste bairro específico.

Segundo Nunes (2011, apud MARTINS 2012),

A questão da linguagem muitas vezes é deixada de lado nas práticas de organização da cidade, com a predominância de um urbanismo tecnicista ou empirista. A introdução das pesquisas discursivas nesse campo faz com que a linguagem seja pensada em seu funcionamento na cidade, e com isso surgem certos objetos e questões de análise, diante da natureza das materialidades discursivas com as quais o analista se depara. Ir para a cidade, nesse sentido, significa estabelecer uma relação entre as ciências da linguagem e o real da cidade.

Em nossa pesquisa, consideramos o bairro rural da Conceição como um recorte do espaço cidade e voltamos o nosso olhar para a linguagem e para os sujeitos incorporados nesses espaços, suas práticas discursivas e suas relações sociais e históricas.

Assim, bairro funciona como um espaço discursivo sempre relacionado à cidade. Dessa forma, pensamos o bairro da Conceição construído pelos imigrantes italianos, como um espaço discursivo, lugar de inscrição do sujeito, situado entre tantos outros lugares que envolvem a cidade e são envolvidos por ela.

Sobre o funcionamento do bairro como espaço discursivo, encontramos amplo apoio, ainda, na pesquisa de Martins (2012, p. 28). Em sua análise discursiva sobre bairro, a pesquisadora define esse conceito discursivamente como:

(...) um espaço em que o sujeito se constitui e constitui sentidos, é espaço discursivo.
 (...) o efeito constitutivo dos sentidos de bairro para seus moradores, no sentido de que laço social estabelecido no/com o bairro é fortemente constitutivo das identidades dos sujeitos, de modo que falar de bairro é também falar do sujeito.

Da perspectiva em que nos situamos, consideramos então o espaço como espaço de significação (ORLANDI, 2011, p. 26), um elemento importante nos processos de identificação, com suas consequências na sociedade e na história. Diante de nosso interesse pelas questões de língua(s), sujeito, espaço, memória e história entre outras a estas inerentes, compreendemos que o bairro rural enquanto espaço contribui na/para a constituição dos sujeitos e afeta suas relações sócio-históricas.

Balizando-nos pelas noções acima abordadas, consideramos pertinente para o momento tratarmos da questão da identidade, tendo em vista sua relação com sujeito/língua/espaço.

Ao falar sobre identidade, Orlandi (idem) diz que identidade em si não há, o que temos são processos de identificação responsáveis pela constituição das identidades. Conforme ressalta, a identidade passa pelo viés da perspectiva materialista e assume na teoria do discurso dois deslocamentos que merecem maior atenção.

Segundo a autora (ibid. p. 11)

Dois deslocamentos, postos pela perspectiva materialista, são dignos de atenção. O primeiro é que se desloca a questão da identidade de um ponto de vista interiorizante para uma perspectiva *objetivante*, o da historicidade, o que faz movimentar a memória: a identidade resulta de um processo. No mesmo movimento, (...) estamos diante da afirmação que tira a identidade de uma visão individualista, pois resulta de um processo, enquanto fato da *existência*, implicando uma práxis do sujeito individuado na formação social. (...). Do mesmo modo, não há identificação essencial, mas processos de identificação. O que nos permite dizer que não há identificação plena. Há condições de existência que presidem os processos de identificação. Portanto, estes estão sujeitos à historicidade, à falha, ao equívoco. Ao movimento e ao possível.

Em relação a essa mesma questão, observamos como as noções de identidade e identificação são apresentadas no trabalho de Cavallari (2011). É uma visão que parte da Psicanálise, em uma interface com a abordagem discursiva. Primeiramente, a autora apresenta a identidade como “sempre imaginária, já que põe em funcionamento as imagens que o sujeito faz de si mesmo, a partir de imagens lançadas pelo olhar do outro e que permitem a ele se reconhecer enquanto tal” (ibid., p. 130).

Logo após a autora dialoga com Hall (2000), considerando que:

(...) identidade significa o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar.

Partindo dessas reflexões sobre identidade, compreendemos que ela se produz a partir de práticas discursivas, entendendo que as identidades são lugares imaginariamente seguros, durante um período indeterminado, porém. Ao mesmo tempo, as identidades assumem, no sujeito, lugares instáveis e heterogêneos conforme as posições ocupadas por ele nas práticas discursivas.

Temos observado nos sujeitos aos quais dedicamos esta pesquisa, uma identidade ligada ao passado e que se (re)atualiza no presente. Em Cavallari (idem) as identidades estão estritamente ligadas às identificações. Assim como as identidades, as identificações são provisórias e, na constituição do sujeito, contribuem para a permanência e/ou instabilidade da(s) identidade(s).

De acordo com a leitura que fizemos, consideramos essencial a relação de identidade/processos de identificação sob o viés materialista e identidade/identificação pelo viés psicanalítico abordados acima. O que se torna imprescindível à nossa pesquisa encontra-se fundamentado nas duas abordagens. E com base nessas noções procuramos analisar as relações entre o sujeito descendente de imigrantes italianos com o outro (o da cidade), com a língua, com o espaço e consigo mesmo, envolvido nos processos de identificação.

2.4 O sujeito e a Ideologia

Com respeito à ideologia, Pêcheux (1997, p. 124) propõe que “seu funcionamento realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente”. O filósofo encontra uma relação comum entre ideologia e inconsciente e passa a considerá-las respectivamente como estrutura e funcionamento. Com base nessa articulação, o autor considera que o ponto de encontro entre esses dois conceitos reside no fato de que ambos “dissimulam sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas” (ibid., p. 152-153). Salienta ainda que, ao se referir às evidências subjetivas, considera aí, evidências “nas quais se constitui o sujeito”.

Conforme seu olhar, o autor esclarece que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas” (ibid., p. 144). Ao contrário do que se imagina, a ideologia não é pensamento e ideias homogêneas propagadas em uma sociedade, em um grupo. Ela está relacionada à luta de classes, porém deslocada da visão em que a classe dominante impõe às classes mais fracas a sua ideologia.

Segundo o autor, a ideologia da classe dominante se realiza e se mantém através dos aparelhos ideológicos do Estado, lugares de primazia para que essa ideologia se torne dominante. Por outro lado, o autor atenta ao fato de que os aparelhos ideológicos do Estado não funcionam somente como instrumentos da classe dominante, mas também servem de espaço de transformação onde se desenrola uma dura e constante luta de classes. Isto nos mostra o lado contraditório que constitui os aparelhos ideológicos do Estado, vistos como lugares não só de reprodução, como também de transformação social e ideológica.

É importante salientar que é na obra *“Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”*(1987), que Louis Althusser apresenta a noção de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), os quais, segundo ele, constituem-se por instituições distintas e especializadas entre as quais estão: a Igreja, a Escola, a Família, o Político etc. O autor demonstra ainda a diferença que reside entre os AIE e os Aparelhos Repressivos de Estado (presente na teoria marxista) explicando que, os primeiros constituem-se por instituições privadas e funcionam massivamente pela ideologia, ao passo que os últimos pertencem a esferas públicas e funcionam massivamente pela violência, sendo representados pelo Exército, Polícia, etc. Ambos os tipos de Aparelhos do Estado funcionam simultaneamente pela ideologia e pela repressão. Embora o Aparelho Repressivo de Estado funcione pela violência, pela força ou ainda, pelas armas, está imerso em uma determinada ideologia. O mesmo ocorre com os AIE que funcionam obrigatoriamente pela ideologia e também servem para reprimir, mesmo que de forma dissimulada.

Nesse sentido, como aponta o autor, é possível compreender que a instância ideológica materializa-se através das formações ideológicas que funcionam no/pelos aparelhos ideológicos que servem aos interesses de uma classe. Dessa forma, as posições políticas e ideológicas em contínuo confronto na luta de classes organizam-se em formações, chamadas formações ideológicas, que irão servir para produzir as evidências do sentido para dominação, reprodução e/ou ainda transformação em uma dada formação social.

As formações ideológicas são por sua vez, representadas pelas formações discursivas. Segundo Orlandi (2013), “a formação discursiva nos permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e possibilita ao analista estabelecer regularidades em seu funcionamento”. Para tanto, com base na teoria pêcheutiana, podemos compreender tal noção como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Com nossa pesquisa, foi possível perceber que, desde o primeiro momento em que chegou ao Brasil, o imigrante foi interpelado ideologicamente a se inscrever em determinada formação discursiva. Como vimos, no caso de imigrantes que dirigiram-se a Minas Gerais, o sujeito imigrante deixou de ocupar esse lugar e passou a se identificar com a posição de sujeito trabalhador que, diferente do trabalhador nacional (não visado pelos fazendeiros) encontrou condições que possibilitaram que ele se inscrevesse no discurso imigrantista que predominou durante a última década do século XIX.

Como vimos no Primeiro Capítulo, diante da situação econômica, social e histórica em que o Estado mineiro se encontrava naquele período, passou a funcionar em nome do Estado e dos fazendeiros, a formação discursiva que visava recrutar trabalhadores para as grandes lavouras e homens para povoar o amplo território mineiro. Diante disso, produziu-se um discurso para o imigrante, em que estava claro que ele era muito bem-vindo às terras mineiras, lugar onde teria trabalho, e onde “logo” conquistaria o sonho que tanto buscava de possuir uma propriedade onde pudesse morar, trabalhar e obter melhores condições de vida para toda a família. E, assim, o discurso adquire ares de naturalidade e evidências por efeito da ideologia. Diante da eficácia da interpelação ideológica o sujeito imigrante não tinha condições de questionar os sentidos que para ele foram produzidos.

Sensível às mesmas questões, Orlandi (2013) re-significa a noção de ideologia, deslocando-a de uma visão sociológica para uma visão discursiva. A autora afirma que não há sentido sem interpretação, uma vez que o homem é levado a interpretar diante de qualquer objeto simbólico. Essa afirmação vai ao encontro do que Pêcheux (idem) aponta sobre a mesma questão, ao considerar que “é a ideologia que fornece as evidências (...) que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos de *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados”.

Diante disso, Orlandi (idem) compreende esse processo de evidências como um mecanismo ideológico que cuida de apagar qualquer interpretação outra, diferente daquela que está sendo trabalhada a fim de ser interpretada, por determinações históricas, vistas como estáveis, únicas e evidentes. Assim, a autora conclui que o “trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ibid., p. 46).

Sobre essas considerações, a autora é decisiva ao afirmar que a ideologia se manifesta pela evidência e é, antes de tudo, “um ritual com falhas”. Considerando o mecanismo

ideológico, Orlandi (2013) pensa então, a relação da evidência do sentido e a evidência do sujeito

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). Por sua vez a evidência do sujeito – a de que somos sempre sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia.

A estreita ligação resultante do mecanismo ideológico que constrói evidências de sentido e evidências do/para o sujeito, leva-nos a melhor compreender a ideologia pensada então “não como ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do sentido imaginário de um sobre o outro” (idem).

Além disso, segundo a autora, o sentido constitui-se como uma relação determinada do sujeito que é afetado pela língua e pela história. Essa necessária relação é efeito da ideologia e só é possível através do gesto de interpretação: marca da subjetivação e traço da relação da língua com a exterioridade, pois “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua” (idem).

Todas as considerações apontadas devem-se a uma das marcas principais da Análise de Discurso ao (re)pensar a questão da ideologia introduzindo a questão da linguagem. Pensando a ideologia sob essa perspectiva, Orlandi pensa também a interpretação. Segundo a autora (ibid., p. 47)

Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão de sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social.

Por esse viés, podemos destacar que, embora a ideologia não cesse de trabalhar as evidências dos sentidos, do sujeito e a ilusão de transparência da linguagem, é possível compreender que a Análise de Discurso vem interferir nesse processo, denunciando a não transparência do sujeito, da linguagem e dos sentidos, propondo por sua vez que eles possuem materialidades próprias, além de constituírem-se na disputa entre língua, história e ideologia.

Um fato interessante chamou nossa atenção com relação ao que vimos em funcionamento sobre o mecanismo ideológico em alguns de nossos enunciados. Como vimos, “a ideologia é um ritual com falhas” e percebemos essa “falha” entre os sujeitos, moradores

do bairro da Conceição. Há no bairro uma escola, que foi criada no final da década de 1930 e desde esse período apresenta o mesmo tipo de funcionamento: oferece ensino somente nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e depois, as crianças do bairro são encaminhadas para escolas da cidade de Machado para continuarem os estudos. No entanto, o discurso sobre o direito e o dever de todo o cidadão frequentar regularmente a escola e concluir ao menos o Ensino Fundamental (EF) não tem funcionado tão bem entre a maior parte dos moradores do bairro. É possível perceber que os prováveis alunos que deveriam continuar os estudos nas escolas da cidade, não seguem a mesma ordem de funcionamento da prática escolar que deveriam seguir como os demais alunos de outras localidades em situação semelhante. Todos os alunos do bairro, após concluírem o 5º ano do EF, reiniciam os estudos em uma outra escola, agora no espaço “cidade” e não mais no “seu bairro”. Porém, a maioria desses alunos, em geral os meninos, não conclui essa etapa de escolarização e preferem trabalhar na roça, ajudando os pais. Para melhor compreendermos o que fora exposto, vejamos o enunciado de uma mãe, ao justificar o porquê de seu filho de 11 anos se recusar a dar continuidade aos estudos:

“Por que estudar, se você trabalhará a vida toda na roça, plantando e colhendo? O estudo será perdido, não servirá para nada.”

Levando em consideração que enunciados como visto acima são comuns no bairro desde o período em que a escola foi instalada naquele local, podemos compreender que em aproximadamente 75 anos, criou-se, persiste e circula até os dias atuais uma grande resistência contra o ensino escolar. Em pleno século XXI, diante de discursos que tentam mobilizar a presença dos alunos em sala de aula, de políticas educacionais que garantem o transporte, a alimentação e buscam oferecer aos alunos condições de um futuro melhor, a continuidade dos estudos dos filhos dos moradores do bairro nas escolas da cidade não traz para eles nenhum benefício. O enunciado nos permite dizer que o futuro está nas mãos dos sujeitos moradores do bairro (que se consideram muito trabalhadores) e não no ensino oferecido pela escola.

Essa relação de resistência ao ensino escolar possui um caráter bem específico nesse bairro. As famílias, juntamente com seus filhos, não atribuem grande relevância ao ensino escolar. Para eles, o trabalho na própria terra é mais atrativo e prazeroso. Quando os filhos desistem de estudar, é costume, os pais darem um pedaço de terra para plantar ou cedem alguma lavoura já desenvolvida para os filhos tomarem conta. Dessa forma, mesmo ainda

novos, os ex-alunos acabam assumindo responsabilidades, aprendem o trabalho na terra, de onde os pais tiram o sustento de toda a família. Eles sabem que o trabalho é mais pesado e difícil, no entanto o fazem com prazer e satisfação, porque darão continuidade ao que aprenderam com os pais. E é confiando nesse trabalho e nessa terra que esses sujeitos têm a certeza de que realmente, eles mesmos serão capazes de garantir o seu futuro e dos seus.

Embora o discurso escolar busque garantir um futuro melhor a todos os que frequentarem seu espaço e obtiver sucesso nos estudos, os possíveis alunos do bairro da Conceição resistem à ordem dos sentidos já institucionalizados e às práticas sociais tão constantes na evidência: Escola = futuro melhor. Eles rejeitam o discurso legitimado pregado pelo Estado através da Escola e não se identificam com essa formação discursiva. A escolarização não tem sentido para esses sujeitos, pois o futuro promissor que ela promete, mas não garante, é certo e concreto em suas próprias mãos. As condições oferecidas pelas famílias, o trabalho na própria terra, a convivência maior com os pais e os ensinamentos sobre as técnicas de trabalho e sobre a vida, são fatores que nos permitem dizer que esse gesto de não identificação com o ensino escolar é um efeito de sentido. Sentido(s) que foram sendo construídos desde a chegada dos imigrantes e se perpetuam pela memória discursiva que circula e funciona entre as famílias do bairro da Conceição até os dias de hoje. É um funcionamento discursivo singular entre os sujeitos analisados. Fato que fortalece ainda mais o sujeito, as famílias, o grupo.

Podemos notar o mesmo funcionamento em outro enunciado de um senhor de 52 anos, ao falar sobre os estudos em sua vida:

“Meu avô e meu pai conseguiram tudo o que temos hoje, sem estudo nenhum. Pra quê estudar? A escola não trará serventia alguma”.

Sobre esse enunciado, com base no que ficamos sabendo, pelo contato que temos com moradores do bairro, é certo que todos eles são pequenos agricultores e sobrevivem de seu próprio trabalho. Como visto, a maioria deles tem boas condições de vida e propagam para seus filhos ensinamentos de como melhorar o trabalho na terra e dar continuidade ao que foi iniciado com os antepassados italianos. Inscritos nesta formação discursiva que circula naquela comunidade, não há sentido para aqueles adolescentes frequentarem a escola. E como Orlandi (2013) afirma “se não há sentido, não faz sentido”. E como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos ao ensino escolar é o que constitui sentido para que continuem suas vidas, independente da presença da escola em sua formação.

Como podemos perceber, grande parte desses sujeitos, amparados pelas famílias, não se identificam com o discurso educacional, que é posto para funcionar através da Escola e que por sua vez, fala em nome da ideologia dominante. Algo falha e o processo de individuação do Estado, nesse exato momento em que os alunos vão estudar na cidade, deixa de funcionar. Os sentidos até então que constituíam os alunos na escola do bairro deixam de ser, deixam de ocupar nele um lugar e abrem espaço para que novos sentidos sejam produzidos. O sujeito se identifica com o interdiscurso, com os dizeres que circulam no bairro e que realmente fazem sentido para ele, através da memória discursiva.

Vale destacar que esse funcionamento que se fixou ao longo do tempo entre os moradores do bairro, não se dá de forma generalizante, mas em sua maioria. O que percebemos é que as meninas ainda procuram ir mais além nos estudos, no entanto, quanto aos meninos, tentam dar continuidade aos estudos na cidade, mas a maior parte logo desiste, porque para eles, não faz sentido algum.

Como veremos, a resistência dos moradores do bairro da Conceição vai além do fato de não precisarem do ensino oferecido pela escola para conquistar um futuro melhor. Por trás dessa resistência há muitas questões não resolvidas, que jamais se resolverão e que deixaram marcas apagadas e/ou esquecidas. Essas marcas aparecem “naturalmente” em seus dizeres e vão, através da língua e de práticas não evidentes, deixando pistas para que nós, analistas, usemos interpretar.

2.5 O discurso nacionalista da Era Vargas

Pelo viés em que nos encontramos, considerando o exposto até o momento, é necessário que nos dirijamos ao contexto do Estado Novo, na década de 1930, momento em que o sujeito imigrante e a língua falada por ele passam por um processo de apagamento e de intensa perseguição. Como já salientado, é característico da pesquisa o constante movimento entre o passado e o presente com vistas a orientar as análises que seguem.

Ao estudar as condições de produção da interdição das línguas dos imigrantes no Brasil, nesse período específico, Payer (2006, p. 59) aborda o longo processo que visava transformar o imigrante estrangeiro, do período republicano, em sujeito brasileiro. Conforme a autora, esse processo contou inicialmente com diferentes iniciativas oficiais, até chegar à medida decisiva da política de 1930, que tenta pôr fim à prática das línguas estrangeiras no país, através da lei e de fortes campanhas de nacionalização.

A autora explicita que as línguas estrangeiras foram “supostamente” apagadas em decorrência de uma política linguística específica que proibia estritamente a prática das línguas dos imigrantes em todo território nacional. Prática essa que compreendia não só a oralidade, como também a escrita veiculada pela escola e imprensa. Essa medida contava com a lei, que passou a funcionar em todo o território brasileiro e com rígida fiscalização para que fosse cumprida. Ao mesmo tempo, as Campanhas de Nacionalização do Ensino Primário trabalhavam incessantemente o discurso sobre a língua nacional como forma de conduzir o imigrante a deixar de falar sua língua para falar a língua portuguesa. Assim, o imigrante seria então considerado um “verdadeiro” cidadão brasileiro, digno de pertencer à nação que o recebera.

Além disso, a língua portuguesa passou a funcionar também como um argumento ligado à autonomia do Estado brasileiro. Payer (2006, p. 59) aponta que “produziu-se um imaginário social do país como linguisticamente homogêneo”. Tentava-se reafirmar ao imigrante que a língua nacional do Brasil era a língua portuguesa, percebida como constituinte da soberania nacional.

Nos anos de 1930, contexto analisado pela autora, discursividades que tratavam exclusivamente sobre a questão nacional foram construídas. Este fato constituiu a memória oficial responsável por fixar os sentidos tão propagados naquele momento e que diziam respeito à nação brasileira.

Contudo, conforme Payer, a preocupação com as línguas dos imigrantes não foi objeto de atenção surgido somente no Estado Novo, com Getúlio Vargas. Pensando os sentidos produzidos sobre a nacionalização, a autora considera que desde o período em que se implantou a República brasileira, discursos sobre o espírito nacional passaram a circular e a ocupar espaço crescente. Isso se deve ao fato de que havia uma nação recém-criada e dessa forma era urgente e necessário produzir a “identidade” de um povo que a representasse. Deveria haver uma população que se identificasse com a nova nação, e os discursos nacionalistas faziam cumprir o seu papel de fixar sentidos, movidos pelos desejos ideológicos de intelectuais da época.

Ainda, continua a autora, a propagação sobre nação e nacionalização ganhou alguns destaques também a partir de 1920, quando intelectuais liberais passaram a valorizar os temas nacionais e o desenvolvimento educacional. Inicia-se com maior rigor a preocupação com a nacionalização das regiões de imigração.

No entanto, ao longo da década de 1930, com Getúlio Vargas no poder, dá-se início a um novo período na configuração da língua nacional através de uma diversidade de políticas

linguísticas (PAYER, 2006). Buscava-se reafirmar que o português era a língua nacional e com esse discurso, além da língua pátria representar a autonomia do Estado brasileiro, construía aos poucos no imaginário social, a ideia ilusória de que o país possuía homogeneidade linguística. Dessa forma, os discursos produzidos ao longo desse período histórico estão sempre em torno da nação e de sua unidade que se concretizaria essencialmente através da língua portuguesa falada por todos os brasileiros.

Como analisa a referida autora, concomitante a esse período, aconteceu a Segunda Guerra Mundial. Em decorrência desse acontecimento histórico, somado ao ideal da nação e da língua única, a língua dos imigrantes, vista como língua inimiga em decorrência da guerra, passa a ser um dos alvos principais das práticas repressivas e ideológicas do governo.

Portanto, pela Lei, que como vimos funciona como um aparelho repressivo do Estado, subjugada ao poder de Vargas, a interdição efetiva da língua estrangeira em território brasileiro tornou-se um ato concreto e visível a todos. Os imigrantes foram proibidos de falar sua língua materna até mesmo entre os seus, dentro de suas casas, no diálogo familiar. E para que a Lei fosse cumprida, havia grande fiscalização nas regiões de imigração e quem não deixasse de praticar a sua língua materna seria punido (idem).

Conforme exposto mais acima, há o Estado que funciona como um aparelho repressivo no processo de interdição e somando-se a isso, as condições materiais do momento determinam as formações ideológicas que orientam os sentidos. Tais formações ideológicas permitem que esses sentidos apresentem certa unicidade e evidências lógicas e passam a funcionar em razão das condições históricas e políticas.

Continua a autora, mostrando que juntamente à interdição que se realizou através da prática, outro processo de nacionalização iniciou-se em 1938: Vargas criou a Comissão Nacional do Ensino Primário com o objetivo de combater o analfabetismo, propondo a nacionalização integral do ensino primário especificamente para os imigrantes. O Estado contou, nesse momento com a escola, uma instituição que servia de instrumento para representá-lo e fazer valer a sua ideologia. Através do forte discurso sobre a nacionalização propagado nas Campanhas de Nacionalização, a Escola então submeteu os imigrantes, ou melhor, os filhos dos imigrantes inseridos nesse espaço, à ideologia dominante. Eles ficaram sujeitos a essa ideologia e a sua prática.

Dessa forma, o Estado, aparelho repressivo, utilizou da lei, ato concreto, para proibir e também punir. Ao mesmo tempo, completando esse processo de política linguística, a Escola, aparelho ideológico, serviu à ideologia da classe dominante, representada nesse espaço e nesse momento da história, pelo espírito da nacionalidade brasileira.

Segundo Payer (2006), o discurso de Vargas, segundo o qual, “a língua é um nobre instrumento de soberania nacional” e “falamos a mesma língua”, se realiza com base em enunciados que fogem à realidade, buscando infundir naquela sociedade tão diversa de línguas, costumes, raças, credo etc, uma formação imaginária tal, que fixava um discurso tão evidente em que para se tornar cidadão brasileiro e sê-lo considerado pelo Estado, o sujeito imigrante deveria esquecer suas origens, sua terra e sua língua materna para que tivesse condições de se integrar à sociedade nacional. O discurso de Vargas encontra então solo fecundo, pois havia uma nação, criada recentemente e sem cidadãos que a representassem e a reconhecessem como sua. Dessa forma estava “clara” que a instituição da língua nacional era uma necessidade real para que se formasse uma nação.

Compreende-se, portanto, que através do forte discurso nacionalista propagado ao longo da década de 30, tendo como maior representante Getúlio Vargas, tentou-se pela força política e ideológica apagar no sujeito imigrante a sua identidade pelo silenciamento de sua língua materna. Língua essa que é, ainda hoje, capaz de identificar esse sujeito, de diferenciá-lo do cidadão brasileiro, como vemos no bairro da Conceição, na cidade de Machado. A partir da interdição, o imigrante deveria abrir mão de sua língua materna, parte constitutiva do sujeito (ORLANDI, 2013) e assumir uma nova identidade, mesmo que com ela não se identificasse. Instalaram-se nesse momento conflitos em decorrência dessa situação identitária. A identidade não desaparece sem deixar traços. Ela muda na história.

O sujeito imigrante passou por um processo de silenciamento de sua língua materna. De acordo com Orlandi (2007), esse fato constitui algumas das formas do silêncio. Quando o Estado, como é o caso, usa de estratégias e políticas linguísticas para proibir o que não se pode dizer e permitir o que deve ser dito, temos agindo nesse acontecimento a política do silêncio que se manifesta duplamente – pelo silêncio local e pelo silêncio constitutivo. Conforme a autora “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (idem).

Nestes termos, a constituição do imigrante em cidadão brasileiro de direito se produz em uma relação de injunção a falar a língua nacional: o discurso do Estado brasileiro propõe que o imigrante pode e deve falar a língua portuguesa e não pode, está proibido de falar a sua língua materna. O silêncio constitutivo está presente aí, produzindo determinados sentidos e apagando sentidos outros. O imigrante deixa de ser para se tornar cidadão brasileiro. Abre mão de sua língua materna, que o diferencia do “verdadeiro” brasileiro, para tornar-se um só em meio a tantos outros “um”.

Através de um ato concreto, como a criação de uma lei proibindo que se fale qualquer língua estrangeira no país, presenciamos a manifestação “da interdição do dizer” (ORLANDI, 2007). Ao lado do silêncio constitutivo caminha o silêncio local (censura). Logo, o silêncio local é aquilo que poderíamos dizer, mas torna-se proibido. Os imigrantes foram, dessa forma, proibidos de praticar a língua materna e tiveram que se inscrever na formação discursiva que Vargas, através da força e poder do Estado. Segundo a formação discursiva dominante naquele momento para se tornar cidadão brasileiro era preciso falar a língua portuguesa, maior representante de uma nação (PAYER, 2006).

Contudo, mesmo proibida e silenciada (censurada), a língua materna dos imigrantes continuou a ser praticada no espaço familiar, no dia-a-dia de seus falantes, na intimidade desse sujeito e de seus descendentes (idem, 2006). Embora o Estado tenha atuado de forma a orientar o que era permitido dizer e silenciar o que não poderia ser dito durante a Era Vargas, entendemos com Payer, que o silêncio instaurou-se, mas a língua materna dos imigrantes italianos não foi apagada. Para nós, o silêncio dos imigrantes e de seus descendentes não é compreendido como um espaço no sujeito que ficou vazio em decorrência da interdição, ao contrário, o silêncio é concebido como um lugar repleto de sentidos, que ocupa espaço constitutivo no sujeito. Esse silêncio era a única forma dos imigrantes defenderem a sua língua materna, e para evitarem que a sua língua, naquele momento condenada, não se apagasse por completo, o silêncio passou a funcionar. Isso permitiu que a língua materna fosse ressignificada nas relações mais particulares em que era praticada por esses sujeitos.

Ainda com relação à política do silêncio (censura), Orlandi (2007, p. 85) nos esclarece que

A censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão” – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a “retórica da resistência”, fazendo esse silêncio significar de outros modos.

Assim, a partir do que viemos abordando com Payer, sobre o discurso nacionalista e a língua materna dos imigrantes no Brasil, no período do Estado Novo, com o presidente Getúlio Vargas, consideramos que a língua materna, vista como elemento fundamental na formação sócio-histórica dos indivíduos, constituiu espaço na memória discursiva dos sujeitos e ainda hoje se manifesta de diversos modos nos “processos de identificação em sua relação com a(s) língua(s)”. Não aconteceu o pleno apagamento como se supunha, pois a língua continuou sendo praticada, parcialmente, no âmbito familiar. Podemos compreender, portanto, que os sentidos que não podem ser ditos não param, eles mudam de caminho e vão, mesmo no silêncio produzindo seus efeitos (ORLANDI, 2007).

CAPÍTULO TRÊS

A(S) LÍNGUA(S), A POLÍTICA LINGUÍSTICA E O ESPAÇO NOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Neste capítulo partimos para a análise dos materiais discursivos produzidos pelos sujeitos moradores do bairro da Conceição, em Machado, MG. Como gesto de interpretação, buscamos analisar nestes materiais o modo como a língua materna dos antepassados imigrantes italianos ainda ocupa lugar nos sujeitos pesquisados, a ponto de constituí-los de maneira estruturante, ao lado da língua portuguesa, produzindo efeitos nos processos de identificação (PAYER, 2006, 2007, 2013, 2014). Atentamos ainda ao funcionamento da política linguística instaurada durante o Estado Novo, momento em que a língua materna dos imigrantes foi proibida de ser praticada e em que a Campanha de Nacionalização de regiões de imigrantes ganha força. Veremos como os efeitos dessa política linguística atingem os sujeitos no bairro da Conceição. Além disso, analisamos o modo como o bairro, percebido tanto como espaço discursivo quanto espacialidade material, também ocupa lugar nas identificações, uma vez que, junto com a língua materna, produz sentidos no/para o sujeito desse lugar.

3.1 Efeitos da política linguística do Estado Novo no bairro da Conceição

Inicialmente dedicaremos atenção às políticas linguísticas instauradas durante o Estado Novo (1937-1945), com o presidente Getúlio Vargas. Veremos de modo específico como a política linguística de interdição das línguas de imigração teve relação direta com a escola e com a igreja no bairro da Conceição, e como produziu efeitos diversos nos modos dos sujeitos moradores desse lugar se identificarem com a língua materna e com a língua nacional.

Com base na apresentação da leitura que fizemos de Payer (2006), no capítulo anterior, sobre o processo da nacionalização de imigrantes já no início do século XX, e posto para funcionar de maneira decisiva no período ditatorial do Estado Novo, foi possível avançar na compreensão que diz respeito ao sujeito imigrante e à língua materna falada por ele. As reflexões desenvolvidas pela autora nos convidam a uma abordagem mais específica no que

tange à presente pesquisa, tendo em vista o funcionamento da ideologia dominante do período de nacionalismo forte, com Getúlio Vargas, em um contexto mais particular, no bairro da Conceição. Partimos do nacional para compreendermos, em um espaço mais restrito, se foram e como foram produzidos sentidos para/nos sujeitos do bairro da Conceição através dessa política linguística.

Partiremos da observação presente na obra referida de que “a nacionalização pode ter produzido efeitos de sentidos diferentes nas zonas rurais isoladas dos acontecimentos políticos centrais e nos centros urbanos” (PAYER, 2006, p. 74). Como foi exposto, sabemos que o espaço no qual se desenrolaram/desenrolam os fatos linguísticos que geraram o interesse deste trabalho constitui-se por um bairro, localizado na zona rural da cidade de Machado. Neste ponto, é preciso levar em consideração a distância que há entre tal bairro rural e os acontecimentos da vida política do governo central. Consideramos dupla razão para isso. Primeiro, os sujeitos que na década de 1930 moravam nesse bairro encontravam-se bastante distantes dos acontecimentos nacionais ou sofriam de modo diferente as suas consequências, pois além de estarem situados em uma cidade do interior, estavam ainda afastados de tal cidade, como moradores de um bairro rural. Segundo, há que se considerar ainda as condições de comunicação e de transporte do Brasil naquele momento.

Nessa perspectiva, diante de nosso interesse de pesquisa, tivemos a oportunidade de ter acesso, no bairro, a um pequeno livro que nos foi apresentado durante a pesquisa de campo por uma moradora do bairro. Intitulado “Ricordanze”¹², o livreto foi escrito no ano de 2000 pelos alunos da “Escola Municipal do Bairro da Conceição”, hoje chamada “Escola Municipal Cloves Araújo Dias II”. Contaram assim com a ajuda dos professores para a realização de entrevistas e pesquisas, e com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Machado para edição e impressão em gráfica. Obtivemos também a informação de que o livreto foi escrito nas comemorações dos “500 anos do Brasil”. Seu conteúdo é especificamente voltado para o tema da imigração no bairro, tendo como foco a história dos imigrantes que contribuíram com seu trabalho, cultura e língua para o desenvolvimento do país e do bairro, mais especificamente.

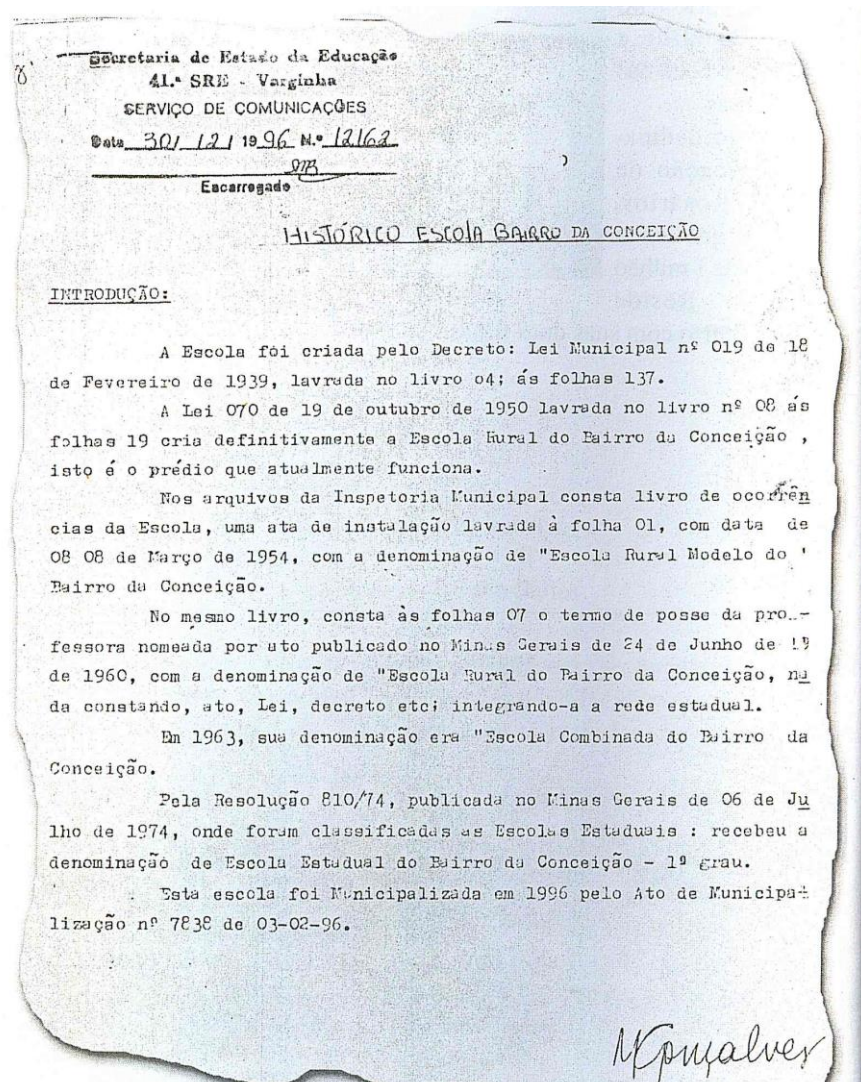
¹² Como material de arquivo, o livreto foi também registrado e considerado como *corpus* do Projeto de Pesquisa *Vida urbana e rural no sul de Minas: processos discursivos, memória e efeitos de sentido entre urbanização e práticas agrícolas*, coordenado pela Profa. Dra. Telma Domingues da Silva, como parte do convênio do qual participam docentes da Univás e do IF Sul de Minas.

Durante a nossa pesquisa de campo, tivemos certa dificuldade em ter acesso ao mesmo, pois, segundo algumas pessoas com quem conversamos, havia apenas um exemplar na escola, sendo que alguns livros desses haviam desaparecido, e outros estavam “muito bem guardados”. Soubemos, mais tarde, que muitos moradores do bairro receberam exemplares dele. Tratava-se, portanto, de uma preocupação e um zelo em expor ou pôr para circular este material.

Diante desse fato, pudemos entender, mais tarde, já na fase de análises, que há uma relação especial dos moradores com essa pequena obra. Podemos perceber então o sentido de que esse livro se constitui como uma espécie de relíquia para os sujeitos, e que, como tal, deve ser “muito bem guardado” para que “a história contida nele não se perca”. Em face da história do bairro, lemos nesse fato muitos sentidos, incluindo, no nosso modo de analisar, alguns que seriam resultantes do processo de silenciamento a que foram submetidos os sujeitos imigrantes, em sua inscrição na nova nacionalidade. Nós o relacionamos aqui a algo como se a história dos antepassados italianos, do bairro e da escola, impressos nas páginas do livro, fossem expressão da memória a que todos, especialmente os mais novos, podem ter acesso, e que por isso deve ser “bem guardado”. Entendemos que “transcrever” o oral, ou seja, escrever o que se conhece apenas por narrativa oral, torna a obra ainda mais significativa, pois para os moradores do bairro, descendentes de imigrantes italianos, é uma maneira de “recordar” no sentido de “manter viva” a história do bairro da Conceição e de seus moradores. Uma história que pouco se inscreveu no espaço oficial da brasilidade. Essa escrita torna possível, ao nosso ver, que as memórias de imigração, os relatos dos moradores mais velhos e tudo o que se sabe sobre o passado do bairro e dos imigrantes não se perca no tempo, não seja esquecido.

A obra constitui-se, portanto, como memória de arquivo, e conta com desenhos, poema, letras de música em dialeto, curiosidades sobre a história da imigração e acrósticos. O texto traz também narrativas orais dos moradores do bairro, que buscam, cada um a sua maneira, contar como se construiu a sua história, desde a partida de seus antepassados da Itália, até a chegada a Machado, e logo, ao lugar onde todos esses sujeitos moram hoje. Seu principal objetivo é pois o que se apresenta logo no início do livro: *resgatar* a história.

Mas, o que queremos destacar principalmente como relevante desse livro para nossa investigação é um específico documento, que nele consta em cópia, que diz respeito ao histórico da escola do bairro. Segue o documento, conforme consta do livro.



Fonte: Ricordanze. Escola Municipal do Bairro da Conceição, 2000.

Este documento foi emitido pelo Serviço de Comunicação da Secretaria de Estado de Educação – Superintendência de Varginha, e assinado pela Secretária da Educação do município de Machado em exercício no ano de 2000, Senhora Maria José Gonçalves.

O que nos importa especialmente observar é que o documento informa a data em que a primeira e única escola existente no bairro da Conceição foi criada. Como se lê, sua criação ocorreu no ano de 1939. Essa data é muito significativa no quadro geral da nossa pesquisa.

Como vimos, com Getúlio Vargas, no ano de 1938 foi instituída no Ministério da Educação e Saúde, a criação de uma Comissão Nacional do Ensino Primário, que tinha como função “organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo e

nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira” (Payer, 2006).

Como se pode ler neste documento, a escola do bairro da Conceição foi criada um ano depois de instaurada a Comissão Nacional do Ensino Primário e deflagrada a Campanha de Nacionalização do Ensino em áreas de imigração, em 1939. Assim entendemos como foi instalada no bairro a escola, como parte dos atos oficiais que visaram cumprir o papel de nacionalizar e transformar a comunidade do bairro rural da Conceição, que até então praticava inteiramente a língua materna dos imigrantes, em uma comunidade de cidadãos brasileiros, e nada mais. Através da Lei, a política linguística de Vargas tornou concreta a criação dessa escola. Como a própria lei demonstra, a escola foi criada formalmente em 1939.

Além de localizar esta data e de relacioná-la aos fatos em âmbito nacional, vale também ressaltar que esta escola foi oficialmente “criada”, entretanto ficou apenas “oficialmente” criada, pois conforme se lê, o seu efetivo funcionamento teve início somente no ano de 1950. A criação oficial se deu, portanto, inicialmente, somente “no papel” - no abstrato da forma jurídica, no bojo da criação de diversas outras escolas em todo o país, como previa a Campanha de Nacionalização. A Escola criada em 1939 existiu somente juridicamente, para o Estado. Somente mais tarde, em 1950, a instituição escolar é “definitivamente” criada, isto é, foi posta em funcionamento. Percebemos que o ato da sua criação, amparado pela força da Lei, tornou-se efetivo pouco depois. Este fato de a escola ter sido criada apenas formalmente em 1939, sem funcionar de fato, reforça o gesto de interpretação que estamos fazendo de local a sua instalação no bairro com a função principal de nacionalizar os imigrantes.

Diante disso, através da pesquisa de campo, pode-se ler também, por efeito da memória dos enunciados, que durante esses anos o dialeto italiano era falado no bairro. Conforme os relatos, os sujeitos descendentes de imigrantes também falavam nessa época a língua portuguesa, mesmo que não totalmente, buscando maior entendimento com aqueles que eles denominavam “os brasileiros” do lugar.

Nesse sentido, trazemos um recorte do corpus, da senhora AMC, de 81 anos, filha de imigrante italiano, a respeito da escola e da “necessidade” de se falar a língua portuguesa:

Depois que os mais velhos começaram a entrar na escola, aí virou, uns oito filhos da minha mãe pra trás. Os mais velhos aprenderam [o italiano] tudo, depois, os últimos, nada. Porque aí, eles [os irmãos mais velhos] também pararam de falar o italiano, eles também falaram em brasileiro, malemá, umas

palavras pelo meio, mas virou, não falou mais o italiano. Porque aí também chegava um brasileiro... e aí não entendia nada, né? E depois, nós também entramos no catecismo (...) (AMC).

É possível perceber que a política mais ampla de silêncio, instaurado com a nacionalização está em jogo nesta situação. Conforme Orlandi (2007), a política do silêncio possui duas formas de funcionamento: o silêncio constitutivo, que é parte de todo dizer, e o silêncio local, instaurado pela censura. O que nos toca sobre o enunciado acima de AMC é analisar como funciona o silêncio constitutivo para esta senhora, moradora do bairro e descendente de imigrantes. Consideramos, com a referida autora (p. 73), que esse silêncio constitutivo está relacionado a um recorte entre o que se diz e o que não se diz, ou seja, se diz “x” para não (deixar) dizer “y”.

Assim, é significativo considerar no recorte analisado, o aspecto do silêncio constitutivo. Como sabemos, o trabalho ideológico cuida para que não haja falhas. Era evidente ao sujeito - importante salientar nesse caso: não o imigrante mas a filha de imigrante - que, diante da presença da escola, da igreja e na relação como o outro, deveria deixar de falar a língua com a qual conheceu o mundo, a língua materna, com seus traços e particularismos, para se entregar à língua portuguesa, ao “brasileiro”.

Entendemos aí o funcionamento da interpelação do sujeito pela ideologia através do discurso. A senhora descendente de imigrantes italianos repete a voz que ouve do Estado, e se inscreve sem perceber plenamente do que se trata, e sem questionar, na formação discursiva do Estado que propunha o apagamento de sua língua materna. Para ela, a política do silêncio dos elementos do italiano funcionou como algo necessário para o descendente de imigrante. Nas relações com o outro, o sujeito deveria falar a língua dominante do lugar – país – onde se encontrava (Brasil), não existiriam mais razões para falar o dialeto italiano, uma vez que estava em solo brasileiro e em contato com os brasileiros. Dessa maneira, o sujeito e seus familiares deixam de falar a língua materna, para falar o brasileiro (língua nacional/portuguesa).

Merece nossa atenção, nessa discussão, a nomeação que se estabelece pelo sujeito imigrante italiano para a língua falada pelo sujeito que ele aqui encontra, em solo brasileiro. O descendente de imigrantes não se refere à língua portuguesa, mas sempre “ao brasileiro”. No contato que tivemos com alguns moradores do bairro, notamos que na atualidade os mais velhos se referem com regularidade à língua nacional/portuguesa como “o brasileiro”.

Há uma relação lógica estabelecida entre Nação – cidadania – língua, ou seja, se eu nasci no Brasil (Nação), eu sou brasileiro (cidadão). Se eu sou brasileiro, eu falo a língua

brasileira, ou “o brasileiro”. Podemos avançar um pouco mais, considerando o lugar do imigrante em pleno discurso nacionalista da era Vargas, em sua relação com o brasileiro (língua). Se a língua nacional era considerada, no contexto do Estado Novo, como o maior símbolo representante da unidade de uma nação, o imigrante deveria falar essa língua (nomeada por ele como “o brasileiro”) para se constituir como parte dessa unidade e ser considerado também um cidadão brasileiro (“virar” brasileiro), integrante da Nação que o recebera. É um jogo em que se estabelece uma complexa relação entre Estado/Nação – cidadão/brasileiro – língua(s) – imigrante/descendente.

No contexto referido pela senhora AMC, seus irmãos mais velhos tinham aproximadamente 10 a 13 anos nessa época, por volta dos anos 1935 a 1942, quando passaram a praticar o português como língua cotidiana. Notamos assim que somente os filhos mais velhos tiveram maior contato direto com o dialeto italiano, e faziam uso dele. Já os “últimos”, ou seja, os filhos mais novos “viraram” brasileiros, já que passaram a falar “o brasileiro”. No entanto, no entender da entrevistada, os seus irmãos mais velhos passaram a falar a língua portuguesa “malemá”¹³. Ao afirmar isto, que os irmãos *falaram malemá, umas palavras pelo meio*, notamos que o sujeito se refere a uma situação de tensão e mistura entre as línguas, materna e portuguesa. Entretanto, como sabemos, a língua materna não cedeu totalmente o espaço, uma vez que constitui ainda o sujeito, aparecendo na deriva da outra língua, e irrompendo mesmo quando a língua portuguesa procura espaço.

Nossa reflexão nos permite pensar no “lugar da língua materna no sujeito” (Payer, 2006). Ela não foi apagada de todo e nem esquecida, continuou no sujeito (re) significando (-o), em seus processos de identificação. “É como língua silenciada mesmo que ela significa”, nos diz esta autora. Esse “lugar” que a língua materna deixou de ocupar, não foi preenchido pela língua nacional e muito menos, se tornou vazio. Esse lugar que representa a língua que deixou de ser dita foi constituído pelo silêncio. E o silêncio significa (ORLANDI, 2007).

A aparente necessidade de ter que “escolher” entre falar a língua materna e o brasileiro (língua portuguesa), não poder falar as duas línguas ao mesmo tempo, era uma evidência inquestionável ao sujeito. No entanto, o silenciamento da língua materna permitiu que ela significasse de outra maneira no sujeito, sem que ele percebesse.

Diante da realidade imaginada do projeto de nação proposto por Vargas, para o sujeito era necessário aprender a língua portuguesa, pois é a língua nacional, ensinada na escola. O discurso da nacionalização funcionou para os imigrantes e sua família no sentido da escola ser

¹³ Malemá quer dizer: de qualquer jeito, mais ou menos. Mal e mal.

vista como uma benfeitoria ao bairro, e o ensino por ela conferido ser a forma de inserir seus filhos na sociedade que os recebera.

O valor da tradição escolar na cultura ocidental, que o imigrante conhecia, permitiu que a escola funcionasse como um bem, como algo capaz de promover melhorias e mudanças. Esse discurso construído histórico e ideologicamente funciona de forma eficaz desde os tempos remotos da existência da escola.

A eficácia da interpelação ideológica funciona deste modo para os sujeitos do bairro, que perceberam a escola como uma benfeitoria. Mais uma vez a inscrição se dá na formação discursiva dominante do Estado. Não se trata aqui de ignorar os benefícios conferidos pela escola, apenas de apontar a presença histórica, a criação dessa instituição nesse bairro específico de imigrantes italianos e o seu ensino que passa a ser exclusivamente em língua portuguesa, ao invés do bilinguismo, por exemplo, funcionando como uma violência simbólica, pela supressão da língua materna, dessa comunidade de imigrantes no seio do Brasil.

Trata-se agora da outra forma de existência da política do silêncio: o silêncio local (a censura). Segundo Orlandi (idem, p. 74-75), “é a produção do silêncio de forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido”.

Nesse sentido, entendemos que a criação da escola foi uma estratégia da política linguística de Vargas. O Estado entendia que através de suas ações estava proporcionando àquele bairro da zona rural, constituído por imigrantes e descendentes italianos, a oportunidade de acesso à educação. Propunha o ensino em língua portuguesa (língua nacional) que transformasse esses sujeitos em verdadeiros cidadãos brasileiros.

No entanto, a censura se manifesta na escola, embutida no ensino da/em língua portuguesa, da língua legitimada pelo Estado, apenas, para essa comunidade. Essa estratégia funcionou como uma forma de interdição da língua materna e, através da evidência, impediu que os imigrantes e seus descendentes continuassem sua prática.

Nesse funcionamento é naturalizada a necessidade de deixar a língua dos pais, para tornar-se um brasileiro, pelo fato de tratar-se do Estado Nacional (PÊCHEUX e GADET, 2010), que tem quase sempre uma única língua como sua língua nacional. A língua portuguesa é tida pelo sujeito analisado como a língua real, de contato, capaz de conferir o entendimento entre os sujeitos do bairro e os demais cidadãos brasileiros.

Contudo, assim como a ideologia, a língua falha. Pelos deslizes que irrompem no dizer do sujeito, como ao enunciar *não falou mais o italiano*, podemos perceber que sucedeu-se o

contrário. Mesmo diante da aparente necessidade de deixar de falar o dialeto italiano, assim com umas palavras pelo meio, a língua materna dos antepassados continuou a ser praticada, de algum modo, juntamente com a língua portuguesa (PAYER, 2006). E a língua materna dos imigrantes italianos se mantém de um certo modo até os dias atuais na prática de linguagem dos sujeitos deles provindos.

Além da escola, a igreja também funcionou, nesse sentido, junto ao Estado. Por ela mais uma vez o sujeito tenta justificar o abandono da língua dos pais: *e depois, nós também entramos no catecismo*. Pela argumentação de AMC, a catequese também era ensinada em língua portuguesa. Observa-se funcionamento semelhante no recorte abaixo, em que a moradora do bairro, EMC, 60 anos, fala sobre alguns relatos de sua mãe (a quem ela se refere como “vovó”), onde se pode notar a tensão entre a língua materna e “o brasileiro”, quando ambas disputam espaço no sujeito:

“Quando a vovó e suas irmãs fizeram a primeira comunhão, elas rezavam o ato de contrição em italiano. Mas o padre era brasileiro, então não sabiam se ele tinha entendido ou não. A partir desse dia, sua mãe, no caso, mãe da vovó, minha bisavó, disse que eles deveriam aprender e falar o brasileiro.” (EMC)

Como se sabe de fato, a catequese era realizada no bairro em língua portuguesa, e era necessário que os filhos dos imigrantes aprendessem esta língua para que pudessem entender o padre e serem entendidos por ele, lembrando que a religiosidade compõe um aspecto importante das características desses sujeitos, conforme vimos no primeiro capítulo.

Retornando à relação entre a nacionalização e a ideologia, como vinha sendo tratado antes, trata-se, nesse sentido, da evidência da evidência ideológica. Em grande parte, Escola e Igreja, Aparelhos Ideológicos do Estado, segundo Althusser, participaram da nacionalização contribuindo para apagar a língua materna dos imigrantes, seja através da divulgação do discurso nacionalista do período republicano, seja através da difusão e prática somente da língua portuguesa nas regiões de imigração. Contudo podemos dizer que este discurso não funcionou tão bem como esperado para formar “gerações de bons brasileiros”, pois, conforme afirma Payer (idem), a língua materna continua presente como memória discursiva e, como sabemos, a ideologia funciona por rituais sujeitos a falhas (ORLANDI, 2013).

3.1.1 A (des)identificação como forma de proteção

Nossas análises nos conduzem a pensar, ainda, na interdição da língua do imigrante, considerada como língua inimiga, diante do contexto, sobretudo da Segunda Guerra Mundial. Com base em nossas investigações, compreendemos que as práticas de tal política linguística e suas inevitáveis consequências foram percebidas no bairro da Conceição. Embora não tenhamos encontrado nenhuma informação explícita, no ambiente do bairro, sobre uma “proibição local” dos imigrantes de falarem a língua materna - não há menção a este acontecimento em nenhum dos relatos ou em qualquer documento ou, ainda, em algum outro tipo de arquivo -, pudemos encontrar no fio dos enunciados que seguem, rastros desse silenciamento que chamam nossa análise.

No que segue, temos uma senhora de 81 anos falando com a sobrinha, de 60 anos.

Tia - Ma teu pai virava uma caninana quando eu e tua mãe ia no Machado, e nós falava alguma coisa em italiano.

Sobrinha - Não gostava, ele tinha vergonha, né? Então... mas depois os outros que chegavam na casa dele, ele começava: ‘Buon giorno! Buon giorno!’

Tia - E depois o povo... veio muita gente atrás que queria aprendê! (...) Má teu pai não gostava que falasse italiano. Ele chamou eu e tua mãe a atençon lá pa cidade quando nós tava lá. E tua mãe falava: “vesto”, “qüedo”. Nossa Senhora, teu pai virava uma caninana.

Sobrinha - Ele não gostava...

O recorte seguinte traz uma pergunta e uma resposta presente em anotações pessoais, já referidas:

Sobrinha: Você tem lembrança de alguma das pessoas mais antigas comentarem alguma coisa de que durante um tempo foi proibido falar o italiano?

Tia: Não há nenhuma lembrança de comentário dos antigos referindo-se a algum tipo de proibição da língua italiana. Somente relatos de maridos chamando a atenção de suas esposas ao usarem a língua italiana em público, na cidade.

Os recortes apresentados nos põem a refletir mais detidamente sobre os efeitos da interdição da língua materna na prática linguística apresentada nesses contextos. Mesmo que não tenhamos encontrado em nosso material algo que mencionasse diretamente ações sobre a proibição da prática da língua italiana, encontramos, na aparente inocência ou evidência desses enunciados, vestígios que nos levam a pensar que de alguma maneira, os maridos

podem ter tido conhecimento de tal interdição e/ou dos acontecimentos nacionais, sobretudo considerando o contexto da segunda guerra e a notícias através de meios de comunicação como o rádio. O fato é que há no discurso, via transmissão oral, o registro de que os homens ficavam muito nervosos com suas esposas e “eles mesmos” as proibiam de falar qualquer coisa em italiano quando estivessem na cidade. Nesse espaço, diante dos outros, até por já serem conhecidos como “os italianos do Buraco”, os sujeitos imigrantes, assim como seus familiares se tornariam alvo de comentários, diante de sua história, de suas origens e de sua língua, tendo em vista, tanto o desenrolar histórico daquele momento, quanto a imagem que os brasileiros faziam deles mais localmente.

Assim, para que a língua falada no bairro da Conceição, que não era a mesma que a daquela praticada pelos sujeitos da cidade, continuasse a ser praticada por esses maridos, suas esposas, família e toda a comunidade daquele lugar, esses sujeitos preferiram “negá-la”, no espaço da cidade, que é o espaço do outro, como uma maneira encontrada de, a partir dessa negação, confirmar a sua prática, ao protegê-la. São diferentes modos de identificação e de relação com a língua, como vimos em Payer (2013). Neste sentido, o enunciado acima, a respeito da prática discursiva dos sujeitos que viveram durante o período do Estado Novo, evidencia que esse modo de relação dos maridos com a língua materna é também uma forma de resistir ao interdito do Estado, ao proteger suas esposas, e sua língua, no espaço da cidade. É o silenciamento que se põe a funcionar (ORLANDI, 2007). Um silenciamento produzido a partir do Estado que se põe a funcionar através da voz desses maridos.

Anos depois, conforme o relato acima, sujeito e língua já não são mais os mesmos, mas ainda há algo que continua inseparável neles, no constante movimento dos processos de identificação em relação à relação dos sujeitos com as línguas presentes em sua história (PAYER, 2013). A língua dos pais ainda se faz presente na orgulhosa acolhida em italiano, como mencionado, ao receber visitas em casa, onde, diferente do espaço da cidade, o familiar torna tudo possível, lugar onde a língua não é represada e encontra-se à vontade no sujeito que ali se permite dizer um *buon giorno*.

Considerando o modo como o processo de interdição possa ter ocorrido em regiões distantes dos grandes centros, tópico a partir do qual iniciamos esta discussão sobre a língua no bairro, é provável que os moradores do bairro da Conceição, na década de 1930, não tenham passado discursivamente alheios ao processo de interdição da sua língua, que se dava em nível nacional. A política linguística do Estado Novo parece não ter atingido os sujeitos deste bairro através da força, com prisões e perseguições, como ocorreu em outras regiões de imigração no Brasil, talvez por ser um lugar mais afastado da cidade, ou até mesmo,

pensamos, por não serem facilmente identificados pelo Estado, uma vez que não constituíram “colônia de imigração” ou “núcleo colonial”, por se tratar de um bairro independente, de uma comunidade pequena, criada pelos próprios imigrantes italianos.

No entanto, uma escola fora criada neste lugar. Encontramos em nossa pesquisa as marcas de um discurso nacionalista funcionando através da criação dessa instituição, desde bastante cedo, em 1950, considerando tratar-se de um bairro rural. A escola é lugar por excelência em que a ideologia dominante é colocada em prática e foi o mais eficaz instrumento do Estado para atingir suas metas nesse bairro. Ao mesmo tempo, a igreja, também em sua relação com o Estado, cumpriu o papel de propagar a língua nacional, mesmo que de forma mais sutil, levando os fiéis a falarem a língua portuguesa, língua responsável pelo entendimento entre os fiéis e o padre, e entre os novos cidadãos brasileiros e o restante da cidade, da nação.

Portanto, como vimos, a nacionalização e a interdição da língua materna atingiram bem de perto os sujeitos no bairro da Conceição, e a política linguística de Vargas, que contou neste período com o discurso nacionalista materializado pela Campanha de Nacionalização do Ensino Primário, nas Escolas, imprimiu seu gesto firme, através da criação da escola em 1939, nesse bairro rural. Pelo efeito da evidência dos sujeitos e dos sentidos posto pelo Estado, tornou-se possível que os sujeitos do bairro acreditassem na real necessidade de deixar de falar a língua materna a fim de falar a língua portuguesa, como idioma pátrio, representante da nova nação e ponte para a integração entre os seus cidadãos. O Estado nacional, como tal, procurou fazer-se cumprir, através de seus aparelhos ideológicos, por trás da aparente naturalidade dos sentidos que aparecia aos moradores do bairro. A eficácia da interpelação ideológica impossibilitou que os sentidos produzidos fossem questionados pelo sujeito imigrante e formou falantes de um português que traz consigo a melodia de um *falar cantado*.

Ainda assim, apesar da fuga a qualquer ideologia ser impossível, nossa pesquisa mostra o caráter contraditório do processo de transformar o imigrante em brasileiro e traz marcas que apontam, nos enunciados dos sujeitos atuais do bairro, que o discurso nacionalista esteve presente, embora não funcionando de forma tão homogênea como esperado, e a língua materna ainda resiste nas franjas de seu funcionamento.

3.2 Sujeito, espaço, sentidos...

Diante do procedimento analítico que propusemos, de considerar o bairro, como espaço discursivo, como integrante dos processos de identificação, pensamos então em analisar a relação entre o sujeito do bairro da Conceição e o sujeito da cidade, em Machado. Partimos de alguns sentidos já bem estabilizados que circulam e fazem parte do imaginário do bairro pesquisado. Trata-se da imagem que o morador do bairro faz sobre os moradores da cidade, e da imagem que o sujeito morador da cidade faz dos moradores daquele bairro específico, conforme o funcionamento do imaginário proposto por Pêcheux (1990), e do que essas imagens podem nos indicar sobre a relação entre imigrantes e brasileiros.

Ao longo do tempo, desde a chegada dos imigrantes italianos até os nossos dias, persiste um imaginário que se manifesta no dizer dos moradores da cidade de Machado sobre os moradores do bairro da Conceição. Em situações variadas, esses sujeitos são chamados de *italianos do Buraco* ou de *italianos do bairro da Conceição*. Nos enunciados que seguem, podemos notar como esse imaginário funciona.

Este procedimento analítico tornará possível compreender como, na situação em análise, se dá o fato de que “falar do bairro é falar do sujeito morador desse bairro” (MARTINS, 2012).

Esses dias, eu fui dar uma olhada nos meus bezerros, lá nas terras que alugo. Conversei bastante com um senhor, vizinho de lá. Quando a mulher dele entrou na conversa, eu logo pensei: ‘essa mulher deve ser dos italianos lá do Bairro da Conceição’.

Na missa das dez, no domingo, só tem italiano do bairro da Conceição.

Esse aí tem muito dinheiro, é italiano do bairro da Conceição!

(Anotações em diário de campo, 2014).

As condições de produção em que o enunciado “*Italiano do bairro da Conceição*” se realiza são, na maioria das vezes, em dizeres *sobre* o sujeito do bairro e não em um dizer dirigido a ele. Tampouco é comum os moradores da cidade se referirem ao sujeito do bairro dessa maneira, a não ser intencionalmente, de modo marcado, como forma de identificá-lo, de diferenciá-lo dos demais moradores que não são do bairro da Conceição. Consideramos em alguns casos, como veremos, até mesmo um tom de indiferença e de zombaria. Nossas análises nos permitem apontar certo sofrimento do sujeito do bairro por ser identificado e nomeado deste modo, pelos efeitos de sentido com que soa tal dizer.

É possível notar, ainda, uma interessante relação espacial que se coloca entre o bairro da Conceição e o sujeito que os constitui. O bairro já está no imaginário de todos como o único da cidade que é formado por imigrantes italianos e depois por seus familiares. Dessa forma, entendemos que o bairro representa o sujeito e este representa o bairro. Ambos estão interligados e são inseparáveis diante da história, da memória, do passado em comum e dos sentidos que os unem. Percebe-se que o termo “o italiano” está sempre nos dizeres dos moradores da cidade associados ao espaço “do bairro da Conceição”. Sujeito e bairro se fundem e assim põem-se a significar juntos, imaginariamente.

Diante da análise que realizamos no capítulo anterior e do que fora exposto sobre o funcionamento das políticas linguísticas do período do Estado Novo, consideramos que o dizer “*italiano do bairro da Conceição*” funciona ainda através de uma memória da língua que nunca cessa e que sempre está afetada pelo histórico e pelo social. Desta forma, percebemos que os moradores da cidade são constituídos historicamente por uma memória de *dizeres sobre* os imigrantes e atuais moradores do bairro da Conceição. Quando alguém diz “*italiano do bairro da Conceição*” está reforçando sentidos do funcionamento da interdição da língua italiana e ao mesmo tempo marcando a fronteira entre cidadãos que seriam supostamente os “verdadeiros” brasileiros e os cidadãos imigrantes que foram “transformados” em cidadãos brasileiros. Mesmo que tais acontecimentos tenham se desenrolado no passado, o enunciado em análise ainda circula na sociedade analisada e cuida para instaurar para sempre uma ligação entre passado e presente. Isso só é possível através da memória discursiva, que também é constante e repetível, e se manifesta na materialidade da língua.

No enunciado seguinte, é possível perceber que, para o sujeito do bairro da Conceição, a forma de ser significado pelo sujeito da cidade parece, muitas vezes, carregada de negatividade, como se ser descendente de imigrantes italianos e morar no bairro da Conceição fosse uma falha. A questão aqui não é o que se fala sobre esse morador, mas o modo como se fala, o que é muito significativo para o analista.

Os da cidade têm até hoje a visão de que o italiano é esganado, mas isso é desde os antigos. Mas eles, pais de família, e que não era pequena, viam a prioridade de alimentar seus filhos, e juntavam dinheiro para comprar suas terras. Aí ficou, isso nunca mais apaga. Por isso, digo: fomos e somos discriminados, parece uma bobeira, mas se lembrarmos... coitados... (EMC)

No recorte em pauta, identificamos no dizer de EMC efeitos de sentidos que produziram no sujeito sentimentos de ser objeto de preconceito, constrangimento e discriminação, praticados desde há muito tempo contra os antepassados por moradores da cidade, e que ainda continuam produzindo significação profunda para os moradores do bairro em geral. A imagem do “*italiano esganado*” ainda circula e produz efeitos negativos no processo de integração entre sujeitos descendentes do imigrante italiano e moradores do bairro da Conceição. Há um misto entre o efeito do orgulho das origens (italiana), da coragem dos pais ao enfrentarem dificuldades e ao final conquistarem o sonho tão almejado de obter condições dignas de sobrevivência, e ao mesmo tempo de uma repulsa contra o modo como a expressão “o italiano do bairro da Conceição” soa, como produz efeitos de sentido, em determinados casos, ao ser significado e identificado desse modo pelo morador da cidade.

Esse fato nos permite dizer que este é um assunto que deve ser observado com maior seriedade, nesse contexto, por suas implicações ideológicas. Quando um sujeito da cidade diz “*italiano do bairro da Conceição*” ou “*italiano esganado*” de forma depreciativa, embora “*pareça uma bobeira*”, não é, pois reproduz uma fronteira demarcada pelos diferentes que se encontram nessa história, uma vez que pelo modo como tais enunciados são ditos, se restabelece uma tensão imaginária entre sujeitos da localidade.

Considerando o que pudemos observar acima, atentemos à situação abaixo, em que duas senhoras conversam sobre sua história, em que mesmo há muito tempo, já contava com este modo de identificação, de discriminação dos moradores da cidade para com os moradores do bairro.

De certo ele via [o avô] que o povo já era meio, é... como é que fala... discriminado, porque ia na cidade, eles xingavam de italiano do buraco. Vai vê que ele falou: ‘Agora ficar falando italiano, mas italiano do buraco é, né?’ Com certeza. Só que hoje a gente não é mais igual era, de primeiro a gente era discriminado, agora, não. (EMC)

Nesse recorte enunciativo podemos perceber alguns efeitos de sentidos contraditórios produzidos em relação ao sujeito que fala, diante do conflito da relação com o outro. Temos uma palavra que é esquecida, em “... como é que fala...”. A atual discriminação sentida pelo sujeito que fala lhe vem, por efeito da memória, do tempo/discurso de seus antepassados. E é em relação ao avô que EMC vai buscar o significante “*discriminado*”, e é em relação a ele que encontra o fato da discriminação: os imigrantes eram “*xingados*”. Adensando esse sentido vamos ao Minidicionário Houaiss (2004), onde temos que a palavra *xingar* significa:

agredir com palavras insultuosas, injuriosas; ofender, tachar. Assim, diante do imaginário sobre o “*italiano do buraco*” os mesmos sentidos remetidos ao passado se repetem para o sujeito em análise. Embora acredite que hoje não seja mais como antes, ele deixa marcado em seu dizer que a discriminação em relação aos moradores do bairro da Conceição continua funcionando, como efeito, no modo como esses sujeitos são significados “hoje” pelos moradores da cidade.

Além disso, há no enunciado uma denegação, exposta pela repetição da palavra **não**, em: “*hoje a gente não é mais igual era, de primeiro a gente era discriminado, agora, não*”. O enunciado afirma e nega a discriminação: O sujeito afirma, em rastros deixados em seu dizer, justamente o que procura negar. Vemos aí funcionar a manutenção de um imaginário discursivo que insiste em se manter, ou seja, os moradores ainda se sentem discriminados ao saber que o dizer “*italiano do buraco*” ou “*italiano do bairro da Conceição*” continua circulando e funcionando como um modo do morador da cidade não se esquecer e não deixar que eles (moradores do bairro) se esqueçam das suas origens, do espaço que ocupam e ao qual pertencem.

Por outro lado, há também o imaginário que se (re)produz no dizer dos sujeitos do bairro em relação aos da cidade. Imaginário que há quase um século circula entre os sujeitos moradores desse bairro, perpetuando-se através de um dizer que também os separa daqueles que não são de origem italiana, e que se apresenta na oposição “os da cidade”, “os brasileiros”.

Assim, às vezes, a memória irrompe pela língua e produz enunciados muito significativos, de fato singulares, tais como:

*A filha da tia T. vai se casar com **um brasileiro***. (moradora do bairro)

Os da cidade têm até hoje a visão de que o italiano é esganado. (moradora do bairro)

Os daqui devem se casar com *os da cidade*, para misturar a raça com *os brasileiros*. (moradora do bairro)

A imagem do outro, “o da cidade”, “o brasileiro” passa, ainda na atualidade, a constituir o fio do discurso desses sujeitos. Ao se referirem dessa forma aos moradores da cidade, podemos considerar que para estas moradoras do bairro que assim enunciam, trata-se de um único e mesmo sujeito, que possui sempre características que marcam a fronteira entre “morador da cidade”, “os brasileiros” e “os moradores do bairro da Conceição”. O outro, o de fora, é imaginado como não fazendo parte do grupo e nem do espaço por eles constituído. É

um dizer que também separa, que reproduz fronteiras imaginárias, de forte significação, para os moradores do bairro da Conceição.

Com nosso gesto de análise queremos mostrar que a produção, a circulação e o funcionamento do discurso:

- *os brasileiros / os da cidade / os de fora*
- *italiano esganado / italiano do Buraco / italiano do bairro da Conceição*

(re)produzem efeitos de sentidos que estão intimamente ligados tanto ao processo da imigração quanto a acontecimentos históricos mais amplos que produziram efeitos de sentidos para os moradores do bairro da Conceição e para os moradores da cidade de Machado.

Em nossa tentativa de compreender “os modos como os processos de identificação manifestam-se na língua” (PAYER, 2013, 2014) e nas relações sócio-históricas do sujeito do bairro, acreditamos que o sentimento de discriminação, visto pela perspectiva discursiva como efeito de sentido (ORLANDI, 2011), apresenta íntima ligação com a história da imigração e com a política de nacionalização, incluindo a política linguística, através da memória da repressão pela qual os imigrantes italianos do bairro da Conceição foram atingidos e constituídos.

Como um eco dos efeitos da política linguística do Estado Novo, o enunciado “*italiano do bairro da Conceição*” está afetado pela memória da nacionalização e da interdição: é proibido falar a língua materna, é proibido ser imigrante. No entanto, esse enunciado, que insiste em se manter na prática discursiva dos moradores da cidade, admite o efeito contrário do discurso “somos um só povo, uma só nação” (VARGAS, apud, PAYER, 2006). O enunciado “*italiano do bairro da Conceição*” pode ser entendido como uma maneira de fixar uma linha fronteira responsável por determinar o lugar do imigrante (morador do bairro) e o lugar do brasileiro (morador da cidade).

Entendemos, portanto, que o nacionalismo produziu seus efeitos conferindo ao sujeito da cidade a evidência de ser brasileiro, enquanto, por outro lado, o elemento estranho ao nacional é o sujeito imigrante italiano que funda o bairro da Conceição. Mesmo “transformados” em brasileiros pela ação do Estado, são vistos como continuando na zona da diferença, do estrangeiro, no imaginário do morador da cidade, como é marcado no enunciado que ainda circula nessa sociedade.

Encontramos ainda outra relação significativa pensando no conflito imaginário que se desenrola entre sujeitos do bairro e da cidade, como vamos expor. Para aprofundarmos esse gesto de interpretação, tomamos o discurso do imigrante como tratamos no Capítulo Um deste trabalho. Como visto, o imigrante foi inicialmente “desejado” como mão-de-obra eficaz,

diante do trabalhador nacional, que foi renegado por não possuir supostamente conhecimentos, habilidades, que era considerado preguiçoso e pouco afeito ao trabalho nas lavouras. Diante dessa preterição, pensamos que a imagem do “italiano do bairro da Conceição”, criada pelo “brasileiro”, vem opor (imaginariamente) ao espaço do discurso do “brasileiro preguiçoso”. Ou seja, o morador da cidade busca apagar, fazer esquecer esse enunciado negativo a ele conferido por ser brasileiro, enfatizando e repetindo o enunciado “italiano do bairro da Conceição”, como um outro distinto de si.

Entendemos isso como uma maneira de mudar o foco do imaginário construído sobre o todo (o povo brasileiro), do qual ele (o morador da cidade de Machado, “o brasileiro”) é parte, para o outro (o imigrante e sua família) que não faz parte desse todo e é, portanto, diferente, por estar de fora. No funcionamento que estamos analisando o efeito de sentidos se constrói no efeito contrário, quem deve ser excluído e marcado pela diferença, é o imigrante.

Pensamos nesses termos que o imaginário que circula sobre o “italiano do bairro da Conceição” pode não ter surgido como ofensa contra o imigrante, mas como forma de reação do trabalhador brasileiro contra o discurso do “brasileiro preguiçoso”, muito difundido nas Campanhas de Imigração, nos países imigrantistas, pelas autoridades do Brasil¹⁴. No entanto, tal imaginário faz parte da discursividade atual entre os moradores do bairro e os moradores da cidade. E produz efeitos pela memória discursiva, em certos casos, sofríveis por parte do sujeito do bairro da Conceição. O que pode, em alguma medida, levar a manutenção das relações no âmbito do bairro, lugar onde ele, por efeito imaginário, se situa e se protege, na/da relação com o outro.

No recorte que apresentamos abaixo há uma situação interessante, enunciada pela senhora EMC (60 anos) que relembra seus tempos de moça, quando ia passear na cidade com suas irmãs, na companhia de uma tia que havia mudado do bairro da Conceição para a cidade de Machado.

Quando éramos moças e íamos para a cidade, a tia N. que já morava na cidade há algum tempo, [ela] pedia para não falarmos perto de ninguém, não queria que conversássemos com ninguém, porque ela tinha vergonha, então pedia para ficarmos quietos. Ela dizia: ‘É horrível, horrível’.

No enunciado acima, considerando suas condições de produção, pensamos estar diante “de um processo de denegação da língua outra presente/apagada” (PAYER, 2013). É

¹⁴ É interessante considerar, nesse sentido, a data de publicação da obra *Macunaíma*, de Oswald de Andrade, nos anos 1920, na literatura modernista brasileira.

importante notar que a língua materna, com sua melodia peculiar, falada pelos descendentes de imigrantes italianos e moradores do bairro da Conceição, é negada pelo sujeito que já morara no bairro e falara essa mesma língua.

O fato de mudar-se para a cidade (*já morava na cidade há algum tempo*) produziu uma ruptura, sob a forma de denegação, na relação antes constitutiva entre esse sujeito, língua e bairro. A língua falada no bairro passa a não ser mais aceita por aquele que foi morar na cidade. É uma língua que não deve ser dita no espaço da cidade (“dos brasileiros”), daí a tia “*pedir para não falarmos*”, “*não queria que conversássemos*”, “*pedia para ficarmos quietas*” porque neste outro espaço não era permitido falar cantado, pois *era “horrível”*.

Ao ocupar um outro espaço discursivo, a cadeia de sentidos que antes significavam para o sujeito deixa de fazer sentido diante das novas condições de produção em que se encontra. Agora o sujeito é um morador da cidade, e, portanto, imaginariamente, precisa falar a língua portuguesa, pois é aquela falada na cidade. Como se nota pela denegação, instaura-se no sujeito em análise, uma divisão das línguas que o constitui e que produzem efeitos de sentidos diferentes. E considerar que a língua portuguesa é a única que deve falar é a expressão que reforça ainda mais a negação da língua familiar.

Percebemos nessa análise que os modos de se (des)identificar com a língua materna e/ou com a língua portuguesa são distribuídos de acordo com o espaço discursivo onde os sujeitos estão em sua prática discursiva. Este espaço está intimamente relacionado aos limites do bairro e aos limites da cidade.

Consideramos esses espaços como significativos nos processos de identificação do sujeito, para quem, falar a língua materna num outro espaço, que não o bairro, torna-se uma situação “*horrível*”, “*horrível*”, pois através dos espaços cidade/bairro o sujeito é afetado de maneiras distintas em sua relação com a(s) língua(s). Diante do recorte que propusemos analisar, entendemos que para o sujeito que fala no enunciado, no espaço “cidade” só se fala a língua portuguesa, o que quer dizer que a língua materna falada pelos descendentes de imigrantes italianos deve ser praticada somente dentro dos limites do bairro da Conceição e nunca fora dele.

Assim, o sujeito é tocado pela ilusão de que, ao mudar de espaço, é também capaz de mudar de língua, apagá-la, simplesmente colocando outra no lugar. Ao não se identificar mais com a língua materna, o sujeito passa a “supervalorizar” a língua portuguesa, que é aquela falada pelos sujeitos moradores da cidade, mas se esquece que a língua materna sempre estará lá, presente em suas franjas, como parte constitutiva do sujeito (PAYER, 2013).

Essas considerações tornam-se significativas para esta pesquisa por oferecer condições para dizer que a língua, o sujeito e o espaço são indissociáveis. A relação que se dá entre a(s) língua(s), o bairro da Conceição e os seus moradores está arraigada ao processo sócio-histórico dos imigrantes italianos e é atualizada no constante movimento de vir a ser dos moradores atuais.

3.3 O *falar cantado* como rastro da língua materna

Ao longo da pesquisa de campo com os sujeitos do bairro da Conceição pudemos perceber a presença de uma “marca” que identifica/separa os sujeitos do bairro dos sujeitos da cidade. Marca que se encontra inscrita na língua. É perceptível na oralidade um som estranho que produz efeitos diferentes aos dos sujeitos da cidade. Referimo-nos a um modo de falar peculiar, que os próprios sujeitos do bairro nomeiam como *falar cantado*. Este traço é da ordem da língua materna dos imigrantes italianos, e ainda permanece no modo de falar desse grupo de moradores.

Torna-se imprescindível neste sentido considerar a oralidade. Segundo Payer (2005), “a oralidade é historicamente produzida e entendida como um lugar sócio-histórico de produção e de circulação de sentidos”. Entendemos, com a autora, que há discursos que se encontram somente na oralidade, pois foram sócio-historicamente estruturados deste modo, em um jogo de forças entre escrita e oralidade. São fatos discursivos da memória da imigração materializados nas marcas linguísticas e que merecem atenção e devem ser considerados como marcas de uma oralidade no sentido forte, como prática histórica de linguagem.

Em uma situação (não são raras) em que um sujeito do bairro vai à cidade e conversa com moradores desse lugar, ele já é identificado por sua língua no momento exato em que fala. A língua que se materializa pela oralidade, cuida de apresentar o sujeito identificando-o: quem é e de onde veio. Como dissemos antes, através de Celada (2004), *a língua o designa*. O não dito torna possível que mesmo que o sujeito não diga quem ele é, o falar cantado presente na língua que o constitui já o apresenta ao outro: “sou do bairro da Conceição, minhas origens são de imigrantes italianos”. A memória discursiva cumpre seu papel através da língua (Payer, 2006).

A língua dos antepassados manifesta-se aí de vários modos. Buscamos compreender em nossas análises como essas marcas são significadas e quais são os seus efeitos nas relações sociais dos sujeitos estudados.

Essa reflexão levou-me a compreender o que se passava quando era ainda uma criança. Comumente alguém, às vezes um vizinho ou familiar paterno, que eram moradores da cidade, dirigiam-se a mim dizendo: “*italianinha do bairro da Conceição*”. Eu entendia que “italianinha” explicava-se por minhas origens e “do bairro da Conceição” porque meus pais vieram desse bairro para a cidade, embora a maior parte da família continuasse a morar lá. Eu só não entendia porque eu era identificada tão facilmente: era a língua materna a se manifestar.

As considerações sobre identidade(s) e processo(s), vistas no Capítulo Teórico, tomam espaço significativo neste trabalho uma vez que os “processos de identificação dos sujeitos analisados e na sua relação com a(s) língua(s)” (PAYER, 2013), com o dizer que se materializa, possibilitam que consideremos *os modos* como essas línguas presentes na história irrompem ou não no diálogo cotidiano. Buscamos compreender como a(s) língua(s) produzem sentidos na prática discursiva e como incidem nas relações entre interlocutores, envolvendo o bairro da Conceição e a cidade de Machado.

Neste sentido, somos tentados a apresentar uma situação conforme ocorrera, tendo em vista que fomos testemunhas de seu desenrolar, quando era professora de uma escola da rede estadual, na cidade de Machado, no ano de 2009. A presente análise parte de nossa experiência, em um contexto no qual estávamos inseridos e tivemos, portanto, a oportunidade de vivenciar, através da observação, a relação do sujeito morador do bairro com a língua em sua prática discursiva em uma sala de aula.

O contexto constitui-se por duas alunas, ambas com doze anos, estudantes regulares no 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual da cidade em Machado. As alunas (A1 e A2) são moradoras do bairro da Conceição, espaço que ganhou destaque nesta pesquisa por ser considerado um espaço discursivo que contribui nos processos de identificação e significação para os sujeitos. Em sala de aula, as alunas estavam em contato com alunos moradores da cidade e de outros bairros rurais.

Passemos então a narrar o que nos tocou diante desta situação: como qualquer aluno e também qualquer sujeito humano, as alunas (A1 e A2) procuravam relacionar-se com os colegas de classe, criar amizades e conhecer o outro. Para isso, naturalmente, usavam a língua, ou seja, conversavam. No entanto, logo no primeiro momento em que pronunciavam algo, os colegas caíam na risada, o que se produzia provavelmente pelo “jeito cantado” de cada uma delas falar. Alguns comentavam “*São as italianas do bairro da Conceição*” ou “*Italianas do Buraco*”, e como fazem as crianças, não perdiam tempo de zombar das colegas. O riso se produz por uma quebra de automatismos, por uma ruptura da expectativa de um

sequenciamento normal dos sentidos. Conforme é encaminhado, torna-se zombaria, e isso toca nas cordas das tensões sociais (Payer, 2013).

Diante desse procedimento constante dos colegas, as alunas procederam de maneiras diferentes como forma de mudar a situação. A aluna A1 entrou em estado de silêncio constante. Pouco falava, mal participava das aulas e permanecia distante dos colegas. Demonstrava confiar somente na colega que passava pela mesma situação. Por outro lado, a aluna A2 procurou mudar o jeito de falar, em uma tentativa de igualar-se aos demais alunos da sala. Esta aluna buscava livrar-se das particularidades presentes em seu modo de falar em sua língua materna.

A situação discursiva descrita acima nos chama a interpretar. Como se dá a relação com a língua, e através dela, com os colegas, para essas alunas? Certamente ambas encontram-se em um processo de identificação conflituoso, e que produz diferentes reações em cada uma delas.

É interessante notar que o fato das duas alunas A1 e A2 serem descendentes de imigrantes italianos permite que elas apresentem em sua língua materna traços da língua falada pelos antepassados, com seus particularismos. O primeiro traço que facilmente pode ser percebido é o jeito cantado de falar, o *falar cantado* que já mencionamos, que tecnicamente indica o alongamento de vogais próprio dos dialetos italianos. Este “modo diferente de falar”, que vem com uma sonoridade peculiar por esse alongamento vocálico, evidencia-se ligeiramente diante dos demais alunos da classe, e remetem ao imaginário por eles conhecido “quem são” as alunas A1 e A2 e onde moram. Este reconhecimento imediato só se realiza tendo em vista o interdiscurso, que põe para funcionar o já dito sobre esses moradores do bairro da Conceição por parte dos moradores da cidade.

A preocupação que nos toca diante do contexto analisado reside no fato de que esse modo de serem significadas cria uma barreira na relação das alunas A1 e A2 em suas relações tanto com a língua materna – portanto consigo mesmas como sujeito que produz linguagem - quanto com o outro, no momento em que se produz a ironia e/ou discriminação por parte dos outros alunos. As risadas e o estereótipo trazido à cena afetam as alunas de tal forma que ambas sofrem sem que o professor e talvez os próprios colegas percebam. Poderia ser uma brincadeira talvez, mas o gesto produz efeito no sujeito e para lidar com ele, protegendo-se, as alunas procuram formas de apagar/esquecer/esconder a língua.

Pelo viés em que nos encontramos podemos dizer que a língua materna para as alunas é percebida por ambas, no contexto da escola, como a responsável por passarem por aquela situação.

É relevante ainda atentarmos à questão de que, no ambiente escolar, as alunas, assim como os demais colegas que também possuem, todos, língua materna, estão expostos à língua portuguesa, que como Payer (2006) fala com propriedade, é a língua falada por uma nação, que segue o poder do Estado e funciona como uma das dimensões da linguagem.

A língua portuguesa também é parte constitutiva do sujeito, e propagada pela escola ela reforça a questão de que é preciso esquecer-se da língua materna, para através da língua portuguesa falar correta e “completamente”. E isso seria parte do processo de “integração”. Como se outros efeitos não se produzissem nesses modos de identificação. O falar cantado traz de imediato a referência ao modo de falar dos imigrantes italianos e esta significação, que ainda se atualiza na memória discursiva dos alunos, permite concluir, sem que ao menos seja dito, que as alunas são “italianas” por terem suas origens ligadas aos imigrantes italianos. O “italiano” aí funciona simplesmente como um estereótipo, pelo imaginário, nada mais.

As alunas passam por um segundo movimento de preconceito relacionado agora ao lugar onde moram. Como se sabe, falares rurais sempre foram acompanhados de preconceitos. Tal preconceito recai agora sobre o sujeito que ao falar é identificado como “do campo”, o que remete ao estereótipo de “caipira”. O bairro da Conceição sendo rural contribui para as “gozações” praticadas pelos colegas e que ainda são reforçadas pelo fato daquele bairro ter sido povoado especificamente por imigrantes, que como vimos, está envolto por um imaginário que ao longo da história se pôs a significar, sempre atado ao imigrante italiano do passado, ao seu estereótipo: uma vez imigrante italiano...

Consideramos que a identidade é movimento e ao mesmo tempo a cada momento produz a ilusão de porto seguro, de referências. Dessa forma, o “falar cantado” das alunas A1 e A2 é situado no campo do diferente, e assim as alunas são vistas pelos outros também como diferentes.

Essa complexa relação estabelecida pelo modo de falar ligado ao bairro só se concretiza pela história do bairro e dos sujeitos que dele fazem parte. É a memória da relação que com eles estabeleceram os brasileiros.

Importa dizer, ainda, que não observamos a mesma relação com alunos de outros bairros da cidade, ou mesmo outro bairro rural.

Assim é possível compreender que as alunas A1 e A2 são motivos de chacotas pelos colegas da classe por serem significadas como diferentes deles, mesmo que todos sejam brasileiros, e por falarem diferente, pois para eles, os outros alunos, elas são “italianas do bairro da Conceição” ou “italianas do Buraco”.

Diante desse funcionamento, as alunas apresentaram processos distintos. A aluna A1 passou a pouco falar, provavelmente para evitar gozações e não sofrer mais, sendo quem é, como é e falando a língua que dela faz parte. Podemos notar outros efeitos para esse sujeito. Além dessa “retração da linguagem” (PAYER, 2006) prejudicar seu aprendizado, pois quase não participava das aulas, ao não falar nada na presença dos colegas a aluna modifica sua prática da linguagem, “tensionada entre calar e falar”. Dito de outro modo, a partir do momento em que a aluna A1 encontrou-se em uma situação de confronto com o outro, decorrente da diferença em seu jeito de falar, ao conter a sua fala, o silêncio se estabelece. Diante do conflito, ela resistiu e talvez tenha continuado se inscrevendo na língua materna em outros espaços. Na tensão entre o falar e o calar a aluna calou-se e ao se calar, identificou-se com o seu modo outro de falar, com sua língua materna e resistiu à língua portuguesa. Como confirma Payer (idem.) em sua produção de linguagem, nessas situações o sujeito recua para a própria língua.

Já a aluna A2 mudou o jeito de falar, imaginando talvez conseguir dessa maneira tornar-se igual aos demais colegas, sair do campo da diferença apontada e ser aceita pela classe. Ingenuidade, se pensarmos a incompletude da língua que falha, que deixa sempre irromper o que está nas bases da constituição do sujeito.

Pensando então na ruptura feita pela aluna A1 é possível perceber nesse caso funcionando um desfocamento nos elementos do discurso. Para Payer (idem), essa é uma das marcas linguístico-discursivas de imigrantes, e que encontramos nesta situação específica e que pode ser pensada como produzida a partir do conflito sobre *como falar* (ibid., p. 139). A língua materna da aluna A2 é abalada pela relação com o interlocutor. Como a língua sofre abalos, o sujeito que a fala e que por ela é constituído também é afetado. Para que a prática discursiva da aluna A2 faça sentido ela precisa se inscrever em uma outra linguagem que não seja a sua língua materna. A língua portuguesa, que como visto, é também uma dimensão da linguagem, aparece neste momento como a discursividade “desejada” pela aluna A2 e na qual ela irá se inscrever. A língua portuguesa dará condições de *como falar* na sua relação com os colegas. Dessa forma, a aluna A2 deixa de se identificar primeiramente com a língua materna (que continua silenciada na base de sua constituição como sujeito) e encontra uma identificação com a língua portuguesa, vista como a única capaz de satisfazer o seu desejo e necessidade de falar como os colegas nesse contexto.

Esta nossa última análise traz de maneira profunda a reflexão de alunos, moradores do bairro da Conceição e também descendentes de imigrantes italianos, em sua prática discursiva em sala de aula. Notamos uma relação tensa e ao mesmo tempo constitutiva do sujeito com as

línguas que nele habitam. Essa tensão entre a(s) língua(s) materna e portuguesa funciona como um elemento central nos processos de identificação (PAYER, 2007) em relação à(s) língua(s).

Com base nas análises anteriores, consideramos, de um lado, que a política linguística empreendida durante o Estado Novo através da Escola e da Lei com vistas a estabelecer a língua portuguesa (apagando a língua estrangeira) e de outro, o silêncio e o calar-se para proteger-se, ambos como fatores que (re)produzem um conflito de base entre as línguas e nos processos de identificação dos sujeitos. A língua materna e a língua portuguesa, compreendidas como diferentes dimensões da linguagem, atuando ambas nas identificações, afetam os sujeitos de maneiras também distintas.

É interessante o que pudemos notar sobre o vestígio da língua materna que ecoa no “falar cantado” das alunas A1 e A2 (alongamento vocálico). Nota-se que este traço acompanha de modo mais amplo a oralidade de toda uma população, no bairro da Conceição. E é instigante que, para esses sujeitos que “falam cantado”, a musicalidade que se apresenta em sua prática oral de linguagem não é reconhecida por eles como estranha à língua portuguesa (idem). Apresenta-se antes como familiar, pois fazem parte da “obviedade” da linguagem. Mas pelo outro, o colega de sala, morador da cidade, por exemplo, essa marca é percebida e remetida à estranheza.

Pensando na situação acima descrita e que nos tocou no espaço da sala de aula, acreditamos, pois, que uma mudança na direção das maneiras de se tratar o ensino da língua, que contemple alunos descendentes de imigrantes, seja o primeiro passo para um ensino reflexivo voltado não só para a língua portuguesa, mas à língua de maneira mais ampla, incluindo os traços da língua materna que também constitui esses sujeitos. A um sujeito que sem ao menos perceber participa/participou do apagamento de si e de sua língua materna, de sua história, seja oportunizada a chance de melhor conhecer sobre essa história, sua língua, sua comunidade. Isso significa uma transformação de olhar que permitirá ao sujeito do bairro e também ao sujeito da cidade que tenham uma compreensão mais ampla da história e da língua dos atuais moradores do bairro da Conceição e de seus antepassados, incluindo-se os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos investigar os processos de identificação na prática de linguagem do sujeito, em sua relação com a(s) língua(s), materna e portuguesa, bem como analisamos como o espaço, compreendido pela perspectiva discursiva, como espaço discursivo, significam, como elementos estruturantes na constituição do sujeito.

De modo central, consideramos os modos como a(s) língua(s) e o espaço incidem e determinam a relação nos/dos sujeitos brasileiros descendentes de imigrantes italianos moradores do bairro da Conceição, na cidade de Machado – MG, através dos processos específicos de identificação que se dão neste lugar e em relação a esses sujeitos.

Com base no dispositivo teórico da Análise de Discurso, no movimento entre teoria e análise, percebemos que o sujeito é tocado de maneira singular pela língua materna (dialeto italiano) que nele ocupa um lugar e produz sentidos tanto em relação à subjetividade (relação com o praticar a linguagem) quanto à exterioridade (relações sociais). Essa relação singular com a língua através da história estabelece um lugar especial ocupado pelo sujeito morador do bairro da Conceição, e também descendente de imigrante italiano, no conjunto da população da cidade de Machado e da brasileira. Esse lugar, indicado pela língua materna, produz no sujeito diferentes maneiras de se identificar com a(s) língua(s) que habitam sua prática discursiva.

Nesse sentido, procuramos compreender como o espaço, bairro da Conceição, entendido como espaço discursivo, funciona nos processos de identificação dos sujeitos analisados. Trilhamos nosso caminho por essa perspectiva por considerarmos significativa a relação entre língua/bairro na relação do sujeito consigo e com o outro, na prática discursiva.

No que tange a essa relação, observamos que o espaço discursivo funciona como uma linha fronteira que demarcaria até onde a língua materna do morador do bairro deve ser dita. Ao mesmo tempo, a língua constitutiva desse sujeito, com seu traço presente no falar cantado, funciona no espaço da cidade como um efeito de sentido que permite ao outro identificar o morador do bairro e descendente de imigrante italiano como “*o italiano do bairro da Conceição*”.

Com nossa pesquisa, entendemos que a língua materna se manifesta no dizer do sujeito, não só no falar cantado, que é um modo mais perceptível num primeiro momento, como também no fio do discurso, através de pistas e lastros que aparecem como um eco de

um silêncio que significa em sua história, em sua constituição, em sua transformação em sujeito brasileiro. A língua materna divide espaço com a língua portuguesa e, ambas, mesmo em tensão constituem o sujeito.

Nosso trabalho partiu da retomada de alguns fatos históricos da emigração/imigração no Brasil, para que pudéssemos compreender melhor a relação dos imigrantes italianos que dirigiram-se a Minas Gerais, rumo a Machado, com a língua materna e com a língua portuguesa, em um novo espaço. Esse ponto de partida permitiu que refletíssemos de maneira profunda sobre a memória da imigração, enquanto memória discursiva, e como ela funciona atualmente no cotidiano do bairro.

Observamos que o discurso do imigrante “do passado” ainda funciona nos dizeres do sujeito do bairro e da cidade e que é constante o movimento entre passado e presente na constituição do sujeito, descendente de imigrante italiano, e de seu dizer.

A política linguística do Estado Novo representa um marco na história do bairro e de seus moradores. A pesquisa nos ajudou a entender como a nacionalização do ensino, através da criação da escola no bairro, constituiu uma estratégia política que cuidou por silenciar, interditar e fazer esquecer a língua materna falada pelo imigrante e por seus descendentes.

A Escola e o ensino, somente em língua portuguesa, por ela conferido, foi uma prática pontual e decisiva do Estado, e trouxe consequências significativas aos modos do sujeito se identificar ou não com relação à língua materna, ao se inscrever na língua portuguesa. Consideramos que essa estratégia constitui uma violência simbólica, pela língua materna, e mexeu de maneira profunda na identidade desses sujeitos, ao longo da história.

Por esse viés, acreditamos que a escola seja um espaço singular e de valor imensurável na constituição do sujeito. E esse espaço é o mais digno de oferecer condições de se conhecer a sua história mais plenamente não só ao sujeito descendente de imigrante italiano e morador do bairro da Conceição, como também a todos os alunos que ocupam esse espaço e que também são constituídos por sua língua materna. Pensamos em um ensino de língua que possibilite a esses sujeitos, aos colegas que percebem como seu modo de falar é diferente e ao próprio professor, que compreendam o sentido que a língua materna traz e produz no/para o sujeito.

Pensamos em um ensino que possibilite ao aluno compreender a tensão entre as línguas que constituíram/constituem sua história, assim chegando até ele. É inegável considerar que um ensino que leve em conta, de maneira específica, o sujeito do bairro da Conceição, sua língua e sua história, constituiria “o fazer sentido” para esses sujeitos que abandonam a escola tão cedo.

Este trabalho não termina aqui. A incompletude sempre estará na próxima página. Entendi, com esta pesquisa, por que, quando estou no bairro, junto aos meus, a língua materna dos antepassados torna-se a minha, se apresenta e me (re)significa. Sei que novas indagações surgirão, novos silêncios irão significar. E no movimento da história, da língua e da memória, o sujeito se faz, se desfaz e se constitui em diferentes processos de identificação.

Concluir esse trabalho significa, para nós, desatar alguns nós, e também preparar outros. Significa, ainda, dar voz no presente, ao que não pôde ser dito no passado. Que à luz de nossas reflexões, possamos contribuir de maneira significativa no ensino da língua materna dos sujeitos descendentes de imigrantes italianos e moradores do bairro da Conceição, e também de forma ampla, envolvendo todos os alunos que ocupam as carteiras de uma escola, pensando nos sentidos que os constituem e os fazem significar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CAVALIERI, D. G. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897 – 1942)*. 2011. 130 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2011.

CAVALLARI, J. S. *O Lugar da língua materna na constituição identitária do sujeito bilíngue*. CAVALLARI, J.S e UYENO, E. Y (Org.). *Bilinguismo: Subjetivações e Identificações nas/pelas Línguas Maternas e Estrangeiras*. Vol. 9. Campinas, SP: Pontes, 2011.

CELADA, M. T. *Aspectos da subjetividade do brasileiro especialmente convocado no processo de aprendizado de espanhol*. Sínteses, Campinas, v. 8, p. 85-99, 2004

CHARAUDEAU, Patrick. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*. Revista Diadorim/Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, Dezembro 2011. Disponível em <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>. Acesso em Julho de 2015.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Endereço Eletrônico: www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acesso em 09 de fevereiro de 2015.

FERREIRA, M. L. C. *O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. O discurso na história da linguística. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. 2ª ed. Campinas: RG, 2010. 223 p.

GRECO, A. A. *Imprensa, Imigração e dificuldades do trabalhador estrangeiro em Minas Gerais (1888-1905)*. Anais XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência Exclusão. ANPUH/SP-USP São Paulo, 2008. Endereço Eletrônico:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Angelo%20Greco.pdf>. Acesso em julho de 2015.

HERÉDIA, V. B. M. *O mito do imigrante no imaginário da cultura*. Revista MÉTIS: história & cultura (on line). v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005.

HOUAISS, Minidicionário de língua portuguesa. Org. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MAGALHÃES, B. MARIANI. B. *Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente*. Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

MARQUES, W. *Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos*. Revista Eletrônica de Linguística. Volume 5, - nº 1 – 1º Semestre 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em Julho de 2015.

MARTINS, M. T. *Discurso e cidade: uma análise discursiva do bairro*. 2012. 107 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, 2012.

MARTINS, M. L. *A marcha do café no sul de Minas, Décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas*. Revista Territórios & Fronteiras (on-line), Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., p. 287-320. 2014.

MONTEIRO, N. G. *Imigração e Colonização em Minas 1889-1930*. 1994, Editora Itatiaia.

OLIVEIRA, L. L. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 164 p.

ORLANDI, E. P. *Segmentar ou recortar?* Série Estudos. Linguística: Questões e Controvérsias, n 10. Uberaba: Fiube, 1984.

_____. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3ª edição. Campinas; SP: Pontes Editores, 2008.

_____. *Discurso, espaço e memória: caminhos da identidade no sul de Minas*. Campinas; SP. Editora RG, 2011.

_____. *Análise de Discurso*. Princípios e procedimentos. 11ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

PAYER, M. O. Discurso, memória e oralidade. *Horizontes*. Revista do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da USF, v. 23, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2005.

_____. *A memória da língua*. Imigração e nacionalidade. São Paulo, Ed. Escuta, 2006.

_____. Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. ORLANDI. E. P. (Org). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 113 – 123, 2007.

_____. Entre a Língua Nacional e a Língua Materna. In: Indursky, Freda; Ferreira, Maria Cristina Leandro. (Org.). *Análise do discurso no Brasil. Mapeando conceitos, confrontando limites..* 1ed.São Carlos: Claraluz, 2007, v. 1, p. 337-346.

_____. *Relação Sujeito/Língua(s) - Materna, Nacional, Estrangeira*. In: Eliane Mara Silveira. (Org.). *As bordas da linguagem*. 1ed.Uberlândia: Edufu, 2011, v. 1, p. 67-94.

_____. Processos, modos e mecanismos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s). *Gragoatá* . Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 183-196, 1. Sem. 2013.

_____. *Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s)*. ORLANDI. E. P (Org). *Linguagem, sociedade e política (on-line)*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, p. 91-103. 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3ª edição. Campinas; SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

SARGENTINI, V.M.O. *A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso*. Anais do Sead, s/ data. Disponível em <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/VaniceMariaOliveiraSargentini.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2015.